

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

CAMILA DE SOUZA RIBEIRO

**A DESIGUALDADE SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO
PÚBLICA BRASILEIRA COM A PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DE
PRODUÇÕES ACADÊMICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

**PONTA GROSSA
2023**

CAMILA DE SOUZA RIBEIRO

**A DESIGUALDADE SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO
PÚBLICA BRASILEIRA COM A PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DE
PRODUÇÕES ACADÊMICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Linha de Pesquisa História e Política Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carina Alves da Silva Darcoleta

**PONTA GROSSA
2023**

TERMO

CAMILA DE SOUZA RIBEIRO

A DESIGUALDADE SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA COM A PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador (a): Dra. Carina Alves da Silva Darcoleta - UEPG

(Presidente)

Dr. Alessandro de Melo - UNICENTRO

Dra. Maria Isabel Moura

Nascimento - UEPG

Dra. Simone de Fátima Flach –
UEPG

Ponta Grossa, 31 de agosto de
2023



Documento assinado eletronicamente por **Maria Isabel Moura Nascimento, Professor(a)**, em 31/08/2023, às 16:31, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carina Alves da Silva Darcoleta, Professor(a)**, em 31/08/2023, às 16:31,

conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Fatima Flach, Professor(a)**, em 31/08/2023, às 16:32, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DE MELO, Professor(a)**, em 10/10/2023, às 00:08, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1580027** e o código CRC **9E6B18F4**.

Esta dissertação é dedicada àqueles que acreditam que a educação sozinha não pode “salvar” a humanidade, mas que é parte essencial do processo.

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa só foi possível graças ao apoio de algumas pessoas, por isso agradeço:

Aos meus pais, Maria Devanir e Luiz Cezar, pela educação que me proporcionaram, dentro de suas possibilidades, mas sempre me mostrando qual o melhor caminho a percorrer. A eles também agradeço o apoio em incontáveis dias sob os quais me debrucei na minha escrita, me dedicando a ela de corpo e alma. Agradeço a compreensão que tiveram e às inúmeras vezes que ficaram com meu filho ou o distraíram para que eu pudesse me dedicar a escrita, reflexões e ajustes em meu texto.

À minha irmã, Cleide, meu cunhado, Villey e meus sobrinhos André Gustavo e Ana Beatriz pelo apoio nas inúmeras vezes em que precisei, fosse esse apoio emocional ou mesmo quando cuidaram de meu filho para que eu pudesse me dedicar à pesquisa. A eles minha profunda e sincera gratidão.

Ao meu filho, Henrique, pela força imensurável que me proporcionou com sua existência. O brilho dos seus olhos, seu sorriso inconfundível, seu amável, carinhoso e simpático jeito de ser, sua personalidade única e que me surpreende a cada dia são os responsáveis por eu ter encontrado forças para continuar mesmo nos momentos mais difíceis. Saiba filho, que a mamãe não desistiu de seus sonhos após seu nascimento, mas persistiu neles para lhe mostrar que a vida merece ser desfrutada da melhor maneira possível e que a consciência de classe é essencial para que compreendamos como a sociedade se organiza e o porquê da existência de tanta desigualdade nela.

À minha orientadora, Dra Carina, pelas conversas, orientações, amizade e incentivo, graças a tudo isso pude persistir e acreditar em meu potencial, na certeza de que ao final, tudo daria certo.

Às professoras Dra Simone Flach, Dra Maria Isabel e ao professor Dr Alessandro de Melo pelas contribuições na banca de qualificação, as quais me ofereceram apoio e direcionamento para que eu soubesse como prosseguir.

À professora Dra Gisele Masson, orientadora na Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso, que sempre foi inspiração para que eu seguisse firme na trajetória acadêmica.

Aos meus colegas do mestrado que me acompanharam durante as disciplinas online e presenciais pelo aprendizado e pelas experiências trocadas, isso me fortaleceu no processo.

Às minhas amigas, algumas delas mães também, outras não, que mesmo distantes sempre se fizeram presentes acompanhando minha trajetória e torcendo pelo meu sucesso. Gratidão!

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a realização dessa pesquisa: Muito obrigada!

“A crise estrutural do capital, fruto da própria lógica deste, põe, hoje, a humanidade diante de uma clara disjuntiva: ou a intensificação da barbárie do capital ou a superação deste em direção ao socialismo. Como parte dessa sociabilidade, e como mediação para a reprodução social, a educação também se vê diante de uma encruzilhada: ou contribui para a reprodução do capital e sua barbárie ou para a construção de uma nova e superior forma de sociabilidade”. (Ivo Tonet)

RESUMO

Ribeiro, C. de S. **A desigualdade social e seus impactos na educação pública brasileira com a pandemia da Covid-19: uma análise de produções acadêmicas da área da educação.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como as produções acadêmicas tratam da desigualdade social (e seus possíveis impactos) na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19. Os objetivos específicos foram: i) evidenciar como as produções acadêmicas da área da Educação abordam a desigualdade social na educação, no período da pandemia da Covid-19; ii) identificar a intensificação da desigualdade social no Brasil, com a pandemia da Covid-19, e apontar possíveis impactos dessa desigualdade social para estudantes da escola pública brasileira, a partir desse contexto; e iii) analisar como as produções acadêmicas da área da Educação que tratam sobre a desigualdade social na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19, abordam a desigualdade social. Desse modo, a pesquisa se constitui por meio do estado do conhecimento. Os dados foram coletados a partir do Portal de Periódicos da CAPES e do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores “desigualdade social”, pandemia, “covid 19”, educação, escola, “educação escolar”, “desigualdades sociais”, visando realizar os mais diversos arranjos de cruzamentos com o intuito de abranger uma maior quantidade de trabalhos que corroborem com a temática proposta. O referencial teórico-metodológico que permeia a discussão e a análise dos dados é o materialismo histórico e dialético, que tem o trabalho como fundamento do ser social, possibilitando a compreensão da realidade por meio de sua essência e totalidade concreta. A pesquisa discute que a desigualdade social é um problema que assola a realidade social e que está relacionado à divisão da sociedade em classes antagônicas, de modo a se prevalecer a exploração do homem pelo homem, a partir da propriedade privada. A análise dos dados permite perceber que as produções acadêmicas produzidas no período da pandemia da Covid-19 trazem em seu bojo a discussão de como a pandemia aprofundou a desigualdade social já existente na sociedade brasileira, e que isso fora exposto, no âmbito da educação, devido à adoção do ensino remoto e das dificuldades encontradas pelas famílias e pelos estudantes em acompanhá-lo, o que prejudicou (ou, até mesmo, inviabilizou) o processo de aprendizagem, principalmente dos estudantes pertencentes à classe trabalhadora.

Palavras-chave: Desigualdade. Desigualdade social. Pandemia da Covid-19. Educação pública. Produção Acadêmica em Educação.

ABSTRACT

Ribeiro, C. de S. **Social inequality and its impacts on Brazilian public education with the Covid-19 pandemic:** an analysis of academic productions in the area of education. 2023. Dissertation (Master's in Education). State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

This research delves into the examination of how academic discourse addresses social inequality within the realm of Brazilian public education, particularly in the aftermath of the Covid-19 pandemic. The study pursues three specific objectives: i) to elucidate how educational academia confronts social disparity amid the Covid-19 era; ii) to identify the amplified social inequality within Brazil due to the pandemic, and to outline its potential repercussions on students in the public school system; and iii) to analyse how scholarly works in the field of Education that attend to the social inequalities in Brazilian public education, post-Covid-19, engage with this issue. The research methodology involves an extensive review of literature sourced from the CAPES Periodicals Portal and the CAPES Catalog of Theses and Dissertations, utilizing descriptors such as "social inequality," "pandemic," "covid-19," "education," "school," "school education," and "social inequalities" to ensure a comprehensive coverage of relevant works. The theoretical and methodological framework underlying this study is grounded in historical and dialectical materialism, which considers labor as the bedrock of social existence, enabling a comprehensive understanding of reality in its essence and entirety. The study posits that social inequality is an inherent issue in society, stemming from the division of society into conflicting classes, perpetuating the exploitation of one individual by another, based on the concept of private property. Data analysis reveals that academic productions generated during the Covid-19 period underscore how the pandemic exacerbated pre-existing social inequality in Brazilian society, particularly within the realm of education. This was evident through the adoption of remote learning, which posed challenges for families and students, especially those from the working class, potentially impeding the learning process.

Keywords: Inequality, Social Inequality, Covid-19 Pandemic, Public Education, Academic Productions in Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Média de dias de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem no ano letivo de 2020, por rede de ensino, segundo as Grandes Regiões – 2020	55
Figura 2	- Número e percentual das escolas dos ensinos fundamental e médio conforme a presença ou não de internet por UF (2019)	56
Figura 3	- Percentual de estudantes de 6 a 17 anos de idade que frequentavam escola sem atividades presenciais e sem oferta de atividades escolares, segundo as características selecionadas – 2020	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Total de Produções disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por descritores – 2020 a 2022 - (2023)	72
Quadro 2	- Total de Produções disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por descritores – 2020 a 2022 (2023)	72
Quadro 3	- Artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por Título, autoria, ano de publicação, periódico – (2023)	74
Quadro 4	- Categorização dos artigos disponíveis no Portal de Periódicos e Dissertações da CAPES – por categoria, autoria, quantidade de artigos por categoria (2023)	79
Quadro 5	- Dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por título, autor, ano da defesa, Programa de Pós-graduação e Instituição - (2023)	114
Quadro 6	- Artigos organizados por categoria, nível de ensino abordado e referencial teórico ou fundamentação teórica do estudo (2023)	172
Quadro 7	- Dissertações organizadas por nível de ensino abordado e referencial teórico ou fundamentação teórica do estudo (2023)	175

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA	Memória da Administração Pública Brasileira
MEC	Ministério da Educação
OXFAM	Comitê de Oxford para Alívio da Fome
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
RELUS	Rede Lusófona pelo Direito à Educação
SCN	Sistema de Contas Nacionais
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1– DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO (ESCOLAR).....	22
1.1 DESIGUALDADE SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	23
1.2 DESIGUALDADE SOCIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA	33
1.2.1 Intensificação da desigualdade social no Brasil a partir da pandemia da Covid-19	40
1.3 EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	50
1.3.1 Impactos da desigualdade social na educação escolar no Brasil com a pandemia da Covid-19	54
CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA: COMO AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS TRATAM DA DESIGUALDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID 19.....	69
2.1 PERCURSO METODOLÓGICO ADOTADO NA PESQUISA.....	71
2.2 ARTIGOS.....	74
2.2.1 Categoria “Pandemia e Exclusão Educacional no Ensino Superior”	81
2.2.2 Categoria “Interações entre sociedade, pandemia e saúde”	86
2.2.3 Categoria “Financiamento da Educação”	87
2.2.4 Categoria “Direito à Educação no Período da pandemia”	89
2.2.5 Categoria “Ensino remoto, trabalho docente e evasão escolar”.....	92
2.2.6 Categoria “Ensino remoto, pandemia e exclusão digital”.....	97
2.2.7 Categoria “Ensino remoto e Desigualdade Social”	100
2.2.8 Categoria “Relação família-escola”	112
2.3 DISSERTAÇÕES	113
CAPÍTULO 3 - IMPACTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL PARA ESTUDANTES DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID 19	131
3.1 O QUE REVELAM AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O IMPACTO DA DESIGUALDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID 19	131

3.1.1	Discussão dos artigos - Categoria “Pandemia e Exclusão Educacional no Ensino Superior”	133
3.1.2	Categoria “Interações entre sociedade, pandemia e saúde”	134
3.1.3	Categoria “Financiamento da Educação”	135
3.1.4	Categoria “Direito à Educação no período da pandemia”	136
3.1.5	Categoria “Ensino Remoto, trabalho docente e evasão escolar”	138
3.1.6	Categoria “Ensino Remoto, pandemia e exclusão digital”	141
3.1.7	Categoria “Ensino Remoto e desigualdade social”	143
3.1.8	Categoria “Relação família-escola”	150
3.2	DISCUSSÃO DAS DISSERTAÇÕES	151
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
	REFERÊNCIAS	163
	APÊNDICE A – PRODUÇÕES ACADÊMICAS	172

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa como as produções acadêmicas tratam da desigualdade social (e seus possíveis impactos) na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19. A pandemia em questão foi oficialmente decretada em nosso país em março de 2020, com isso escolas, comércios, indústrias e parte do setor de serviços foram fechados devido à necessidade de isolamento social, que tinha o intuito de evitar a proliferação do vírus. Inicialmente a previsão era de que o fechamento das escolas e a interrupção das aulas presenciais fosse temporário; porém, após os números de casos e mortes aumentarem de forma alarmante, houve a necessidade de que a interrupção das aulas se estendesse, nesse momento redes de ensino de todo o Brasil e de “todo o mundo fecharam suas portas por tempo indeterminado” (RELUS, 2021, p. 8) e a partir do mês de março de 2020 foi decretado no Brasil a ocorrência do Estado de Calamidade Pública, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20/03/2020, válido até dezembro de 2020. Em abril de 2020 o Governo Federal editou uma Medida Provisória (MP nº 934 de 2020) que estabelecia normas excepcionais para o ano letivo de 2020 nos níveis da educação básica. Em 2021 entrou em vigor a Lei 14.218/21¹ que estendeu a validade de medidas excepcionais que vinham sendo adotadas por escolas e universidades em razão da pandemia de Covid-19, até o encerramento do ano letivo de 2021. Essa lei permitiu a flexibilização da carga horária da educação infantil e eximiu as escolas de ensino fundamental e médio a cumprirem os 200 dias letivos, ficando incumbidas de cumprirem apenas as 800 horas exigidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/1996) permitindo, assim, a adoção do ensino remoto emergencial. Foi nesse momento que a educação pública brasileira enfrentou um de seus maiores desafios, o de conceder o acesso à aprendizagem dos conhecimentos elaborados, que devem ser ensinados pela escola, a todos os estudantes, por meio dessa nova modalidade. Nesse momento muitas das dificuldades já latentes na área da educação pública brasileira foram ainda mais expostas, dentre elas podemos destacar a desigualdade social presente no cotidiano de milhares de estudantes

¹Lei 14.218/21 altera a Lei 14.040/20 que estabelecia normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

brasileiros. Uma das formas que ela afeta a vida destes está relacionada a exclusão escolar que, mesmo antes da pandemia

afetava principalmente quem já vivia em situação mais vulnerável. A maioria fora da escola era composta por pretas(os), pardas(o) e indígenas. Proporcionalmente, a exclusão afetava mais as regiões Norte e Centro-Oeste. E, de cada 10 crianças e adolescentes fora da escola, 6 viviam em famílias com renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo. A desigualdade social presente em nossa sociedade se reproduzia ao olhar para a exclusão escolar. (UNICEF, 2021, p.5)

A pandemia da Covid-19 agravou uma situação já latente e a classe trabalhadora foi a mais afetada, uma vez que “com escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender” (UNICEF, 2021, p.5), além de situações como a falta de acesso à internet ou agravamento da situação de pobreza ter tornado ainda mais distante a possibilidade da continuidade do processo de ensino-aprendizagem nesse contexto.

Cabe salientarmos que o Brasil foi um dos países que ficou mais tempo com as escolas fechadas em razão da pandemia, totalizando um período médio de fechamento de 178 dias em 2020, segundo dados da OCDE, frente a média de 48 dias de fechamento das escolas dos demais países membros da organização (Portal Iede, 2023). Em relatório da OCDE acerca das políticas educacionais adotadas durante a pandemia, observa-se ainda que o Brasil

foi um dos poucos países, da lista de 40 avaliados, a não aumentar os recursos para a educação em meio à pandemia. Os gastos públicos para a pasta se estabilizaram em 4% do PIB, mesmo percentual de antes da chegada do coronavírus. (RFI, 2023)

Essa decisão fora no oposto dos demais países analisados, conforme-relatório que demonstrou elevação, nesses outros países, nos dois anos consecutivos de pandemia, de gastos educacionais, como aqueles relacionados às medidas de proteção que eram adotadas para um retorno seguro das aulas. O relatório demonstra ainda que os salários dos professores brasileiros eram os mais baixos da lista (RFI, 2023), o que colabora para a desvalorização da educação pública brasileira e demonstra que a falta de investimento na educação pública, que se exacerbou no período da pandemia, foi uma decisão política.

Tendo em vista a temática desse estudo, qual seja, a desigualdade social e a educação pública brasileira a partir da pandemia da Covid-19, a presente pesquisa,

que se insere na linha de História e Política Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, parte da seguinte problemática: **“A desigualdade social e seus impactos na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19, na produção acadêmica na área da Educação”**. Considerando essa problemática, elencamos as seguintes questões norteadoras: “As produções acadêmicas na área da Educação (período 2020, 2021 e 2022) tratam da desigualdade social ao abordar a pandemia da Covid-19 e seus possíveis impactos na educação escolar? Como?” Para respondê-las efetuamos busca de artigos, teses e dissertações nas bases de dados – Portal de Periódicos da CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES – referentes aos anos de 2020, 2021 e início de 2022 e diante dos resultados obtidos realizamos a análise do material coletado.

Saliento que atualmente sou professora na rede municipal de Castro-Paraná. Em minha trajetória profissional atuei inicialmente como estagiária na mesma rede, depois como professora na rede particular, primeiro em uma escola no município de Castro-PR, depois em uma escola no município de Ponta Grossa-PR, até finalmente ser chamada no concurso da prefeitura de Castro-PR e ter assumido a vaga em 2019, onde atuo até a presente data. Estar na rede municipal me permitiu conhecer um pouco mais da realidade que permeia a escola pública, principalmente aquelas localizadas em comunidades mais carentes, como é o caso da escola que atuei até o final de 2022. Lá fica perceptível, já aparentemente, o impacto da pandemia na trajetória escolar dos alunos. Foi assim que o interesse pela temática surgiu, vivenciando o dia a dia, percebendo as dificuldades e os desafios que se impõem à educação pública e principalmente às crianças, uma vez que foram elas a sofrer os impactos diretos do fato de as aulas terem sido transferidas de modo tão aligeirado para a modalidade remota, sem mesmo se levar em consideração quantas e quais famílias teriam condições de acesso à tecnologia necessária para poder dar continuidade à educação de seus filhos.

Em minha família, sou a primeira a conseguir cursar um Mestrado, e ainda em uma universidade pública, e reconheço a importância que isso adquire em minha vida. É por meio da vivência acadêmica, desde a graduação, participação em grupos de pesquisa, Movimento Estudantil e disciplinas eletivas do mestrado, que pude aperfeiçoar meu modo de pensar, conceber, questionar o mundo que me cerca e assim aprofundar meus conhecimentos naquilo que sempre almejei, o mestrado

acadêmico. Desde que finalizei a graduação sonhei com o dia em que desbravaria os mares acadêmicos relacionados à pesquisa em educação, acabei adiando esse sonho algumas vezes. Iniciei minha trajetória na graduação em 2013, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) ao ser aprovada para o curso de Licenciatura em Pedagogia, me formei em 2016, cursei uma pós graduação *Lato Sensu* à distância também pela UEPG e em 2019 recebi o título de Especialista em Gestão Educacional – Organização Escolar e Trabalho Pedagógico pela mesma instituição, mas somente em 2021 consegui a aprovação para o Mestrado em Educação da UEPG, ano pandêmico e ano no qual também descobri uma gestação não planejada. Destaco esse aparente, mas não mero detalhe, uma vez que os desafios de acompanhar aulas remotas no ambiente doméstico e ainda com um bebê de colo se colocaram de maneira avassaladora. Enfrentar dias e mais dias de aulas nas quais precisava parar para amamentar ou trocar fraldas, enquanto os professores ou colegas dissertavam sobre os mais diversos assuntos foi algo recorrente, porém que não me fizeram desistir de meu grande sonho, tornar-me Mestre em Educação e continuar minha trajetória na Universidade como pesquisadora, uma vez que o ambiente acadêmico é para mim um local no qual amo estar.

Uma vez que o desafio inicial das disciplinas remotas fora vencido, que minha licença maternidade que obtive em meu emprego acabou, que as aulas presenciais voltaram tanto na rede em que trabalho quanto na universidade, vi-me mais uma vez com novos desafios pela frente, agora com o de dar conta da vida de mãe, professora e mestranda, além dos diversos papéis que acabam sendo impostos a uma mulher (dona de casa, por exemplo). Dar conta de tudo não é tarefa simples, conseguir tempo para sentar, pensar, refletir, arguir, escrever é algo que infelizmente não tive com tanta qualidade como gostaria. Inúmeras vezes precisei abdicar do tempo que poderia dedicar à escrita para dar contas das demandas da maternidade, outras vezes demandas da escola, outra vezes da casa. Nesses momentos ter força de vontade não é suficiente, é preciso ter rede de apoio, pessoas que estejam dispostas a colaborar conosco para que consigamos dar conta daquilo que nos propomos. A minha é composta pela minha mãe, meu pai, minha irmã, meu cunhado e por vezes até meus sobrinhos, foram eles os responsáveis por ficarem com meu filho nos momentos em que precisei me dedicar à pesquisa. Friso aqui que não citei o pai dele como rede de apoio uma vez que não acredito que pai o seja, pai é pai, tão cuidador e responsável pela criança quanto a mãe e por isso quando está com o filho está

apenas exercendo seu papel, cumprindo com sua obrigação. E era isso que acontecia por aqui, eu e o pai do meu filho nos revezamos muitas vezes nos cuidados dele e isso também me permitiu disponibilizar um tempo de minha agenda para a escrita, leituras e reflexões pertinentes à dissertação. Tanto que em 2023 precisei pedir prorrogação do prazo de defesa de minha dissertação para conseguir finalizá-la com a qualidade que tanto almejava. Dito isso friso que todas essas pessoas foram de fundamental importância para a concretização de minha trajetória acadêmica e colaboraram de maneira ímpar para que eu conseguisse chegar até aqui. Afinal, como já dizia um antigo provérbio africano “é preciso uma aldeia para educar uma criança” e todos eles foram minha aldeia.

O contexto do qual emergi, escola pública, universidade pública e atualmente minha atuação na rede pública de ensino foram fermento para que eu me interessasse por desvelar como a desigualdade social assola nossa sociedade. São as agruras que vivenciei, que vislumbrei e vislumbro até hoje que movem meu modo de pensar e conceber a vida em sociedade, que me fazem perceber que nada disso é natural, que não é algo simplesmente inerente à condição de seres sociais. Essas agruras são inerentes à nossa sociabilidade, ao modo como nossa sociedade se organiza, ou seja, é inerente ao modo de produção capitalista e até serve a ele. Ao capitalismo interessa que haja essa desigualdade, que haja acumulação de capital, onde poucos acumulam muito e muitos não têm acesso à quase nada da produção que ajudam a realizar. A extração da *mais valia* permite essa acumulação privada da riqueza por poucos e é o que permite a exploração de uma camada da população, a classe trabalhadora, que atarefada na busca de seu sustento muitas vezes não tem tempo e energia para se deter à problemática de como as engrenagens desse sistema funcionam. Com isso a desigualdade social se perpetua com mais facilidade; afinal, quanto mais a necessidade de sobrevivência assolar as pessoas, mais elas se sujeitarão a condições cada vez mais deteriorantes de exploração.

Dessa forma, buscando responder à problemática proposta e visando refletir a respeito das indagações que a vida expôs, elencamos como objetivo geral de pesquisa: **Analisar como as produções acadêmicas tratam da desigualdade social (e seus possíveis impactos) na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19.**

Como objetivos específicos, elencamos:

- Evidenciar como as produções acadêmicas da área da Educação abordam a desigualdade social na educação, no período da pandemia da Covid-19.

- Identificar a intensificação da desigualdade social no Brasil, com a pandemia da Covid-19, e apontar possíveis impactos dessa desigualdade social para estudantes da escola pública brasileira, a partir desse contexto.

- Analisar como as produções acadêmicas da área da Educação que tratam sobre a desigualdade social na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19, abordam a desigualdade social.

O referencial teórico-metodológico adotado na pesquisa se baseia no materialismo histórico e dialético, no qual o trabalho é tido como “motor do desenvolvimento humano [...] é a atividade criadora própria do ser humano, em sua relação com o objeto” (Melo, 2023, p.7) atividade essa por meio da qual o ser humano passou a transformar a natureza visando suprir suas necessidades, o que, segundo Konder, permitiu a ele “pela primeira vez, contrapor-se como sujeito ao mundo dos objetos naturais. Se não fosse o trabalho, não existiria a relação sujeito-objeto” (2003, p.23-24 *apud* Melo, 2023, p.7), relação essa que permitiu o desenvolvimento dos diversos tipos de sociedade conhecidas até a atualidade.

Entende-se assim que problematizar a temática da desigualdade social requer um exercício apurado de buscar compreender a totalidade que compõe a realidade levando em consideração que isso não significa “a apreensão de todos os fatos, mas um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que são captados numa totalidade que é sempre uma totalidade de totalidades” (Masson, 2012, p.4), desse modo é importante que não nos limitemos à aparência do objeto de estudo (que é um dado da realidade), mas que busquemos compreender que o homem enquanto ser social é capaz de transformar radicalmente a sociedade, desde que possamos compreender como funcionam as diversas dimensões que fazem parte dessa sociedade e assim desvelemos as contradições contidas nessa relação para que busquemos de fato a superação radical dessa forma atual de sociabilidade.

Optamos por realizar um levantamento bibliográfico dos artigos, teses e dissertações que abordam a temática por meio da realização do estado do conhecimento, partindo da compreensão que a partir dele realizamos a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando

periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (Morosini; Fernandes, 2014, p.155), todavia na presente pesquisa trataremos apenas da análise de periódicos, teses e dissertações. Nesse sentido o levantamento bibliográfico se fez importante ferramenta no levantamento dos trabalhos que já abordaram a temática proposta e qual sua relevância para o meio acadêmico e para futuras reflexões acerca da importância de pensarmos políticas públicas que visem colaborar para o arrefecimento dos problemas estruturais que assolam nossa sociedade, bem como para ensejar reflexões que possam colaborar para a compreensão da ordem social posta.

Antes de adentrarmos aos aspectos que colaboraram para a elaboração da pesquisa, convém realizarmos inicialmente uma breve análise sobre o que se compreende por desigualdade social no capitalismo, aspecto que será aprofundado no capítulo 1.

Sendo assim, o primeiro capítulo da presente dissertação foi destinado a discutir, na primeira seção, sobre a desigualdade social na sociedade capitalista, visando explorar como ela surgiu e como passou a se constituir enquanto parte do sistema capitalista e ferramenta de manutenção de seu *status quo*. Na segunda seção, discutimos acerca da desigualdade social na particularidade brasileira, visando desvelar como assola nosso país desde a época da Colonização e como se perpetuou até o Brasil República, tornando nosso país um dos mais desiguais do mundo em termos de concentração de renda, um dos principais critérios (mas não o único) aferidos quando se analisa a desigualdade social. Nessa seção temos uma subseção que visa discutir sobre a intensificação da desigualdade social no Brasil a partir da pandemia da Covid-19, trazendo elementos acerca de como a pandemia expôs mazelas há muito tempo existentes e provenientes do modo de produção capitalista, para isso nos respaldamos em diversos relatórios que expõem dados de como a pandemia atingiu a sociedade e expôs a classe trabalhadora, por serem justamente aqueles que não conseguiam cumprir com as medidas de isolamento social, uma vez que precisavam prover o sustento de suas famílias que se viram sem renda alguma quando do fechamento repentino de comércios e empresas. Salientamos que compreendemos os limites que nos são postos quando da análise de relatórios advindos de Instituições e Organizações que não lutam por uma verdadeira Revolução Social e por isso disponibilizam os dados tendo em vista interesses próprios; todavia, ao nos respaldarmos numa análise materialista histórico-dialética desses dados,

podemos obter um recorte de como a sociedade capitalista se constitui, buscando ir além daquilo que está nas linhas dos dados, em si (na sua aparência).

Na terceira seção abordamos sobre a Educação Escolar no Brasil, expondo como ela se constitui enquanto direito inalienável de todo brasileiro; para, na subseção seguinte, tratarmos sobre os impactos da desigualdade social na educação escolar pública no Brasil com a pandemia da Covid-19, após a adoção do ensino remoto.

O segundo capítulo apresenta a organização e sistematização dos dados da pesquisa, visando expor como as produções acadêmicas tratam da desigualdade social na educação pública brasileira, no contexto da pandemia da Covid-19. Para isso descrevemos qual foi o procedimento adotado para a realização do levantamento dos dados. Na primeira seção do segundo capítulo realizamos a descrição detalhada do percurso que nos levou ao encontro das produções acadêmicas que serão analisadas no terceiro capítulo. Na segunda seção apontamos quais foram os resultados que obtivemos, tabelando, categorizando e descrevendo quais foram os artigos e as dissertações selecionadas, visando uma melhor compreensão de seus objetos de estudo.

No terceiro capítulo, trazemos a síntese da análise das produções selecionadas e sistematizadas no capítulo 2, de modo a discutir como tratam acerca da desigualdade social e seus impactos na educação escolar pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19, cotejando as mesmas com as discussões realizadas no primeiro capítulo deste texto.

Na busca por contribuir – ainda que nos limites de uma dissertação de mestrado, bem como com os limites impostos pela atual forma de sociabilidade em que vivemos – com a produção de conhecimento engajado na luta pela superação da desigualdade social; esperamos, com essa pesquisa, corroborar para a compreensão de como a desigualdade social está presente na sociedade capitalista, de modo a desmistificar a retórica de que ela é natural, ao demonstrar como fora socialmente construída.

CAPÍTULO 1 – DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO (ESCOLAR)

O Brasil é, entre os países democráticos, um dos que mais concentra a renda no topo e por isso um dos mais desiguais do mundo. Isso se evidencia quando analisamos o critério concentração de renda; a exemplo: “Em 2020, quase a metade da riqueza do país foi toda para a mão do 1% mais rico da população: 49,6%. Em 2019, eles detinham 46,9%” (Elias, 2021), informação que demonstra o fosso social que assola o país, na medida em que metade da riqueza está nas mãos de apenas 1% dos cerca de 213 milhões de habitantes do Brasil à época (Brasil, 2023b).

Neste capítulo, delineamos importantes aspectos da trajetória histórica de como a desigualdade social se constituiu e se perpetua na sociedade atual. Abordamos como ela é compreendida e sua relação com a sociedade primitiva e as sociedades de classes, apresentando como surge e se intensifica na sociedade capitalista. Temos ciência de que abordar esse tema não é tarefa simples, uma vez que requer que analisemos as diversas variantes que corroboram para sua existência, mas, mesmo diante dos limites temporais, nosso objeto de estudo nos exige esse esforço.

Quando trabalhamos com o conceito de desigualdade social devemos ser cautelosas, de modo a não reduzi-la a mera desigualdade de renda, que, embora seja um importante aferidor da capacidade econômica de determinada população e sirva para que os índices de pobreza sejam medidos, está apenas ancorada na questão econômica e compreendemos que a desigualdade social reflete disparidades que estão para além da esfera econômica, podendo se refletir ainda em desigualdade simbólica, política e ideológica entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, uma vez que não só a renda se concentra no topo, mas também o poder decisório acerca de quais políticas públicas, de estado e de governo serão ou não aprovadas, o poder de influência sobre a população acerca de quais decisões beneficiam a quais frações dela, sendo muitas decisões, ainda que benéficas apenas à própria burguesia, apoiadas por parte da classe trabalhadora, dentre outros inúmeros aspectos que colaboram para que a desigualdade social se perpetue.

No presente capítulo buscaremos responder a um dos objetivos específicos da pesquisa, qual seja: **identificar a intensificação da desigualdade social no Brasil, com a pandemia da Covid-19, e apontar possíveis impactos dessa desigualdade**

social para estudantes da escola pública brasileira, a partir desse contexto. Para isso situamos a desigualdade social no modo de produção capitalista e demonstramos como ela delineou a trajetória social do Brasil, visto a mesma já existir antes da pandemia e ter sido aprofundada durante e após ela. Para esse delineamento, pautamo-nos no referencial teórico-metodológico do materialismo histórico dialético, uma vez que compreendemos que nosso objeto de estudo pertence ao real e por isso está em constante movimento, bem como está atrelado às diversas expressões da realidade; deste modo não nos caberia analisá-lo de modo fragmentado, é necessário que façamos o movimento de tentar compreender suas múltiplas determinações, ou seja, buscar a compreensão do contexto no qual estamos inseridos - sociedade pautada no modo de produção capitalista -, para que a partir daí possamos partir para a tentativa de compreender as diversas variantes que colaboram para que nossa sociedade se estruture calcada na divisão de classes e na propriedade privada.

De modo a contemplar tal objetivo delimitado, traremos a discussão acerca de como a desigualdade social existe na sociedade capitalista e como se constitui enquanto componente inerente à mesma. Também discorreremos sobre a desigualdade social na particularidade brasileira, apontando os processos que levaram à perpetuação da desigualdade social e sobre como ocorreu sua intensificação no Brasil, a partir da pandemia da Covid-19. Abordaremos, de forma sintética, como a educação escolar no Brasil se constitui enquanto direito de todos os brasileiros e quais foram os impactos da desigualdade social na educação escolar no Brasil com a pandemia da Covid-19.

1.1 Desigualdade social na sociedade capitalista

A sociedade, enquanto conjunto de sujeitos que vivem nos diferentes tipos de comunidades em relação entre si, surgiu quando o homem primitivo começou a transformar a natureza segundo uma intencionalidade, ou seja, começou a produzir trabalho. O trabalho, segundo Marx,

é, antes de tudo, um processo entre homem e natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (2017, p.255)

Esse processo de modificar a natureza e com isso modificar a si mesmo é uma característica exclusivamente humana e é o que distingue o homem dos animais. Segundo Lessa, o trabalho “é a protoforma (a forma originária, primária) do agir humano” (Lessa, 2016, p.27) e é por meio do trabalho que o homem passou de um ser primitivo a ser social, ou,

Em outras palavras, é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construírem um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social (Lessa, 2016, p.65).

Para Lessa e Tonet (2012), a história se delineou por meio do processo de desenvolvimento da sociedade e dos seus indivíduos. Esse desenvolvimento permitiu ao homem aperfeiçoar o modo de produção que é a base da sociedade, ou seja,

cada modo particular de trabalho fundou um modo de produção. O trabalho de coleta fundou o modo de produção primitivo; o trabalho escravo fundou o escravismo, o trabalho do servo fundou o modo de produção feudal e o trabalho proletário é fundante do modo de produção capitalista (Lessa; Tonet, 2012, p.10)

Partindo de uma visão ontológica, de base materialista histórica, concebemos que a produção da vida humana ocorreu por meio do trabalho e que a forma como esse trabalho é organizado determina, em última instância, tanto o modo como a sociedade se organiza como as relações de produção que a permeiam, colaborando para o modo como essa sociedade se desenvolve.

Não obstante, ao constituir-se enquanto ser social o homem passou a estabelecer relações sociais com os demais indivíduos, relações essas que influenciaram em como ocorreu a utilização dos meios de produção e a transformação da natureza. No entanto, com a prevalência do capitalismo, o trabalho transformou-se em mercadoria e a “força de trabalho” passou a ser vendida pelo trabalhador ao capitalista em troca de salário (Guimarães, *et al.*, 2018).

Se nas comunidades primitivas os homens se organizavam em grupos ainda homogêneos, havendo funções semelhantes a todos os seus membros, nas comunidades escravistas houve o surgimento de duas classes sociais principais: os senhores e os escravos. Podemos citar como principais modos de produção escravistas a sociedade grega e romana, ambas com funcionamento semelhante.

Nelas o que era produzido pelo escravo pertencia ao senhor – dono das terras –, tanto por isso aos escravos não interessava aumentar a produtividade das terras que habitavam. (Lessa; Tonet, 2011).

O escravismo acabou se colapsando sem que houvesse uma luta de classes ou uma classe revolucionária que permeasse sua ruptura. No decorrer dos séculos ele se tornou insustentável e o processo de transição para o feudalismo deu-se de maneira “lenta e caótica, demorando mais de três séculos para se completar” (Lessa; Tonet, 2011, p.59). Foi nesse período que muitos impérios escravistas se dissolveram, dentre eles houve a crise do Império Romano que promoveu “o final do modo de produção escravista” (Lessa; Tonet, 2012, p.19) e que colaborou para o surgimento do feudalismo, que surgiu do aumento populacional ocasionado por uma melhor condição de alimentação entre seus moradores. Esses feudos já não comportavam as necessidades dos servos, uma vez que “o feudo possuía mais servos do que necessitava e produzia mais do que conseguia consumir” (Lessa; Tonet, 2011, p.62), o que levou muitos servos a serem expulsos. Essa expulsão levou os servos a viverem por meio de roubos e de trocas praticadas entre eles, o que estimulou o florescimento do comércio e “em pouco mais de dois séculos, as rotas comerciais e as cidades renasceram e se desenvolveram em quase toda a Europa” (Lessa; Tonet, 2011, p.63). Esse processo se expandiu de tal modo que extrapolou as fronteiras do continente europeu, dando início ao processo de articulação do que viria a tornar-se um mercado mundial.

O processo de desenvolvimento das forças produtivas, no decorrer do século XVIII, permitiu o florescimento da Revolução Industrial (1776-1830) realizada pela insurgência da classe burguesa; foi nesse momento que vimos surgir as duas principais classes sociais que compõem o modo de produção capitalista: a burguesia e o proletariado (Lessa; Tonet, 2011). Com essa Revolução e a Revolução Francesa, a burguesia passou de classe revolucionária à reacionária, visto que, ao tornar-se proprietária privada dos meios de produção (apropriados muitas vezes por meio de roubos) passou a explorar a força de trabalho dos proletários, ou seja, daqueles que ao longo da história foram privados do acesso aos meios de produção e que por isso são detentores apenas de sua força de trabalho que logo se converteria em mercadoria.

Ao se tornar classe reacionária, faz-se necessário à burguesia disseminar, no campo das ideias, os seus próprios interesses, que passam a se pautar na

manutenção da sociedade de classes burguesa, ou seja, a manutenção de uma sociedade baseada na exploração da maioria dos homens (pela minoria) e, portanto, na desigualdade social. Nessa dimensão, Marx e Engels já sublinharam que

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc, mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real". (Marx; Engels, 1991, p. 36-37)

Assim como Marx e Engels (1991) compreendemos que as relações sociais entre os homens se baseiam nas suas condições materiais de existência, o que coloca a necessidade de que atentemos para essas relações como ponto de partida para o estudo das sociedades existentes até hoje. Cabe salientarmos que

ao produzir as condições materiais de existência, o homem também produz sua consciência, seu modo de pensar e conceber o mundo, suas representações, como também a produção intelectual das leis, da moral, da religião de uma sociedade (Caetano 202-?, p.6)

Sobre os aspectos destacados por Caetano (202-?), Marx (1982) asseverava que há relações entre os homens, determinadas pela produção social da existência (ou seja, pelo trabalho), que são necessárias e independem de sua vontade, pois estão ligadas ao grau de desenvolvimento das forças produtivas de determinada sociedade, em determinado momento histórico e lugar, uma vez que

A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (Marx, 1982, p.25)

Partindo dessa premissa, concebemos que os homens², com o desenvolvimento das relações sociais, são capazes de transformar estruturalmente a realidade quando tomam consciência de quais são os determinantes econômicos, políticos e sociais que colaboram para a estruturação de determinada sociedade e

² Homens aqui compreendido como gênero humano.

encontram as condições materiais e intelectuais necessárias para iniciar essa mudança.

Nessa direção, a sociedade é entendida como sendo produto das relações entre os homens e da forma como se organizam para transformar a natureza e que o desenvolvimento das forças produtivas adquire papel relevante na transformação de uma sociedade, sendo que é “na expansão das relações produtivas que encontraremos as relações de propriedade, a distribuição da renda entre os indivíduos e a formação das classes sociais” (Caetano, 202-?, p. 6) que se tornaram antagônicas, visto uma viver da acumulação de riqueza adquirida por meio da exploração da classe trabalhadora e ser proprietária dos meios de produção acumulados, muitas vezes, por meio de roubos e expropriações, enquanto à outra classe restou apenas sua própria força de trabalho, que se tornou a única mercadoria do trabalhador. Tal trabalhador, ao negociar sua força de trabalho enquanto mercadoria e ao vendê-la em troca de um salário (e se não o fizer não tem como sobreviver no capitalismo), vê-se separado dos meios de produção, ou seja, aliena-se nesse processo, pois, para que a força de trabalho possa se converter em mercadoria é necessário que o “trabalhador seja separado dos meios de produção e do produto produzido” (Lessa; Tonet, 2011, p.64); essa separação ocorreu por meio de um longo processo histórico surgido nos modos de produção anteriores ao capitalismo e se intensificou nele quando se passou da transformação do artesão, possuidor de suas próprias ferramentas e detentor de todo processo de produção - ele tinha todos os produtos e detinha a habilidade de confeccioná-lo do início ao fim - para o trabalhador assalariado, não detentor dos meios de produção e que trabalha de modo fragmentado, tendo perdido a posse de todo resto e sendo dono apenas de sua força de trabalho (Lessa; Tonet, 2011).

Cabe ainda salientarmos que a divisão social e industrial do trabalho na sociedade capitalista promove o enfraquecimento da classe trabalhadora que se vê desprovida do acesso àquilo que produz, visto toda essa produção ser apropriada pelos capitalistas, proprietários privados dos meios de produção e detentor do dinheiro, o que dificulta que ela possa ter condições de acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela sociedade, uma vez que necessita lutar pela sua sobrevivência, conhecimentos esses que podem colaborar para que o trabalhador adquira consciência de classe e assim lute por algo além da garantia de direitos dentro da sociedade capitalista.

Dessa forma, o trabalho, aquele produtor da vida humana, proveniente da transformação da natureza visando uma intencionalidade e que permitiu ao homem desenvolver-se enquanto ser social, na sociedade capitalista, assume a forma de trabalho assalariado e os meios de produção passam a ser o “capital”, que permite à burguesia a exploração da força de trabalho dos trabalhadores. Exploração essa que se concretiza por meio da “*mais-valia*” proveniente do trabalho excedente, que

fez com que, pela exploração do trabalho alheio, se obtivesse muito mais do que pelo próprio trabalho. Passou a ser lucrativa a atividade de opressão e controle dos trabalhadores para deles tirar o trabalho excedente. [...] Ao propiciar o aparecimento das classes sociais, o trabalho alienado trouxe também novas necessidades. Como só é possível obrigar uma pessoa a produzir a riqueza que a oprime pela aplicação cotidiana da violência, tal atividade de controle tem na administração da violência (sob várias formas) o momento decisivo (Lessa; Tonet, 2012, p.13)

Nesse contexto percebemos uma articulação da relação de propriedade dos meios de produção pelos donos do capital com a relação de não controle desses meios pelos trabalhadores, aspecto que reflete uma condição específica do trabalhador no modo de produção capitalista e repercute em como o estado capitalista se estrutura, uma vez que

A definição do lugar do Estado burguês na reprodução das relações de produção capitalistas, bem como a qualificação da estrutura jurídico-política que torna possível essa reprodução, dependem da consideração permanente deste duplo aspecto. (Saes, 1998, p. 24)

Ainda segundo Saes (1998), é necessário que compreendamos como a relação de propriedade dos meios de produção pelos donos do capital e a relação de não controle desses meios pelos trabalhadores ocorre, para que possamos perceber como se dá exploração do trabalho excedente no capitalismo, atrelado às condições materiais que colaboram para a separação do trabalhador de seus meios de produção, uma vez que no capitalismo a compra e venda da força de trabalho ocorre de forma particular, pois

a força de trabalho assume a forma de mercadoria e o uso da força de trabalho pelo proprietário dos meios de produção se dá sob a forma de troca de equivalentes. Esta pressupõe que haja uma igualdade entre as mercadorias intercambiadas. Todavia, na essência, tem-se uma troca desigual vez que o salário pago ao trabalhador é inferior ao valor que ele efetivamente produz (Nascimento; Santiago, 2022, p.212)

Essa relação desigual adquire, no capitalismo, a ilusão de uma troca de equivalentes e ocorre por que a força de trabalho é, neste sistema, tratada como mercadoria, além disso essa ilusão é reconstruída na esfera jurídica, pois “a ilusão mercantil se acha diretamente determinada, não pela esfera da produção – que, no entanto, a requer – e sim pela esfera do direito” (Saes, 1998, p.26), no qual o contrato de compra e venda da força de trabalho se torna “a forma específica que estabelece as relações de propriedade responsáveis pela extorsão de sobretrabalho no capitalismo” (Nascimento; Santiago, 2022, p.212). Conforme Saes,

A compra e venda da força de trabalho, como se este fosse uma mercadoria, pode ser considerada uma pura ilusão ou uma máscara do real, desde que se reconheça que essa ilusão ou máscara também produzem efeitos reais: é a ilusão de estarem trocando equivalentes que determina a repetição constante do encontro, no mercado, entre o produtor direto e o proprietário dos meios de produção, enquanto vendedor e comprador da força de trabalho.[...] Vê-se, por aí, a eficácia concreta da ilusão consistente em tratar a força de trabalho como mercadoria: é ela que faz com que o produtor direto e o proprietário dos meios de produção renovem permanentemente, ao nível do processo de produção, a troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário. (Saes, 1998, p.26)

A relação de compra e venda da força de trabalho, porém, não é a única a permear as relações de produção capitalistas, que colaboram para a perpetuação da desigualdade social, que se refletem enquanto condições materiais que separam o trabalhador de seus meios de produção, separação essa gerada pela grande indústria e que colabora para a decomposição da força de trabalho em diferentes áreas e setores, fragmentando o processo produtivo, o que torna o trabalhador cada vez mais dependente do trabalho de outrem. Esses trabalhos, ao serem realizados independentes um do outro, não promovem a cooperação entre os trabalhadores, assim “o trabalho coletivo é realizado por trabalhos privados, vez que há um fio invisível que une os trabalhadores parcializados, colocando-os em relação de dependência um do outro” (Nascimento; Santiago, 2022, p.213).

Destarte, a relação de exploração do trabalhador que acontece por meio da propriedade privada dos meios de produção gera um estado de alienação da classe trabalhadora, resultado dessa fragmentação do trabalho, situação que podemos também ver refletida nas diferentes formas de dominação da burguesia, como acontece, por exemplo, com o Estado que se converteu em “um instrumento criado pela burguesia para garantir seu domínio econômico sobre o proletariado, preservando e protegendo a propriedade privada dos meios de produção” (Caetano,

202-?, p.10), com o aparato jurídico que se encarrega de garantir a “igualdade” (apenas formal) entre os homens, uma vez que visa camuflar o fato de a sociedade estar dividida em classes que possuem interesses antagônicos e diferentes condições de acesso aos bens materiais, espirituais e intelectuais para sua existência e sobrevivência e a ideologia que se encarrega de difundir valores e visão de mundo burgueses, de forma a legitimar o seu poder (Caetano, 202-?). Nessa direção, Marx e Engels demarcam que

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante [...] As ideias dominantes não são nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (2007, p.47)

Cerqueira Filho (1982) corrobora com essa tese de Marx e Engels, ao nos afirmar que

A “igualdade perante a lei” do pensamento liberal supõe o bem comum acima das classes e dos conflitos de classe, a revelar-se no direito que torna iguais indivíduos socialmente desiguais [...] A estratégia do discurso burguês é a conversão do ideológico em “natural”, visando acima de tudo neutralizar os efeitos das lutas de classes, procurando apresentar uma imagem de harmonia e integração (Cerqueira Fonte, 1982, p.27)

Compreendemos assim que a base econômica de uma determinada sociedade pode determinar, em última instância, sua dimensão política, jurídica e ideológica, bem como camuflar os antagonismos de classe, tanto por isso o combate à desigualdade social na sociedade capitalista torna-se uma tarefa árdua, visto que o poder de dominação da classe burguesa não se encontra apenas na esfera econômica, mas também nas demais esferas sociais, o que dificulta (mas jamais impede) que possamos combatê-la, uma vez que a classe trabalhadora possui menos força jurídica, política e ideológica para lutar pela mudança social.

Assim, consideramos que a desigualdade social está diretamente ligada ao modo de produção capitalista e que enquanto ele for o modo de produção vigente ela se perpetuará, visto estar calcado na exploração do homem pelo homem, de uma classe sob a outra, uma vez que

Por sua natureza, a sociedade capitalista está assentada em uma contradição insanável. A forma de trabalho, que lhe dá origem – a compra e venda de força de trabalho – leva à reprodução da desigualdade social. Está é uma determinação insuperável nos limites da sociedade burguesa. Não há como impor ao capital uma outra lógica que não seja a da sua autorreprodução através da exploração do trabalho. Por outro lado, a reprodução do capital exige, também, e ao mesmo tempo, a instauração da igualdade formal. Capitalistas e trabalhadores são livres, iguais e proprietários e assim têm que ser que o capitalismo se reproduza. (Tonet, 2012, p.82)

No capitalismo a classe burguesa se apropria de praticamente quase toda a riqueza social produzida pela classe trabalhadora, em detrimento dos próprios trabalhadores, produtores dos bens necessários à vida dos seres humanos, o que compreendemos é o cerne e síntese de o que é a desigualdade social na atual sociedade.

Cabe mencionarmos, ainda, que a classe trabalhadora não é composta somente por indivíduos que possuem um baixo poder aquisitivo, mas também por aqueles que ganham vultosos salários, mas não são proprietários dos meios de produção, estes, ainda que financeiramente mais estáveis, também pertencem à classe trabalhadora, todavia sofrem menos os efeitos da desigualdade de renda, o que, por consequência, muitas vezes os leva a acreditarem que não sofrem os efeitos da desigualdade social ou mesmo que não pertencem à classe trabalhadora. Na esteira desta compreensão concebemos que a desigualdade social sempre existirá enquanto a sociedade se encontrar cindida entre duas classes sociais antagônicas e o que podemos fazer, na sociedade atual, é senão apaziguar seus sintomas e buscar colaborar para o despertar da consciência de classe da classe trabalhadora e assim a compreensão da importância de seu papel na transformação radical da sociedade, afinal se não compreendermos as inúmeras variantes que colaboram para a existência da desigualdade social, ela continuará se perpetuando. Por isso estudar essa temática torna-se extremamente relevante, pois colabora para que possamos ter uma visão mais clara acerca de como a estrutura social a qual pertencemos determina as condições reais e concretas que influenciam diretamente nossa vida.

Dito isso, Lessa e Tonet contribuem para o entendimento de que

Se para um burguês enriquecer, ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões – ele assim o fará, e a sociedade burguesa aceitará esse fato como “natural”. Insano o burguês que deixar de ganhar dinheiro para defender interesses coletivos. Para o indivíduo típico dessa sociedade, a coletividade nada mais é do que o instrumento para seu enriquecimento pessoal. Esta é a essência do individualismo burguês, tão característico da vida social dos nossos dias (2011, p. 66)

Sendo essa a lógica burguesa obviamente que à burguesia não interessa a superação real da desigualdade social, pois a mesma se pauta na exploração da classe trabalhadora para que possa se manter no poder e assim perpetuar a lógica “do Estado Liberal de difundir a ideia da defesa da igualdade” (Caetano, 202-?, p.9), visto apregoar que “todos nascem com igual capacidade, mas cada um tem uma aptidão diferente do outro, que depende do talento e do esforço para se ter sucesso em alguma tarefa” (Guimarães, *et al.*, 2018, p.2154); disseminando o ideário da meritocracia e de que se não alcançamos melhores condições de vida (social, financeira) é por que não nos esforçamos o suficiente para tal, lógica tão arraigada na sociedade, mas que não leva em consideração as condições reais a que a classe trabalhadora é submetida diariamente. Pochmann corrobora com essa tese ao afirmar que

a trajetória de sucesso ou fracasso dependeria fundamentalmente do esforço individual, levando tanto ao obscurecimento das assimetrias reais como à legitimação da desigualdade objetiva. Por ser um fenômeno multidimensional e plurideterminado, essa dimensão da desigualdade terminou introjetando-se no cotidiano da individualidade na sociedade capitalista (p.156, 2017)

Nessa direção, vale resgatar a denúncia de Marx e Engels, em “O Manifesto Comunista”, de que

a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado. Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (p.40-12, 2010)

Desse modo a insurgência da sociedade capitalista desde seus primórdios até os dias atuais acirrou o conflito entre essas duas classes, perpetuando a abundância à burguesia e a precariedade à classe trabalhadora. Compreendemos ainda que para que o capitalismo continue se perpetuando é necessário que sempre haja um número cada vez mais expressivo de desempregados, além de ao capitalista interessar achatar os salários e baixar os custos em prol de mais lucro a si mesmo, visto o fato de que

a propriedade privada capitalista é um pressuposto que carrega em si o princípio da desigualdade social, de forma que o capital é uma relação social de produção, antes de se tornar mercadoria. Como também, não se produz mercadorias no modo de produção capitalista para atender as necessidades das pessoas, e sim para a valorização e acumulação do capital (Guimarães, *et al.*, 2018, p.2162)

A acumulação do capital não resulta em riqueza para todos, como prega o ideário liberal, mas numa maior concentração de renda no topo, na mão de poucos, assim, percebemos que a exploração da força de trabalho do trabalhador é a responsável por essa acumulação, ou seja, apesar de produzida coletivamente essa riqueza social é apropriada privadamente pela burguesia em uma relação construída, perpetuada e disseminada socialmente enquanto neutra e natural, mas que é, na realidade, contraditória e possui interesses específicos que tendem a ser atendidos de acordo com o poder que está nas mãos de quem domina essa relação, que, como já buscamos expor, está sobretudo na mão da burguesia.

Nesse sentido, ressaltamos que enquanto a burguesia detiver o poder político, ideológico e jurídico não avançaremos de maneira efetiva na luta em prol da superação da sociedade capitalista. Contudo, mesmo nos limites dessa sociedade é possível que nos orientemos pelos interesses da classe trabalhadora, que se pautam justamente na necessidade da superação radical dessa sociedade, o que, no entanto, requer ações conjuntas e articuladas pela coletividade.

Quando tratamos de desigualdade social e adentramos a história do Brasil, não obstante ao resto do mundo, notamos que ele é um país extremamente desigual social e economicamente, pois carrega marcas da desigualdade desde a época da Colonização e que se perpetuam até os dias atuais. A subseção a seguir tratará da desigualdade social na particularidade brasileira, perpassando o contexto histórico que culminou no surgimento da desigualdade social em nosso país.

1.2 DESIGUALDADE SOCIAL NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

A desigualdade social passou a fazer parte do contexto brasileiro a partir da época em que os portugueses chegaram às terras que atualmente são território brasileiro, se depararam com um vasto território que consideraram “inabitado” e começaram com a chamada “Colonização”, que nada mais foi que invasão do território e extermínio da cultura e dos povos originários que aqui habitavam, disseminando

entre eles aspectos da desigualdade que até então desconheciam. Conforme Pochmann,

Ao ser constituída pela colonização, a desigualdade terminou se transformando numa das principais marcas da sociedade brasileira. O que significa dizer que antes da invasão portuguesa, por predominar entre os povos indígenas o igualitarismo econômico, sem a formação de excedentes para acumulação, a desigualdade social tal como se conhece por expressão de riqueza, poder e dominação, não prevalecia. No entre choque de civilizações extremamente diferentes, o colonizador português levou vantagem, subvertendo a cultura do igualitarismo dos povos indígenas à modernidade da organização social proveniente da Europa assentada na desigualdade. O novo modo de acumulação imposto pela formação de excedentes passou a constituir uma sociedade nos trópicos que valorizou o privilégio e as vantagens individuais diferenciadoras que degradaram o sentido coletivo e cooperativo de se viver herdado dos povos identificados como primitivos. (Pochmann 2017, p.9)

Os povos originários que habitavam o território brasileiro à época possuíam um modo próprio de viver que foi totalmente alterado quando da chegada dos portugueses, pois

O padrão de sociabilidade imposto pelo colonizador português ao longo do território que hoje se reconhece como Brasil destoou profundamente daqueles estabelecidos anteriormente por povos milenares, cujos vestígios ainda podem ser observados. [...] Em três séculos de colonização, foram apagadas particularidades da cultura diversificada dos povos indígenas, como seus valores e sua língua. A domesticação forçada pelo colonizador inviabilizou a continuidade das culturas milenares pré-portuguesas. [...] O choque das distintas culturas a partir de 1500 impôs uma falsa dualidade entre selvageria e civilização, incapaz de ser compatível no tempo. A estrutura social indígena de igualdade passou a contrastar com a do invasor português. (Pochmann, 2017, p.17)

No interior dessas comunidades a desigualdade se expressava mais enquanto diferenças, pois se referiam a características que são inerentes as estruturas sociais e por isso não representavam “desvantagem e acúmulo de privilégio ou poder” (Pochmann, 2017, p.23). A acumulação de riquezas também não era praticada visto que para os povos originários

A alocação do tempo de vida com o trabalho não se devia à necessidade de acumular, mas, ao contrário, estava associada à sustentação do padrão simples de vida. Cada um fazendo sua parte evitava acumular para os outros, subordinando a vida ao trabalho. Por isso a vida no mundo indígena era tranquila, de exploração da existência dadivosa numa sociedade solidária. Mas no novo mundo civilizado dos colonizadores, a vida era sofrida, pois estava subordinada ao trabalho para si e fundamentalmente aos outros em função da necessidade de acumulação de riqueza. (Pochmann, 2017, p.20)

Ao longo dos séculos em que a dominação portuguesa prevaleceu houve, além da exploração da mão de obra indígena, extração e venda das riquezas naturais, como pau-brasil, plantação e comércio de cana-de-açúcar, algodão, tabaco e café. Importante salientar que

até o século 18 a escravidão praticada pelo colonizador era fundamentalmente indígena, pois chegava a ser superior à presença dos escravos africanos. Somente a partir do século 19 que a escravidão negra predominou, passando a ser três vezes superior à quantidade de indígenas escravizados (Hemming, 1978; Steward, 1949 *apud* Pochmann, 2017, p.22)

Essa mão de obra era utilizada com viés exploratório, visto que uma das características mais marcantes desse período foi a exploração com a intenção de promover “um maior e mais imediato retorno econômico [...]” à Coroa Portuguesa. (Pochmann, 2017, p.24).

No intuito de promover a expansão do alcance da colonização, os portugueses também utilizaram mão de obra africana, tendo sido essa o tipo de mão de obra predominante no trabalho escravo. Segundo Pochmann, “em 1536 foi registrada a primeira leva de escravos africanos trazida para complementar o uso escravista pouco efetivo dos indígenas” (2017, p.28). Foram milhares de negros trazidos da África ao Brasil durante esse período, que

Foi o território no qual mais desembarcaram africanos em quase três séculos de tráfico negreiro – de cerca de 12 milhões de pessoas raptadas em África, 5,5 milhões tiveram as terras brasileiras como destino (40% do total) – e onde o trabalho escravo se esparramou por praticamente toda a sociedade, irrigando os seus três grandes ciclos produtivos até o fim do século XIX (Alencastro, 2000 e 2018 *apud* Queiroz, 2021, p.2).

A escravização de negros africanos foi uma das ferramentas de dominação territorial mais utilizada pela Coroa Portuguesa, uma vez que

A difusão do negócio escravista se mostrou central ao projeto colonialista português por dois principais motivos: por operar como mecanismo de enriquecimento forjado pelo complexo aparato político, econômico e militar garantidor do controle no sistema colonial vigente na época; e por consolidar a compra do ativo humano através de sua utilização nas atividades de trabalho forçado em fazendas e cidades. (Pochmann, 2017, p. 28)

Nesse contexto os negros eram obrigados a trabalhar nas fazendas dos grandes latifundiários a troco de moradia e alimentação que muitas vezes eram extremamente precárias. Esse processo de exploração não ocorreu livre de conflitos, uma vez que foram muitas “as experiências reativas dos escravos africanos, quando conseguiram se opor ao projeto colonial por meio dos quilombos” (Pochmann, 2017, p.30). Esses conflitos podem ser compreendidos como a gênese das expressões da luta de classes no Brasil, pois

a história do trabalho e da luta de classes no Brasil não se inicia com a chegada de imigrantes europeus no final do século XIX, início do XX e as primeiras greves operárias. Inicia-se no sistema escravista com o antagonismo entre a classe proprietária e a classe despossuída e escravizada, desde o Brasil Colônia. (Rocha, 2020, p.02)

A escravidão no Brasil se estendeu até o século 19, mesmo após o fim da colonização, pois mesmo após o processo de Independência, em 1822 ela continuou a existir visto a defesa do trabalho escravo ter sido uma das diretrizes amplamente defendidas pelo Império, tanto por isso o Brasil

foi o país que mais tardiamente colocou fim à escravidão no continente americano. Ao contrário das demais experiências de independência nacional que, diante da presença de variadas formas de trabalho forçado, aboliram consideravelmente o trabalho escravo, a emancipação do Brasil terminou ancorando sua sustentação em nome da prevalência da escravidão prolongada (Pochmann, 2017, p.35)

O que pressionou o governo brasileiro, à época, a promover a extinção do regime escravocrata foi a pressão internacional, sobretudo da Inglaterra, uma vez que o governo inglês proibiu o comércio de escravos em 1807. Entre 1815 e 1817 a Inglaterra e o governo português fizeram acordos que proibiam o tráfico de escravos ao Norte do Equador. Com a Independência do Brasil em 1822, os acordos feitos pela Coroa Portuguesa já não tinham mais validade no território brasileiro (Mapa, 2022b). Em 1831 foi promulgada a Lei Feijó que “após ser regulamentada pelo decreto de 12 de abril de 1832, deu amplos poderes às autoridades judiciais para reprimirem a entrada de africanos e declarou livre todos os escravos que entrassem no território brasileiro” (Mapa, 2022b). Contudo essa lei não foi efetiva uma vez que o tráfico continuou existindo visto a alta demanda cafeeira e baixa dos preços dos escravos na África, tanto por isso essa lei ficou conhecida como “lei pra inglês ver” (Conrad, 1985

apud Mapa, 2022b). Devido a esse contexto houve a necessidade de intervenção externa na política brasileira e em 1845 institui-se Bill Aberdeen, lei inglesa que

deu amplos poderes às autoridades britânicas para reprimir o tráfico de escravos em navios brasileiros através da apreensão de embarcações e do julgamento da tripulação, que seria acusada de pirataria. Essa medida colocou em xeque o governo brasileiro, que, mesmo alegando que a atitude britânica feria a soberania nacional, promulgou em 1850 a Lei Eusébio de Queirós. (Mapa, 2022b)

Essa lei que visou regulamentar a questão fundiária no Império brasileiro tornou-se a primeira iniciativa que visava organizar a propriedade privada em nosso território, aspecto bastante relevante e que nos revela como a concentração do território brasileiro na mão de poucos tornou-se mais tarde também um importante determinante de como a desigualdade social se disseminou no país. Cabe a observação que

A lei de terras de 1850, instituída no mesmo ano em que ocorreu a proibição do tráfico de escravizados, também é emblemática nessa relação entre raça e classe. Para manter o latifúndio e dinamizar o caráter capitalista da propriedade, foi preciso conter o acesso à terra da grande maioria da população, composta de negros e negras, recém-saída da escravização por meio de inúmeras formas. (Santos, 2015, p.107)

Essa lei legalizou a questão fundiária e permitiu que ainda houvesse a persistência do caráter escravocrata de muitas das “contratações” de empregados negros. No ano de 1854 foi aprovada a Lei Nabuco de Araújo, que previa sanções às autoridades que encobrissem o contrabando de escravos (Brasil, 2022c) e em 1871 promulgou-se a Lei do Ventre Livre, que concedeu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquele ano, porém ainda os mantinha sob a tutela de seus senhores até os 21 anos de idade. Alguns anos depois, em 1885, foi promulgada a Lei dos Sexagenários, que determinou a libertação dos escravos com mais de 60 anos, contudo foi somente em 1888, 81 anos após a proibição do comércio de escravos pela Inglaterra, que a Escravidão foi abolida, com a promulgação da Lei nº 3.353, de 13 de maio, conhecida como Lei Áurea. Esse dispositivo de tamanha importância à população negra continha apenas dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário” (Mapa, 2022a), demonstrando que não havia nenhuma previsão legal de amparo aos recém libertos e, como já foi citado, com a promulgação em 1850 da Lei

de Terras o acesso à moradia só se daria àqueles que tivessem condições materiais de adquiri-la, algo que faltava aos negros que receberam a “liberdade”, mas nenhum apoio para reconstruírem suas vidas, como exposto por Pochmann:

o fim da escravidão ocorreu desacompanhado do processo equivalente de inclusão social, econômica e política do negro. Assim, as características principais da sociedade escravista terminaram se reproduzindo, pois a desigualdade social do negro foi postergada. Embora formalmente os ex-escravos fossem considerados iguais perante a lei, a realidade apontou a ausência de garantias para sua plena integração na sociedade brasileira. Os recém-libertos foram abandonados à própria sorte, pois sem acesso a terra e a qualquer tipo de indenização pelos trabalhos forçados, eles eram geralmente analfabetos e expostos a todo tipo de preconceito. Diante disso, vários ex-escravos mantiveram-se nos locais onde anteriormente trabalhavam, vendendo seu trabalho em troca de sobrevivência. Aqueles que migraram para as cidades encontraram pela frente subempregos na economia informal e no artesanato. A população negra, sem condições habitacionais, passou a morar nas ruas ou em péssimos cortiços. Com isso o preconceito e a discriminação avançaram sobre a população negra (2017, p.37).

No Brasil, um dos reflexos atuais desse processo de discriminação e exclusão social - e que está diretamente atrelado à desigualdade social - pode ser percebido quando analisamos a ocupação do mercado de trabalho atual, em que

A presença de pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades de Agropecuária (60,7%), na Construção (64,1%) e nos Serviços domésticos (65,3%), justamente as atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em todos os anos da série histórica (IBGE, 2021, p. 24)

Esse processo de subocupação no qual a população negra está majoritariamente na porção de empregos com menores rendimentos deixa claro como o racismo é estrutural, por isso ainda existe atualmente, nos quais práticas racistas e discriminatórias que assolam a população negra revelam o aprofundamento da desigualdade social para essa parcela da população. Cabe salientar que essa estrutura se perpetuou, uma vez que

o Brasil pós-abolição, deveria ser repensado e reorganizado a fim de inseri-lo no quadro do capitalismo internacional. Segundo o discurso das elites, um país desenvolvido não poderia ser marcado por uma população negra e mestiça, ou com conflitos raciais que o desestabilizassem. (Santos, 2015, p.103).

A conjuntura brasileira do início da República (1889) deu fim à “antiga e longa sociedade agrária e escravista” e culminou na “emergência do capitalismo e de uma

sociedade ainda mais competitiva” (Pochmann, 2017, p.41). Depreendemos disso que o processo de escravidão no Brasil esteve diretamente

conectado ao desenvolvimento do capitalismo mundial, em que as franjas de acumulação – seja nos países centrais, seja, posteriormente, nas Américas pelas elites coloniais e pós-coloniais – depend[iam] da exploração da mão de obra do africano escravizado. Sendo não assalariado, esse tipo de trabalho empurra para cima as potencialidades de lucro (Prado Jr. *apud* Queiroz, 2021, p.259).

Não só Caio Prado Jr (2021) analisa a conjuntura da época chegando a essa conclusão, outro importante expoente da Sociologia brasileira que contribui nessa mesma direção é Florestan Fernandes (2006). Para ele, é nesse momento que

as características da ordem social brasileira e da nossa “revolução burguesa” [são] gestada[s] desde as transições que circundavam a independência política do Brasil. Paradoxalmente, a emancipação nacional de caráter conservador, que tinha como eixo constitutivo a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro, possibilitou a maior acumulação primária e a mobilização e reinvestimento dos capitais da grande lavoura na dinâmica de modernização interna: a urbanização, o aparecimento de novos agentes econômicos e instituições, a formação do Estado e da sociedade nacional, as bases da industrialização e, no limite, a república (Fernandes, 2006 *apud* Queiroz, 2021, p.259-260)

Todavia a consolidação da República não garantiu que boa parte da população brasileira obtivesse as condições mínimas de dignidade para a manutenção da vida, uma vez que “a dominação colonial não se encerrou com a independência dos países colonizados, mas permanece viva através de um sistema-mundo de poder que define os mais diversos padrões do que é válido e o que não é” (Maia; Melo, 2020, p.231-232). Esse poder fora validado por meio da ideia de raça como elemento fundamental de dominação dos europeus sobre os demais povos e que, segundo Quijano,

Essa ideia, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos [...] E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (2005, p.117)

Esses aspectos tornam-se importantes ferramentas para que possamos compreender como, ao tratarmos sobre a desigualdade social no Brasil, devemos partir do pressuposto de que somos um país (de origem) colonial e que a desigualdade existente aqui não é a mesma que em outros países, uma vez que a marca histórica do nosso país está calcada no colonialismo e na colonialidade, sendo o primeiro denominado enquanto “movimento de dominação de um povo sobre o outro a partir de uma relação verticalizada que se encerrou, em um datado período histórico” (Maia; Melo, 2020, p.232) e o segundo enquanto

perpetuação desse movimento que, mesmo após ter sido encerrado historicamente com a independência dos países, ainda possui uma grande força de dominação em diferentes âmbitos da vida dos povos que foram colonizados (Maia; Melo, 2020, p.232)

Os aspectos do colonialismo e da colonialidade ajudam a explicar muitos dos problemas que vivenciamos hoje na sociedade brasileira, como é o caso da expressiva desigualdade social. Por isso, tais aspectos devem ser levados em consideração quando se trata da história de países que foram colonizados pelas grandes potências econômicas à época das Grandes Navegações.

1.2.1 Intensificação da desigualdade social no Brasil a partir da pandemia da Covid-19

A desigualdade social é característica fundante da sociedade brasileira; ou seja, está presente desde a chegada dos portugueses e se perpetuou ao longo da história por meio do modo de como nossa história fora construída, pautada na exploração, na colonialidade do poder como “a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial”, sendo, “por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder” (Quijano, 2002, p. 1). Dessa maneira, não era de se espantar que, com a pandemia da Covid-19, houvesse um agravamento da desigualdade social no país, com isso demonstrou-se a necessidade da intervenção do Estado na economia que deveria contemplar as diversas faixas da população que viram seus rendimentos diminuírem e não o fez, uma vez que as orientações do Governo Federal, à época chefiado pelo ex-presidente da República

Jair Messias Bolsonaro³ não dispôs de orientações unificadas, que eram tão fundamentais no período da crise sanitária e econômica aprofundada pela pandemia da Covid 19, com isso estados e municípios se viram obrigados a tomarem decisões pontuais, com as mais variadas dificuldades e sem o mínimo de respaldo federal.

Em meio a diversos conflitos políticos e ideológicos, devido às pressões sociais e no Congresso Nacional, o Governo Federal na época da pandemia da Covid 19 implantou novos programas sociais voltados aos trabalhadores e à sociedade brasileira, programas estes insuficientes, dado o intenso aprofundamento da desigualdade social que se desnudou no país nesse período, denominados como: Auxílio Emergencial, Auxílio Emergencial Residual e Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda. O Auxílio Emergencial foi sancionado pela Lei 13.982, de 02/04/2020 (Brasil, 2023c) seu valor era de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e era limitado a até duas pessoas por família, e, no caso de mulheres provedoras de família monoparental, podia atingir o valor de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais). Teve como público alvo as pessoas adultas, com rendimento familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo ou rendimento total de até três salários mínimos, com previsão inicial de concessão de cinco parcelas mensais. É importante lembrarmos que tal auxílio só foi sancionado no valor de R\$ 600,00 devido à pressão feita pela oposição na votação ocorrida na Câmara dos Deputados, uma vez que o governo Federal, sob o Ministério da Economia de Paulo Guedes, dificultou ao máximo esse valor do auxílio, quando propôs e lutou por aprová-lo no valor de apenas R\$ 200,00 – o qual foi renovado em setembro de 2020 devido ao agravamento da crise sanitária, recebendo a nomenclatura de Auxílio Emergencial Residual. Nesse caso equivalia à metade do valor original, com duração até dezembro de 2020, e destinado aos que já tivessem recebido todas as parcelas do primeiro benefício (IBGE, 2021).

Nessa direção, não podemos nos esquecer de que o governo Bolsonaro incentivou (seja com campanhas reprováveis, como “Kit-prevenção da Covid-19”, e colocando a Ciência em suspeita, seja com a falta de políticas públicas urgentes para salvar vidas e não alargar a miséria de grande parte da população do país) a contaminação em massa da população, de modo a desproteger – em vez de proteger - a população que mais precisava.

³ O ex-presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro foi filiado ao PSL entre 2018 e 2019, ficou sem partido entre os anos de 2019 e 2021 e filiou-se ao Partido Liberal em 2021 até a presente data (UOL, 2021)

Já o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda foi implementado

por meio da Lei n. 14.020, de 06.07.2020, cujo objetivo foi reduzir o impacto da pandemia sobre o mercado de trabalho formal a partir da manutenção dos vínculos empregatícios dos trabalhadores. Tal programa era composto por duas frentes: a) a redução da jornada de trabalho com a preservação da renda, com o valor do benefício variando conforme o acordo estabelecido de redução da jornada de trabalho; e a b) suspensão do contrato de trabalho com pagamento de seguro-desemprego. Em ambos os casos, haveria a negociação entre empregador e empregado para a definição do valor a ser pago (Brasil, 2020 *apud* IBGE, 2021, p.44)

Esses programas impactaram diretamente na transferência de renda para a população, o que se refletiu nos índices da desigualdade social que são aferidos por esse critério, como demonstrado pelo relatório do IBGE e da OXFAM Brasil

Cabe ressaltar, em primeiro lugar, que dados os objetivos e condicionalidades dos referidos programas, houve impacto mais intenso sobre a base da estrutura distributiva, ainda que seus efeitos também tenham sido sentidos nas classes subsequentes. (IBGE, 2021, p. 44)

A inspiração pode vir de algumas dessas respostas. Estima-se que a pobreza caia quase pela metade nos EUA em 2021 em comparação com os níveis pré-pandemia, graças a uma expansão dos programas governamentais, embora se espere que isso seja apenas temporário. (OXFAM, 2022, p.39)

Esses dados nos revelam que a desigualdade social, quando aferida apenas pela concentração de renda, pode não refletir adequadamente a realidade, visto não levar em consideração os demais aspectos que colaboram para sua existência. Percebemos ainda que a intervenção do Estado tende a minimizar a desigualdade social, mas essa é uma solução paliativa, uma vez que não age no cerne da questão. Vejamos um exemplo de como o Auxílio Emergencial impactou no índice de Gini⁴, mas não refletiu, necessariamente, na real diminuição da desigualdade social aos milhões de brasileiros que são por ela assolados:

[...] ao longo de toda a série [2012 a 2020], embora com valores distintos, o Gini manteve o mesmo comportamento considerando ou não os benefícios de programas sociais, apresentando queda até 2015 e posterior crescimento,

⁴ Coeficiente criado pelo matemático italiano Conrado Gini e amplamente utilizado nas mais diversas análises acerca de como a desigualdade de renda se manifesta na sociedade e aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2022)

com estabilidade em 2019. Apenas entre 2019 e 2020 houve inversão do comportamento das duas curvas, com queda de 3,7% do índice que atingiu o menor valor da série histórica (0,524), também observado em 2015. Sem os programas sociais, por outro lado, o indicador apresentaria crescimento de 2,3%, com o maior valor da referida série (0,573). Importante frisar que na ausência dos programas sociais, o nível da desigualdade de renda seria mais elevado em todo o período (IBGE, 2021, p.52).

Em 2021 a concentração de renda em nosso país apresentou comportamento atípico e isso se deve à concessão do Auxílio Emergencial e Auxílio Emergencial Residual, pois

Os programas sociais, que ao longo da série reduziram as desigualdades na apropriação do rendimento entre os 10% com maiores rendimentos e os 40% com menores rendimentos, ganharam maior magnitude em 2020, em decorrência dos programas emergenciais cuja focalização foi mais intensa nos décimos da base da distribuição que o indicador utiliza. (IBGE, 2021, p. 54)

Percebemos que essa concessão também

teve um impacto significativo no rendimento domiciliar e, por conseguinte, sobre as medidas de pobreza que utilizam apenas esse critério de definição sobre quem é pobre ou não. A elevação conjuntural do rendimento médio das famílias por prazo determinado, embora fundamental para o enfrentamento do período de crise, não necessariamente foi acompanhada por melhorias nas demais dimensões da qualidade de vida. Essa ressalva é importante porque justamente, ao longo de 2020, o País atravessou grandes desafios em muitas dessas dimensões (como acesso à educação, saúde, trabalho e segurança alimentar). Ainda assim, as linhas de pobreza monetárias são reconhecidos parâmetros de acompanhamento da situação econômica das famílias e são internacionalmente monitoradas e comparadas entre países por distintas metodologias de identificação dos pobres (IBGE, 2021, p.59)

O Brasil possui outros programas de transferência de renda, como o Bolsa Família que

[...] destinam-se a indivíduos ou famílias cujo acesso ao mercado – de consumo e/ou de trabalho – esteja limitado ou inexistente, seja em virtude de fatores conjunturais, como, por exemplo, crises econômicas, ou estruturais, que são historicamente determinados. Nessas situações, as transferências operam mitigando uma das dimensões da vulnerabilidade social, a insuficiência de renda, que, em geral, é feita por meio de programas sociais de transferência monetária, seguindo critérios normativos que são estabelecidos em função da natureza do público-alvo como também da disponibilidade de recursos para as referidas políticas (Barr *apud* IBGE, 2021, p.46)

Essas políticas são reguladas pela Constituição Federal de 1988, que, por meio de seu Art. 194, criou a Seguridade Social como um instrumento que visa abrandar a desigualdade de acesso aos bens básicos de consumo, bem como garantir que o poder público aja de modo a assegurar aos brasileiros seu acesso à saúde, previdência e assistência social, sendo uma política pública importante para uma considerável parcela da classe trabalhadora, mas que não foge das disputas eleitoreiras, tanto que durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro sofreu uma mudança na nomenclatura passando a se chamar Auxílio Brasil e passou não exigir como requisito para o recebimento do benefício a vacinação infantil nem mesmo a frequência escolar (UOL, 2021), aspecto exigido anteriormente e que voltou a ser requisito para concessão do benefício no ano de 2023, com o retorno do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao poder.

Uma ferramenta interessante que possuímos para analisar como a conjuntura brasileira se comportou no período pandêmico no que se refere à desigualdade social é a Síntese dos Indicadores Sociais realizada anualmente pelo IBGE. Vale considerar que para a elaboração do relatório referente ao ano de 2021, o IBGE utilizou uma nova base de dados para pautar suas análises, além da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua também foram utilizados dados provenientes do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e da PNAD COVID-19, uma pesquisa experimental com resultados mensais, abarcando os meses de maio a novembro de 2020 (IBGE, 2021).

Além dos dados informados pelo relatório do IBGE, outro instrumento que nos auxilia a mapear a desigualdade e sua evolução no período da pandemia da Covid-19 é o relatório da OXFAM Brasil⁵ (2022a), para isso é importante que conheçamos um pouco sobre essa a instituição que é considerada

uma organização da sociedade civil brasileira criada em 2014 para a construção de um Brasil com mais justiça e menos desigualdades. Atuamos em três áreas temáticas: Setor Privado, Desigualdades e Direitos Humanos; Juventudes, Gênero e Raça, e Justiça Social e Econômica. Entre as nossas estratégias de atuação estão o trabalho em parceria e aliança com outras organizações e setores da sociedade civil brasileira, o engajamento público, a realização de campanhas e a incidência com setores público e privado. A Oxfam Brasil tem um conselho deliberativo, um conselho fiscal e uma assembleia geral – formados por brasileiros – e é uma organização sem fins

⁵ Ainda que dentro dos limites que sabemos que os dados possuem ao serem elaborados por uma instituição que os mapeia de acordo com interesses particulares, entendemos que podemos utilizá-los, desde que façamos uma análise crítica deles.

lucrativos e independente. Nosso escritório fica em São Paulo. Fazemos parte de uma rede global, a Oxfam, que tem 20 membros que atuam em cerca de 90 países pelo mundo, por meio de campanhas, programas e ajuda humanitária. Para nós, desafiar as desigualdades é dar espaço, voz e poder às pessoas para que possam exercer seus direitos plenamente, para contribuir com a construção de um país mais justo e menos desigual. (OXFAM, 2022)

Essa organização realiza a divulgação de diversos relatórios como “Reduzindo a Lacuna” (2022); “Primeiro a crise, depois a catástrofe” (2022); “A desigualdade mata” (2022) – relatório que iremos utilizar para pautar nossa análise de como a desigualdade se aprofundou com a pandemia da Covid-19 – “Democracia Inacabada” (2021), “O vírus da fome se multiplica” (2021), além de divulgar dados do relatório elaborado pela PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) intitulado: “Insegurança alimentar e a Covid-19 no Brasil”. Esse relatório aponta que

No fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiro/as conviviam com a fome. Em 2022, são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. [...] E mais da metade da população do país – 125,2 milhões de pessoas – vive com algum grau de insegurança alimentar (PENSSAN, 2022)

Ou seja, mais da metade da população brasileira não tinha certeza se poderia se alimentar na próxima refeição (PENSSAN, 2022). São dados alarmantes e que demonstram claramente o fosso que se abre entre as classes sociais na sociedade brasileira, aspecto que nos mostra a importância de desvelarmos o que é a desigualdade social e o fato de que ela não é natural, mas sim causada e perpetuada pelas relações de poder que se estabelecem no modo de produção capitalista, uma vez que nele “a cidadania pode chegar a servir como igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais” (Quijano, 2005, p.130), ou seja, ainda que sejamos considerados “iguais” perante a lei, há muitos aspectos reais no qual a desigualdade se evidencia o tempo todo.

É importante salientarmos que o relatório “A desigualdade mata”, da OXFAM, aborda a desigualdade como desigualdade de renda e de oportunidades, perpassa pela questão da desigualdade estrutural de gênero, raça, etnia e casta, mas em momento algum cita a desigualdade como social ou utiliza o termo “desigualdade social”, isso nos diz muito sobre o que a organização considera enquanto desigualdade, sem tocar no cerne de seu surgimento e o porquê de sua perpetuação. Para sua superação sugere que

Os governos têm um espaço enorme para mudar radicalmente a trajetória. Apenas soluções sistêmicas servirão para combater a violência econômica enraizada e estabelecer os fundamentos para um mundo mais igualitário. Isso exige uma mudança ambiciosa nas regras da economia, para uma distribuição mais justa do poder e da renda - garantindo que o mercado, o setor privado e a globalização não produzam, em primeiro lugar, mais desigualdade - para tributar os ricos e investir em políticas públicas comprovadas (OXFAM, 2022, p. 13)

O fato de as pessoas em situação de pobreza, mulheres e meninas e grupos raciais serem tão frequentemente mortos ou prejudicados de forma desproporcional, mais do que aqueles que são ricos e privilegiados, não é um erro accidental na forma dominante de capitalismo atual, mas uma parte central dele. [...] E os governos podem ir ainda mais longe, garantindo que os dividendos não sejam pagos até que a empresa pague um salário digno a todos os trabalhadores e esteja investindo o suficiente na transição para a baixa emissão de carbono. Eles devem investir em um futuro mais democratizado para negócios que rejeitem a camisa de força do capitalismo dos acionistas, por exemplo, incentivando modelos de negócios mais equitativos, como cooperativas e projetos sociais, nos quais trabalhadores, agricultores e comunidades detêm poder real. (OXFAM, 2022, p.12 e p.46-47)

Além de traçar apenas críticas breves e sintéticas ao capitalismo, o mencionado relatório sintetiza o ideário burguês/liberal de um mundo mais igualitário, mais “justo” e menos desigual, uma vez que em diversas passagens traz essas menções, no qual essa justiça e igualdade seriam alcançadas por meio da manutenção do capitalismo e apenas delineado por uma melhor distribuição de renda. Nesse sentido, a exploração do trabalhador, que alimenta as benesses e lucro dos burgueses, continuaria a existir.

Ainda no relatório “A desigualdade mata”, menciona-se o fato de que a desigualdade existe devido ao acúmulo de riquezas se encontrar nas mãos de uma minoria em detrimento do conseqüente empobrecimento de uma maioria, contudo apesar de nos trazer informações relevantes, em momento algum, o relatório analisado delineia a necessidade de uma transformação radical da sociedade para superação da desigualdade social. É perceptível que a organização preza pelo apaziguamento do caráter exploratório da sociedade capitalista como se fosse possível humanizá-la com as ações propostas e possíveis reformas nos efeitos nefastos causados pelas mais diversas formas de manifestação da desigualdade social.

Relacionado ao período pandêmico, por meio do relatório da OXFAM obtemos a informação que durante sua vigência houve um exorbitante aumento na quantidade de bilionários e aumento das fortunas daqueles que já eram ricos: “Os dez homens

mais ricos do mundo dobraram suas fortunas *versus* mais de 160 milhões de pessoas que entraram na linha da pobreza” (OXFAM, 2022, p.8).

Como o relatório se intitula “A desigualdade mata” é relevante citarmos os dados referentes às mortes decorrentes da pandemia e do consequente agravamento da desigualdade social: “17 milhões de pessoas morreram de Covid (no mundo todo) – escala não vista desde a Segunda Guerra Mundial” (OXFAM, 2022, p.8). Além disso, a desigualdade tornou a pandemia mais mortal, prolongada e prejudicial, principalmente às camadas mais empobrecidas de nossa sociedade. O relatório também cita como a exploração proveniente da escravidão e do colonialismo corroboraram “com a perpetuação e mesmo existência da desigualdade atual nos mais diversos países” (OXFAM, 2022, p.9), afirmação que está de acordo com a análise feita a respeito da evolução histórica da desigualdade social no Brasil.

Outro dado levantado se refere ao fato de que a “desigualdade é inerente ao capitalismo” (OXFAM, 2022, p.12), porém a solução trazida para essa problemática não se refere à sua extinção, mas foca em

soluções sistêmicas [que] servirão para combater a violência econômica enraizada e estabelecer os fundamentos para um mundo **mais igualitário**. Isso exige uma mudança ambiciosa nas regras da economia, para uma distribuição **mais justa** do poder e da renda - garantindo que o mercado, o setor privado e a globalização não produzam, em primeiro lugar, mais desigualdade - para tributar os ricos e investir em políticas públicas comprovadas. Ações que podem ser tomadas pelo governo para sanar a desigualdade: Reaver a riqueza extrema para a economia real para combater a desigualdade; Redirecionar essa riqueza para salvar vidas e investir em nosso futuro; Alterar as regras e mudar o poder na economia e na sociedade. (OXFAM, 2022, p.14-15 grifos nossos)

Sem uma ação sistêmica e significativa, tanto nacional quanto internacionalmente, que aborde o acúmulo absurdo de riqueza e renda nas mãos dos mais ricos, a desigualdade tende a piorar. Um aumento extremo da riqueza bilionária não é sinal de uma economia saudável, mas um fenômeno ou subproduto de um sistema econômico profundamente nocivo e violento. (OXFAM, 2022, p.24)

Uma das soluções propostas pela Organização ao problema da desigualdade é a taxação das grandes fortunas, todavia compreendemos que a mesma, embora necessária, a curto e médio prazo, seria apenas paliativa, pois não vai ao cerne do problema. Assim, podemos perceber que tal Organização se isenta de qualquer análise e/ou crítica mais aprofundada acerca do surgimento da desigualdade social e de como a mesma pode ser superada, e, como estamos buscando abordar, pautadas numa análise materialista histórica dialética, a desigualdade é social, uma vez que é

inerente ao modo como nossa sociedade atual se organiza e como o poder se perpetua nela, mantendo-se sempre nas mãos da burguesia (classe dominante) e sendo amplificado por meio do aparelhamento do estado por essa mesma classe.

O relatório também cita a “concentração de renda como causadora de diversos efeitos perniciosos sob o restante da população” (OXFAM, 2022, p.21), aspecto bastante evidente no Brasil e que são desvelados também nas seguintes passagens de Souza “a concentração de renda ou riqueza entre os mais ricos é em geral tão intensa que sua dinâmica afeta até mesmo indicadores de desigualdade pouco sensíveis a ela, como o Gini” (2018, p.23); “A concentração de renda no topo é uma das características mais marcantes da desigualdade brasileira, algo reconhecido até por estudos baseados em pesquisas domiciliares [...]” (Souza, 2018, p.228); e, “Em 2013, o milésimo mais rico da população com 20 anos ou mais – um grupo com pouco mais de 140 mil pessoas – recebeu 10% da renda total; o centésimo mais rico abocanhava quase 23%; e o décimo mais rico teve 51%” (Souza, 2018, p. 229-230). Esses dados evidenciam como a distribuição de renda reflete na desigualdade social no Brasil e reforçam o aspecto de concentração de renda e de poder no topo. Fica evidente, desse modo, a necessidade do fortalecimento da luta da classe trabalhadora pela manutenção e/ou conquista de direitos.

Ao analisarmos os índices de desigualdade de renda existentes no Brasil nos deparamos com uma alarmante diferença de renda entre as classes sociais e no interior das classes (a depender das frações de classes), diferença essa que se agravou com a pandemia da Covid-19, aspecto que tornou o abismo social entre as duas principais classes antagônicas (burguesia X classe trabalhadora) quase intransponível, isso é verificável ao termos órgãos internacionais como o Banco Mundial⁶ expondo que “se não houver esforços para combater a desigualdade, os níveis de pobreza não retornarão aos seus níveis anteriores à crise nem mesmo até 2030” (OXFAM, 2022, p.23) e reiteramos o fato de que a pandemia da Covid-19 agravou essa situação, uma vez que a mesma

se alimenta da desigualdade, muitas vezes matando pessoas pobres e historicamente desfavorecidas a taxas mais altas do que em relação às pessoas ricas e privilegiadas. Isso não é um acidente, é o resultado de

⁶ Cabe salientarmos que também compreendemos os limites que possuímos ao trabalharmos com dados provenientes desse Organismo Internacional, mas o fazemos cientes dos cuidados e das críticas necessárias.

decisões políticas e econômicas tomadas considerando o interesse de poucos (OXFAM, 2022, p.24)

A pandemia também

[...] levou a um aumento acentuado da pobreza em todo o mundo. Atualmente, estima-se que há 163 milhões de pessoas a mais vivendo com menos de US\$ 5,50⁷ por dia em comparação com o começo da pandemia. A crise mostrou que, para a maior parte da humanidade, não houve saída permanente da pobreza e da insegurança. Em vez disso, na melhor das hipóteses, houve um alívio temporário, mas bastante vulnerável.” [...] “O Banco Mundial estima que a renda dos 20% mais ricos da humanidade terá se recuperado - recuperando quase metade do que perderam em 2020 - enquanto os dois décimos mais pobres devem perder mais 5% de sua renda em 2021.”[...] “Essa projeção provavelmente também foi subestimada, já que não leva em consideração o aumento da desigualdade dentro dos países, o que o Banco Mundial, o FMI e a OCDE concordam que provavelmente seja o caso na maioria dos países.(OXFAM, 2022, p.36)

Uma das maneiras de se medir a pobreza nos países é a partir da instituição de linhas de pobreza monetária que se referem exclusivamente “à insuficiência de rendimentos das famílias para provisão de seu bem-estar. [...] Nesse contexto, é considerado pobre aquele que não possui rendimentos suficientes para manutenção de sua subsistência de acordo com algum critério monetário estabelecido” (IBGE, 2021, p.57-58). Assim as pessoas podem ser classificadas como pobres quando estão abaixo dessa linha e não pobres quando se encontram acima desses limites. Ressaltamos que o Brasil não possui uma linha oficial de pobreza, o que resulta em diferentes linhas utilizadas com diferentes propósitos e em diferentes percentuais e totais de pobres na população. Essa delimitação se torna relevante, uma vez que a desigualdade social pode ser percebida em uma sociedade pela quantidade de pobres que nela existem.

Devido à crise econômica e sanitária causada pela pandemia da Covid 19 vários setores da sociedade tiveram seus trabalhadores afastados de seus postos de trabalho. Comércio, empresas e indústrias fecharam suas portas, isso afetou suas produções e consequentemente seus lucros, desvelando que quem sustenta o capitalismo são os trabalhadores. As grandes fábricas e indústrias, comércios e escolas só existem porque neles atuam pessoas, são elas que sustentam as benesses da burguesia. Se o número de bilionários aumentou, uma vez que a indústria farmacêutica lucrou como jamais visto, isso só ocorreu porque os cientistas

⁷ Em cotação de setembro de 2022, US\$ 5,50 equivaliam a R\$ 29,04.

trabalharam em seus laboratórios de forma incessante para encontrar uma solução possível e esses mesmos cientistas não se apropriaram dos lucros exorbitantes obtidos pelos donos das indústrias farmacêuticas e de insumos. Enquanto isso

[tivemos o] Surgimento de um novo bilionário a cada 26 horas desde o início da pandemia. [...]. O homem mais rico do mundo faz uma viagem ao espaço em seu foguete de luxo (julho de 2021) milhares morrem por não ter acesso a comida e a vacina. Só o aumento de sua fortuna durante a pandemia já seria suficiente para que todos na Terra fossem vacinados com segurança. [...] Os 2.755 bilionários existentes no mundo viram sua fortuna crescer mais durante a pandemia do que nos últimos 14 anos. [...] Este é o maior aumento anual na riqueza bilionária desde o início dos registros. Isso está acontecendo em todos os continentes (OXFAM, 2022, p.08-10).

Os dados citados expõem a disparidade de renda que existe em todo o planeta e estarrecem quando analisamos cada uma das informações citadas, afinal qual é o sentido de poucas pessoas serem detentoras de tanto dinheiro, como no caso dos bilionários citados? Visto elas serem incapazes de fazer uso de toda a quantia que possuem ainda que “ostentem” com gastos exorbitantes. E em contrapartida temos milhares de pessoas passando fome em diversos locais do planeta, pessoas que não têm acesso a uma única refeição durante seu dia, que não possuem moradia ou que possuem uma moradia precária. Pessoas que não possuem acesso à saúde, educação, segurança, água potável, saneamento básico, que vivem em situações degradantes e às quais as condições para uma melhora de vida estão longe de seus horizontes. Essa diferença absurda só é possível porque o cerne do capitalismo é a acumulação de capital, porque o poder decisório tende a se concentrar nas mãos da burguesia e que agir em prol de criar melhores condições de vida para a classe trabalhadora ou mesmo permitir que ela possa melhorar suas condições reais de existência não é interesse dela. Consideramos, desse modo, que a superação da desigualdade social só se dará mediante a extinção da sociedade capitalista, pois, como já exposto, tal sociedade reproduz e perpetua a desigualdade social de modo jamais visto na história.

1.3 EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Pensar sobre educação na sociedade capitalista não é uma tarefa simples uma vez que nela a educação tornou-se

instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: ‘fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes’. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (Sader, 2020, p. 15).

Embora saibamos dos limites que a educação enfrenta na sociedade atual, compreendemos também sua importância para a humanidade, ainda que dentro das “amarras capitalistas”, uma vez que ela tem como

um dos seus corolários, o processo de produção e reprodução de conhecimentos inerentes às mediações necessárias à práxis que resulta na humanização dos homens; e, por consequência, o conhecimento clássico acumulado historicamente pela humanidade é tomado como meio essencial e predominante da ação educativa (Ferreira Jr.; Bittar, 2008, p. 636)

Perante isso, cabe relembrarmos nossa concepção histórico-dialética, baseada em Marx, na qual compreendemos que o homem tornou-se ser social a partir do momento que passou a produzir trabalho, ou seja, ao transformar a natureza visando uma intencionalidade, essa tarefa adquire o cunho de “atividade de caráter social [...] e por ser social implica, necessariamente, a linguagem e a educação” (Tonet, 2012, p. 53). Cabe ainda analisarmos as condições materiais sobre as quais se calcam determinada sociedade e sua relação com o desenvolvimento dessa sociedade, o que colabora para a concentração do poder decisório nas mãos da burguesia principalmente por meio da imposição de um pensamento político hegemônico o qual “impõe uma forma de pensar, de agir e até mesmo de sentir que invade as classes dominantes” (Cerqueira Filho, 1982, p. 25).

Considerando que é a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores que torna um indivíduo membro efetivo do gênero humano, sendo essa “a tarefa essencial da educação” (Tonet, 2012, p.53), é importante salientar que, ainda que seja tarefa essencial da educação a transmissão desses conhecimentos para que o homem possa fazer parte do gênero humano, na sociedade capitalista, a educação visa somente (isso quando visa) a emancipação política compreendida como de caráter limitado e parcial, uma vez que expressa “a perspectiva de uma classe que é, por sua natureza, parcial, a burguesia” (Tonet, 2012, p. 47). Na esteira do que defende o marxismo, compreendemos a emancipação política como aquela que poderá

garantir ao homem que este seja um sujeito de direitos, um cidadão, todavia sem que alcance da emancipação humana, que

é ilimitada e total por expressar a perspectiva aberta pela classe trabalhadora que exige, para a realização plena dos indivíduos que a compõem, a supressão de todas as classes e a transformação da humanidade em uma verdadeira comunidade. (Tonet, 2012, p.47-48)

Dados os limites atuais para a instauração de uma revolução social, compreendemos que o alcance da emancipação política tende a ser o caminho necessário para a luta, visando o alcance da emancipação humana. Desse modo, defenderemos aqui a importância do acesso ao direito à educação no Brasil, principalmente quando a pandemia da Covid-19 assolou nosso país, visto que a muitos alunos a escola torna-se não somente o local destinado à sua educação formal⁸, mas também espaço de acolhimento, no qual situações de violência, maus tratos podem ser identificados, além de ser o local onde muitos alunos realizam sua única refeição diária.

Enquanto direito a todo cidadão brasileiro, a educação escolar é garantida pela nossa Constituição Federal, de 1998, no seu Art. 205, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDBEN nº 9.394/1996, que, no seu artigo 4º, expressa que

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade [...] (Brasil, 2022d)

Esses níveis educacionais devem ser garantidos pelos municípios, estados ou União, cada qual possuindo uma incumbência específica, a depender do nível de ensino que ofereça. Segundo dados do Censo Escolar (2021) “Quase a metade dos alunos matriculados são atendidos pelos municípios brasileiros (49,6%). Em 2021, a rede privada tem uma participação de 17,4%. Na educação básica, a União tem uma participação inferior a 1%” (Brasil, 2021, p. 6) o que nos demonstra que os municípios são os responsáveis pela maior parcela do alunado brasileiro. Um importante adendo a essa informação é que a União é obrigada a complementar a renda dos municípios que não atingirem “o valor mínimo por aluno/ano definido nacionalmente” (FNDE,

⁸ Vide TONET (2012) “Certamente, o acesso de todos à educação sistematizada, portanto, formal, é uma necessidade para que as pessoas possam se apropriar do patrimônio do gênero humano” (p.55)

2022), essa complementação ocorre por meio do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –, que é um

Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal. O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. (FNDE, 2022)

Esse fundo se destina aos alunos que são atendidos pelas etapas da Educação Infantil (creche e pré-escola), do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e destina-se ao “financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração” (FNDE, 2017). A existência desse fundo é um dos meios de se garantir o investimento na educação pública prezando pela qualidade prevista na LDBEN 9394/96, Art. 4º, inciso IX, que garante, em seu texto,

padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados (Brasil, 2022d)

Esses padrões mínimos de qualidade do ensino nem sempre são atingidos em muitas localidades brasileiras, visto que “Segundo informações do Censo Escolar 2019, um quarto das escolas brasileiras não são atendidas por rede pública de água” (Kubota, 2020, p. 8) e sabemos que sem água encanada as vulnerabilidades que atingirão a instituição serão agravadas, visto que a água serve para higiene, para beber, para o preparo de alimentos, dentre outras funções. Além disso, segundo dados desse mesmo Censo, “44% das escolas brasileiras não são atendidas por rede pública de esgoto”, outro ponto fundamental quando tratamos da questão de saneamento básico atrelado à higiene, demonstrando como há muitos aspectos estruturais a serem melhorados, quando tratamos das escolas públicas brasileiras. Esses dados nos demonstram como a qualidade conforme estabelecida pela legislação educacional brasileira ainda enfrenta diversos entraves, além disso,

precisamos considerar que situações como essa foram agravadas pela pandemia da Covid-19, uma vez que “Com as escolas fechadas, quem já estava excluído ficou ainda mais longe de seu direito de aprender” (UNICEF, 2021, p.5), visto a necessidade de suspensão das aulas presenciais e adoção do ensino remoto emergencial em escolas de todo o país, o que colaborou com o fato de que “o direito à educação de estudantes da classe trabalhadora também fosse vilipendiado” (Darcoletto; Flach, 2022, p. 320), o que, em contrapartida, segundo as autoras, “abriu espaço para que a oferta educacional também se sujeitasse aos interesses capitalistas” (Darcoletto; Flach, 2022, p. 320).

No próximo tópico buscaremos discutir qual foi o impacto da pandemia da Covid-19 na educação pública brasileira, visando apontar os possíveis impactos da desigualdade social na educação, discorrendo acerca de como a garantia ao direito à educação nesse período se viu cerceada a muitos brasileiros.

1.3.1 – Impactos da desigualdade social na educação escolar no Brasil com a pandemia da Covid-19

Como já tangenciamos, no início do ano de 2020, o mundo foi acometido pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), causador de infecção respiratória aguda grave e altamente transmissível. No Brasil, seguindo a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e visando a prevenção do aumento dos surtos de Covid-19, houve na educação a adoção de medidas protetivas, com vistas a preservar a vida e a saúde de professores, demais profissionais, alunos e comunidade. A suspensão das aulas presenciais foi a principal delas e foi tomada pela maioria dos estados e municípios brasileiros. Essa suspensão inicial ocorreu entre 17 e 18 de março de 2020, com a intenção de que o calendário escolar ainda pudesse ser retomado, fato que não se concretizou, uma vez que a pandemia se agravou. Desse modo

a maior parte dos 5568 municípios brasileiros suspenderam as aulas em 20 de março de 2020, de acordo com informações da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime – [...] No âmbito dos estados, 22 das 27 unidades federativas confirmaram a suspensão total das aulas da rede pública ainda em março (RELUS, 2021, p.9)

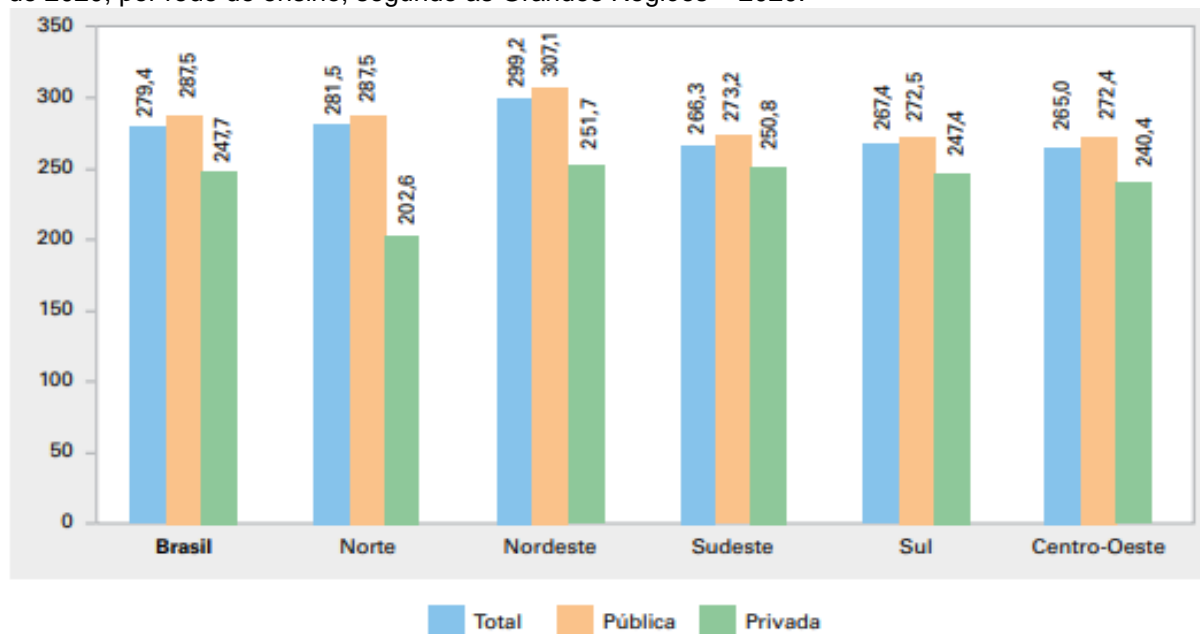
Num país de dimensões continentais, pensar numa solução, ainda que paliativa, a essa problemática, não é tarefa fácil e a suspensão das aulas pareceu o caminho mais seguro. Nesse contexto o Brasil foi um dos países do mundo que

configurou um maior período dessa suspensão (IBGE, 2021) e atingiu “praticamente todos os 47 milhões de estudantes da educação básica e os 8 milhões da educação superior” (Arns, *et al.*, 2021, p.32)

Nesse caso, não se trata do número médio de dias sem aula presencial, mas do número total de dias em que todas as escolas da educação básica do país permaneceram fechadas, ou seja, sem atividades presenciais, por orientação governamental em função da pandemia de COVID-19 entre março de 2020 e maio de 2021. De 210 países com dados coletados, somente 15 países informaram um número total de dias de fechamento das escolas maior do que o do Brasil. Cuba e Argentina, por exemplo, registraram 75 e 110 dias sem atividades presenciais durante esse período, respectivamente. No México, foram 265 dias de fechamento das escolas e no Brasil houve um total de 190 dias [...]. Adicionalmente, o levantamento feito pelo INEP a partir do questionário suplementar do Censo Escolar 2020 – Resposta educacional à pandemia de COVID-19 no Brasil (CENSO...,2021) – mostra que as escolas do País ficaram em média 279,4 dias sem aulas presenciais em todos os níveis da educação básica durante o ano letivo de 2020, 287,5 dias na rede pública e 247,7 dias na privada (IBGE, 2021, p. 75)

Os dados, por região do Brasil, podem ser verificados no gráfico representado pela figura a seguir:

FIGURA 1. Média de dias de suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem no letivo de 2020, por rede de ensino, segundo as Grandes Regiões – 2020.



Fonte: IBGE (2021)

Ao analisarmos as informações contidas no gráfico 1, percebemos que regiões com maior período de suspensão das aulas presenciais foram as regiões Norte e Nordeste, havendo também uma diferença considerável entre o período de suspensão

das aulas na rede pública e privada de ensino, cabe notarmos que com relação a essa última a região Norte foi a que teve a menor quantidade de dias de aulas suspensas. Cabe salientarmos que as regiões Norte e Nordeste são as que abarcam os estados com os menores percentuais de acesso à internet (2019), como pode ser verificado na tabela representada pela figura a seguir:

FIGURA 2. Número e percentual das escolas dos ensinos fundamental e médio conforme a presença ou não de internet por UF (2019)

UF		Sem internet		Com internet	
		Número	%	Número	%
Norte	Rondônia	236	23	779	77
	Acre	1.028	73	378	27
	Amazonas	3.366	69	1.497	31
	Roraima	371	56	296	44
	Pará	6.053	62	3.690	38
	Amapá	389	53	340	47
	Tocantins	258	19	1.085	81
Nordeste	Maranhão	6.593	64	3.654	36
	Piauí	1.356	37	2.328	63
	Ceará	658	11	5.408	89
	Rio Grande do Norte	559	20	2.234	80
	Paraíba	1.077	26	3.111	74
	Pernambuco	2.083	28	5.336	72
	Alagoas	645	26	1.855	74
	Sergipe	376	21	1.441	79
	Bahia	4.560	32	9.710	68
Sudeste	Minas Gerais	1.333	12	9.660	88
	Espírito Santo	436	20	1.756	80
	Rio de Janeiro	380	5	8.030	95
	São Paulo	3.112	19	13.081	81
Sul	Paraná	278	4	6.165	96
	Santa Catarina	100	3	3.189	97
	Rio Grande do Sul	186	3	5.938	97
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	22	2	1.182	98
	Mato Grosso	180	9	1.890	91
	Goiás	104	3	3.453	97
	Distrito Federal	20	2	907	98
Brasil		35.759	27	98.394	73

Fonte: Dados do Censo Escolar 2019 (Inep) – Kubota, 2020.

Esses índices podem colaborar na compreensão de como essas regiões tiveram ainda mais dificuldade de efetivar a garantia ao direito à educação aos

estudantes oriundos das escolas públicas naquelas localidades, o que privou, ainda que temporariamente, os mesmos do acesso às condições mínimas de apropriação dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos necessários à efetivação da ação educativa escolar. Além disso, cabe mencionarmos que

a educação ofertada pela rede pública de ensino é prioritariamente destinada a estudantes da classe trabalhadora, que [...] é a classe social que mais sofreu e vem sofrendo com os impactos da pandemia da Covid-19, é importante compreender como os gestores públicos tratam o direito à educação pública dessa parcela da população. (Darcoletto; Flach, 2022, p.321)

É perceptível que em nosso país as medidas adotadas pela gestão, tanto nacional quanto estaduais e municipais, não impediram que as desigualdades educacionais já existentes fossem agravadas. Os impactos da desigualdade social no contexto educacional puderam ser sentidos principalmente pelos

alunos com menor acesso à internet e a dispositivos, aqueles cujos responsáveis têm menor escolaridade e/ou menor disponibilidade para acompanhar as atividades de ensino remotas (entre os quais, os chamados trabalhadores da “linha de frente” de combate à pandemia), estudantes mais jovens e com menor autonomia (Kubota, 2020, p.7).

A esses alunos as dificuldades de manter o vínculo com a escola, que se dava por meio das atividades que eram ofertadas para que fossem feitas em casa, eram muitas. Essa oferta se deu pelos mais diversos meios e a internet foi um dos mais utilizados, porém nem todos os alunos conseguiram acompanhar as atividades por meio dela, notamos desse modo que a pandemia expôs as fragilidades de nosso sistema educacional e do acesso aos meios tecnológicos por grande parte da população brasileira, isso também se configurou como

a maior adversidade, até então, enfrentada pela educação básica brasileira na garantia de acesso à escola de todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade. A situação é ainda mais desafiadora para a rede pública, que concentra a oferta na educação infantil, ensino fundamental e médio. As desigualdades educacionais históricas do País foram intensificadas tanto por fatores internos ao sistema de ensino na sua capacidade de propor atividades alternativas, como externos, em função das diferentes realidades de acesso a essas atividades por alunos com distintas características socioeconômicas (IBGE, 2021, p.73).

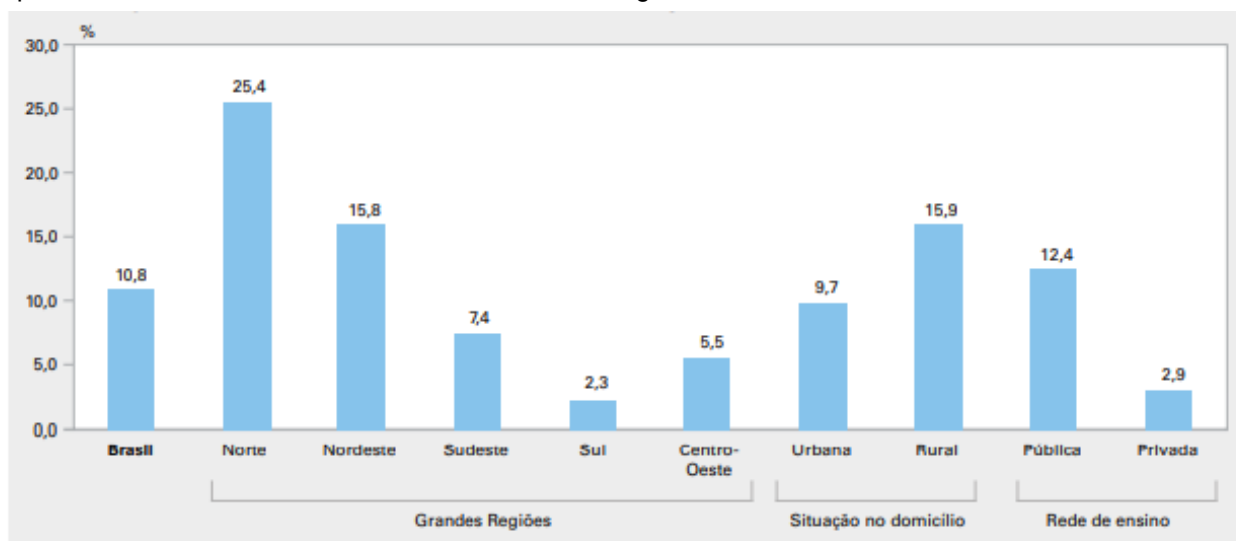
Ao analisarmos os dados obtidos pelo relatório do IBGE (2021) e coletados por meio da investigação experimental da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID-19, entre maio e novembro de 2020, podemos obter um “retrato

sucinto das desigualdades de oferta e acesso ao ensino à distância no contexto da pandemia do novo coronavírus” (IBGE, 2021, p.74). Nesse cenário houve a necessidade da implementação de atividades remotas disseminadas por meio do uso de tecnologias diversas como rádio e televisão, que ainda que sejam tecnologias mais “antigas e vulgares” foram “fundamentais para que alunos sem acesso a tecnologias de ponta conseguissem acompanhar as atividades e mantivessem o vínculo comunidade e escola” (RELUS, 2021, p.9) todavia isso não era garantia do acesso ao direito à educação uma vez que

o acesso às atividades educacionais remotas é muito desigual no Brasil, tanto sob o prisma de renda das famílias quanto sob a perspectiva regional. Em maio de 2020, 24% dos estudantes brasileiros não tinham acesso a esse tipo de tarefa escolar para fazer em casa (pela internet, pela TV ou por materiais impressos, por exemplo). Naquele momento, as desigualdades regionais de acesso às atividades remotas eram enormes (52% de acesso na região Norte contra 94% na região Sul) (Arns, *et al.*, 2021, p. 34)

Importante ressaltarmos que o Brasil possui dimensões continentais e é o 5º país do mundo em extensão territorial, o 6º mais populoso e sua densidade demográfica varia a depender da região analisada, sendo a Região Sudeste a que condensa a maior e a região Norte a menor, essa mesma região tem o maior território dentre todas e é a menos ocupada devido conter uma grande área de preservação ambiental. A região que apresenta o maior número de estados é a região Nordeste, porém ela é economicamente menos desenvolvida que a região Sul, que possui apenas três estados. Esses dados tornam-se relevantes uma vez que os números da exclusão escolar variam a depender do contexto regional analisado. Segundo dados da UNICEF, “as regiões Nordeste e Sudeste concentram, em números absolutos, a maioria da população fora da escola [...] Esse resultado é coerente com o fato de que essas duas regiões concentram a maior parte da população” (2021, p. 11). Além disso, as regiões Norte e Centro-Oeste concentram, em termos percentuais, o maior índice de exclusão escolar dentre todas as regiões (UNICEF, 2021). Já a região Norte “apresenta os mais elevados percentuais de crianças e adolescentes fora da escola e a menor queda percentual na exclusão escolar entre os anos de 2016 e 2019” (UNICEF, 2021, p.14). Essa exclusão também pode ser analisada sob o viés da oferta de atividades escolares aos estudantes brasileiros dentre as regiões do país, confirmando mais uma vez que houve uma distribuição extremamente desigual dessa oferta, como pode ser confirmado pelo gráfico representado pela figura a seguir:

FIGURA 3. Percentual de estudantes de 6 a 17 anos de idade que frequentavam escola sem atividades presenciais e sem oferta de atividades escolares, segundo as características selecionadas – 2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19.

Notas: 1. Dados referentes a novembro de 2020.

2. As atividades escolares disponibilizadas para realização em casa incluem aulas *online*, deveres, estudo dirigido etc.

Fonte: IBGE (2021)

O gráfico anterior (gráfico 2), além de trazer informações acerca do percentual de estudantes que frequentavam a escola sem atividades presenciais e sem a oferta de atividades escolares, por região do Brasil, também apresenta recorte por situação de domicílio – urbana e rural – e por rede de ensino – pública e privada, demonstrando como há uma intensa desigualdade regional de acesso às atividades escolares no período de suspensão das aulas presenciais, desigualdade que

pode ser explicada por diferenças de densidade populacional, infraestrutura de comunicação e transporte, e vulnerabilidade socioeconômica da população, impondo um quadro mais desafiador para a implementação do ensino à distância (IBGE, 2021, p.79)

Percebemos como o ensino remoto “desnudou as desigualdades sob as quais vivem os estudantes da classe trabalhadora que frequentam escolas públicas” (Darcoletto; Flach, 2022, p. 320), expondo as mazelas do capitalismo e como o mesmo tende a excluir a classe trabalhadora do acesso a seus direitos sociais básicos, contribuindo para o aumento nos índices de exclusão escolar, situação que se agravou com a pandemia da Covid-19. O fluxograma a seguir pode nos ajudar a perceber como se deu a condição de frequência à escola em 2020, ano em que a suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto emergencial foram as principais medidas adotadas, apesar disso houve uma quantidade considerável de

estudantes que ficaram fora da escola, ou ainda sem acesso a algum tipo de atividade que substitua as aulas presenciais, fato que pode ocorrer pelos mais diversos motivos e que na pandemia pode ter sido agravado, visto que

a manutenção da vida nunca foi tão urgente e muitos(as) estudantes precisaram auxiliar suas famílias na busca das condições essenciais para se manterem vivos(as). O trabalho, mesmo que exercido de forma precária, tornou-se a necessidade mais emergente para muitos estudantes (Darcoletto; Flach, 2022, p. 327)

Compreendendo a importância de pensar o contexto que assola a vida de cada trabalhador e estudante brasileiro podemos perceber, por meio dos dados expostos, como a classe trabalhadora e os estudantes oriundos dela foram os que mais sofreram os perversos efeitos de uma crise econômica, inerente ao capitalismo, que foi aprofundada pela crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19. Pensando sobre a dificuldade da implantação do ensino remoto nas diversas regiões do Brasil, notamos quão importante é que busquemos compreender como se dá o acesso à internet nessas regiões, visto que o mesmo não é garantia de que os estudantes estejam participando ativamente das aulas remotas, uma vez que “a intensidade da dedicação ao estudo fora de sala de aula é determinada por uma série de fatores, desde condições adequadas ao aprendizado no domicílio ao grau de motivação do estudante” (IBGE, 2021, p. 82) o que pode ajudar a explicar o motivo da disparidade de participação nas aulas remotas durante o período pandêmico. Segundo dados do IPEA “A menor proporção de escolas conectadas ocorre nos estados da região Norte e Nordeste, e as maiores, nas regiões Centro-oeste e Sul” (Kubota, 2021, p. 10). Esse acesso ou falta dele pode ser explicado pelo desenvolvimento econômico de cada região bem como pela dificuldade ou facilidade de implementação da internet, visto na região Norte existirem muitas comunidades ribeirinhas e indígenas nas quais esse acesso tende a ser mais difícil. Isso se reflete, por exemplo, na medição do grau de presença de internet nas escolas do ensino fundamental e médio, por municípios, que segundo dados do IPEA, coletados por meio do Censo Escolar (2019) demonstram que “as localidades mais problemáticas estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, mas existem problemas também nas demais regiões do país” (Kubota, 2021, p.11).

O que podemos constatar por meio da análise desses dados é que

durante o período da pandemia, foi amplamente divulgada e discutida a falta de acesso a equipamentos e à internet por parte dos alunos. Os dados apresentados nessa nota técnica mostram que o retorno às aulas não resultará no fim da desigualdade de acesso a recursos tecnológicos. E parece razoável antever que os profissionais da educação passarão a enfrentar desafios tecnológicos nas escolas. (Kubota, 2021, p.15)

Os desafios tecnológicos precisam ser encarados e superados, para isso há a necessidade de que conheçamos as defasagens e que pressionemos o poder público para que aja de modo a sanar as lacunas existentes, uma vez que no Brasil os estudantes do ensino fundamental e ensino médio são majoritariamente atendidos pela rede pública de ensino “82,0% e 87,4%, respectivamente, em 2019” (IBGE, 2021, p. 76) e ainda

A rede pública era composta em sua maioria por estudantes dos quintos da população com os menores rendimentos, enquanto na rede privada esse padrão se invertia. Por exemplo: somente 5,5% dos estudantes da rede pública de ensino médio pertenciam aos 20% da população com os maiores rendimentos, enquanto 50,5% dos estudantes da rede privada faziam parte desse quinto da população. (IBGE, 2021, p.76)

Esse é um aspecto importante a ser citado uma vez que demonstra como a maior parte dos estudantes, oriundos da rede pública, foram de alguma forma afetados pela desigualdade social que se reflete na educação se convertendo em desigualdade educacional. Essa não seria uma fragilidade se não existissem situações tão desiguais em nosso país, se a concentração de renda não fosse um aspecto tão escancarado e que causa tanta diferença na qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras e se com ela não se perpetuassem outras desigualdades – raça, etnia, opção sexual – que podem não ser propriamente questões de cunho social, mas afetam diretamente a parcela mais pobre da população. Os estudantes oriundos da escola pública são os que, em muitos casos, dependeram da rede pública

para ter acesso a algum conteúdo pedagógico durante o período de adiamento das aulas presenciais. Ao mesmo tempo, a capacidade do sistema de ensino para planejar e implementar ações educativas em caráter de urgência é afetada por uma série de fatores como: condição de trabalho dos professores; infraestrutura e recursos pedagógicos e tecnológicos de cada escola; complexidade logística da região a ser atendida etc. (IBGE, 2021, p. 77)

Longe de a falta de acesso à internet e aos recursos tecnológicos ser a única mazela descortinada pela pandemia, outras fragilidades se escancararam no contexto

educacional, configurando-se em fatores que dificultam a logística e a capacidade das secretarias de educação em planejar e implementar ações educativas em caráter emergencial. A imposição aligeirada para um novo modo de se fazer e se pensar a educação gerou muita angústia também entre os professores, uma vez que

Cerca de 70% dos professores em escolas urbanas sentem dificuldade em utilizar a tecnologia na sua prática devido à baixa velocidade da conexão, como mostra a Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras. Apenas 4% das escolas têm internet em padrões de velocidade internacionais e 39% das escolas hoje sequer têm banda larga. (Arns, *et al.*, 2021, p. 35)

Já os estudantes enfrentaram obstáculos relacionados à atividade remota conforme elencadas: “dificuldade de tirar dúvidas com os professores, a baixa qualidade da conexão à internet e deficiências no conteúdo das aulas” (Arns, *et al.*, 2021, p.35). O desencadeamento da necessidade de uma nova reorganização do processo de ensino obrigou professores e alunos a se adaptarem à nova realidade que lhes foi imposta tão aligeirada e abruptamente, com isso as escolas precisaram buscar alternativas, os professores se viram atravessados pela angústia de precisar elaborar aulas num novo formato e muitas vezes sem o apoio e suporte tecnológico necessário, pois

muitos profissionais da educação também não tinham familiaridade com o modelo remoto de aulas, encontrando muitas dificuldades de adaptação, uma vez que, além das aulas, era necessária também a produção de conteúdos e avaliações (Arns, *et al.*, 2021, p. 35)

Os alunos se viram atravessados por essa mesma angústia, uma vez que muitos não possuíam os meios necessários para acessar esse novo formato de aula. Nesse período houve

grande variação na oferta letiva [...]. Ao passo em que algumas redes ficaram paradas durante parte do período, outras organizaram oferta de conteúdos por meio da TV aberta, materiais impressos, ambientes virtuais de aprendizagem, mensagens por meio de redes sociais e dados patrocinados (Dellagnelo; Reimers, 2020 *apud* Kubota, 2020, p.7).

A realidade descortinada demonstrou como não seria possível atingir a todos da mesma maneira, ou seja, o planejamento de como o direito à educação seria

garantido a todos os estudantes brasileiros necessitavam ser repensado, visto a evidência de que

as desigualdades não nascem na escola e sim que são refletidas nela. Com efeito, ao estabelecer a garantia de acesso e a obrigatoriedade da frequência à escola para todas as crianças e adolescentes, a Constituição brasileira configura a educação básica como um direito de todos. As redes públicas – responsáveis por mais de 80% dos estudantes da educação básica no país – ao assegurarem o acolhimento de todas as crianças entre os 4 e os 17 anos, convertem-se nos espaços em que esse direito se materializa e, ao mesmo tempo, onde se vê refletida a imagem de uma sociedade profundamente desigual. (Chagas, *et al.*, 2020, p.7)

Nesse contexto, as desigualdades, “traço tão marcante de nosso sistema educacional” (Kubota, 2020, p.7), foram ainda mais aprofundadas e evidenciadas, pois antes de ser um sintoma a desigualdade social é um efeito colateral do capitalismo, enquanto houver capitalismo haverá desigualdade social isso porque o capitalismo a pressupõe. Não há como pensar ou se desejar a sua extinção enquanto nossa sociedade for dividida em classes. O máximo que talvez possamos obter é uma diminuição no número dos índices que a medem.

Outro reflexo da desigualdade social sentido por nossas crianças, quando precisaram permanecer fora da escola devido à pandemia, está relacionado à segurança alimentar e nutricional. O Brasil garante a seus estudantes, por meio do Plano Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, o acesso a uma “alimentação escolar balanceada, com alimentos frescos, que respeitam a cultura local e devem ser comprados da agricultura familiar” (RELUS, 2021, p. 19). Essa condição, garantida quando a escola está em funcionamento, foi interrompida quando da interrupção das aulas presenciais. Houve com isso a necessidade de se repensar o modo de como atingir as famílias mais vulneráveis e que tinham na escola único local e momento de refeições da criança. Uma das medidas adotadas que visava facilitar o acesso das famílias a essa alimentação foi a criação da “Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, o que deu maior flexibilidade às redes para distribuir a merenda escolar” (Arns, *et al.*, 2021, p.49) permitindo a

distribuição de cestas básicas, kits de alimentos e vale-compras. No entanto, a distribuição não obedeceu a critérios de regularidade e uniformidade, o que resultou em falta de alimentos em diferentes localidades do país, conforme apurado no Guia de Alimentação Escolar. Além disso, como o cronograma não foi seguido sistematicamente, nem todos os alunos foram contemplados. Ainda, houve processos de desregulação da política, pressionados pelo agronegócio, que tem ameaçado o desmantelamento de forma permanente deste programa tão essencial e referência mundial. (RELUS, 2021, p.20-21)

Esse aspecto nos remonta a duas fragilidades da educação na sociedade brasileira, primeiro a desarticulação das redes de ensino, secretarias de educação e os gestores das escolas, não contemplando famílias que talvez precisassem dessa cesta como única fonte de alimentos, ou mesmo um reflexo da desorganização de nosso sistema de classificação daqueles que se encontram na linha de pobreza, visto o Brasil não possuir clareza quanto à definição de uma (IBGE, 2021) o que pode ter gerado essa falta de critérios de regularidade e uniformidade, além do fato de haver muitas comunidades indígenas que nem sequer as recebem (Arns, *et al.*, 2021). A segunda fragilidade se refere à intromissão do agronegócio visando adentrar no setor público e desmantelando o acesso a agricultura familiar previsto pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. Aspectos como esse tendem a aprofundar a desigualdade social uma vez que privilegiam um setor que já condensa lucros absurdos em detrimento de pequenos agricultores que possuem essas parcerias como importante fonte de renda para suas famílias o que demonstra a necessidade de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e que beneficiem os pequenos agricultores em detrimento do agronegócio.

Outro aspecto necessário de ser enfrentado nesse contexto que se agravou com a pandemia e pode ser analisado como reflexo direto da desigualdade social se refere à exclusão escolar. Relatório da UNICEF acerca desse tema que traz dados referentes ao período anterior à pandemia e também dados referentes ao cenário da pandemia demonstram que “as parcelas da população em idade escolar mais excluídas se concentram entre as crianças de 4 e 5 anos e entre adolescente de 15 a 17 anos” (UNICEF, 2021, p.8) faixas-etárias que foram incluídas na escolarização obrigatória do Brasil com a Emenda Constitucional nº59 de 2009. Esse mesmo estudo constata que a exclusão educacional está diretamente relacionada à questão de raça e etnia visto que

Crianças e adolescentes pretas(os), pardas(os) e indígenas são as(os) mais atingidas(os) pela exclusão escolar. Juntos, elas(es) somam mais de 70% entre aquelas(es) que estão fora da escola. É sabido que suas trajetórias escolares também são marcadas pela exclusão: as reprovações e a distorção idade-série incidem sobre negras(os) e indígenas muito mais do que sobre brancos. (UNICEF, 2021, p.26)

E que

Crianças e adolescentes fora da escola, em todo o país, a maioria pretas(os), pardas(os) e indígenas, são, também, a maioria das(os) que vivem em famílias com renda domiciliar per capita de até ½ salário-mínimo (61,9%) (UNICEF, 2021, p.29)

Esses dados evidenciam que a exclusão escolar tem classe e cor no Brasil, pois atinge principalmente “crianças e adolescentes pobres, pretas (os), pardas (os) e indígenas” (UNICEF, 2021, p.8) e tem ligação direta com a “manutenção de escolhas que condenam grandes parcelas da população à invisibilidade, ao abandono e ao silenciamento” (UNICEF, 2021, p.8)

Esse mesmo estudo estima que havia em nosso país, em 2019, quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes fora da escola e que a maioria se encontrava na faixa dos 15 aos 17 anos, correspondente aos que deveriam estar cursando o Ensino Médio e na faixa dos 4 e 5 anos, que deveriam estar na pré-escola. Além disso, o relatório também demonstra que “em todo o Brasil, crianças e adolescentes vivendo nas áreas rurais são as(os) mais afetada(o)s pela exclusão escolar” (UNICEF, 2021, p. 20). A defasagem aluno-série também aparece como importante fator de desestímulo à permanência da população de 15 a 17 anos na escola, visto que, em 2019

o Censo Escolar contabilizou 7.450.693 matrículas de adolescentes de 15 a 17 anos na Educação Básica. Desse total, 1.580.290 ainda estavam matriculadas (os) no Ensino Fundamental, o que corresponde a 21,2% do total das matrículas (UNICEF, 2021, p.20).

Já as crianças e adolescentes com idade entre 6 e 14 anos se configuram como as mais atendidas pela escolarização obrigatória no Brasil. Um dos fatores que colaboram para um maior índice de exclusão escolar é a faixa de renda, aspecto que está diretamente atrelado à questão da alta concentração de renda existente em nosso país como já exposto na presente pesquisa, aspecto que é um dos principais agravadores da desigualdade social brasileira. Segundo dados da UNICEF “A diferença do acesso à escola entre a parcela da população 20% mais pobre e a parcela 20% mais rica informa sobre o corte de classe que se dá na exclusão escolar” (2021, p.32), ou seja, é visível o fato de que quanto mais pobre se é maior são as chances de se estar fora da escola.

Dentre as crianças de 4 a 5 anos os principais motivos declarados para que estejam fora da escola recaem essencialmente sobre a opção dos pais ou responsáveis englobando (48,5%), as opções “não ter escola”, “falta de vagas” e

“escola ou creche não aceitar a criança por conta da idade” somam 41,5%. Já os motivos alegados com maior frequência pelos adolescentes de 15 a 17 anos para estarem fora da escola são: “desinteresse em estudar”, “trabalho” ou “procura por trabalho” e “gravidez” (UNICEF, 2021). Dados que demonstram como a desigualdade social colabora para a exclusão dessa parcela da população visto que o fato de adolescentes precisarem renunciar aos estudos para procurar um trabalho ou trabalhar é um forte indício de como a sociedade capitalista falhou com esses jovens ao não lhes permitir nem lhes garantir a permanência na escola.

A declaração de desinteresse pela escola não é um dado de análise simples ou fácil. É um tema a ser investigado. É esperado que as pessoas identifiquem a importância da escola, seja por seu potencial de melhorar a vida das pessoas a partir da ampliação das informações e das reflexões que permitem fazer boas escolhas, seja por seu potencial de possibilitar o acesso a melhores empregos. No entanto, verifica-se ano a ano um número muito grande daquelas(es) que estão fora da escola. (UNICEF, 2021, p.37)

O cenário da pandemia registrado no ano de 2020

pode conter informações sobre a dimensão da tragédia brasileira e indícios sobre quais iniciativas podem ser determinantes para o enfrentamento da exclusão escolar. Em novembro de 2020, portanto ao final do ano letivo, 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o país (UNICEF, 2021, p.44).

Mais uma vez o que tem se tornado evidente é a desigualdade que marca a trajetória de meninos e meninas negras (os) quando tratamos da frequência escolar visto que

são os negros e as meninas que tendem a enfrentar maiores barreiras para acompanhar as atividades remotas, seja pelo não acesso às tecnologias, seja pelas demandas domésticas ou pela necessidade de trabalhar pelo sustento, na maioria das vezes em condições precárias e na informalidade (Chagas, *et al.*, 2021, p.29)

Aspecto que remonta ao fato de que a desigualdade social se aprofundou nessa parcela da população e gerou consequências que as acompanham até os dias atuais e que se refletiram na educação -principalmente durante a pandemia – de seus filhos e filhas uma vez que na escola as crianças negras tinham muito mais chance de evadirem por falta de condições para realizar as atividades remotas ou mesmo pela necessidade de se trabalhar para colaborar no sustento da família.

Depreende-se de toda essa análise a urgência do enfrentamento da exclusão escolar que foi aprofundada durante o período da pandemia com vistas a garantir a todos os brasileiros o acesso a um direito que lhes é constitucionalmente garantido, mas nem sempre formalmente fornecido e que deixou de ser usufruído por muitos estudantes brasileiros devido à incidência da pandemia da Covid-19

Se o Brasil, cada um de seus estados, cada município, cada escola, cada família, cada criança e cada adolescente pôde conviver com a exclusão até aqui, o cenário imposto pela pandemia a intensifica e exige medidas que busquem o seu enfrentamento. (UNICEF, 2021, p.51)

Essas medidas exigem atuação do poder público em consonância com a percepção de seu agravamento no momento pandêmico buscando a compreensão do fato que

A exclusão escolar, como registrado, tem como origem os contextos socioeconômicos e culturais, e as desigualdades sociais se reproduzem nas escolas. Limitações e demandas do cotidiano e também as vivências escolares são obstáculos ou motivos para que crianças e adolescentes em idade de escolarização obrigatória deixem de estudar. (UNICEF, 2021, p.52)

A desigualdade social é a principal desencadeadora da exclusão escolar, uma vez que a intensifica visto que muitos alunos abandonaram a escola para procurar um trabalho, muitas vezes informal, para colaborar no sustento de sua família. Políticas como a da implementação de uma renda básica emergencial, como foi feito no Brasil por um curto período, são medidas paliativas e que apenas mitigam a problemática da desigualdade social sem visar resolvê-la. Longe de citarmos que políticas como essa não sejam importantes, ao contrário, são necessárias e urgentes, mas não vão à raiz do problema, ou seja, não visam mudar o modo de produção que perpetua toda essa desigualdade. São medidas que visam melhorar momentaneamente a qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras e podem dar condições para que busquem a percepção de quais são as mazelas que os atingem e porque elas existem.

Para a diminuição da desigualdade social que atinge a tantos brasileiros e brasileiras é necessário todo um conjunto de ações que deveria partir do poder público, todavia ele é engessado pela democracia burguesa, ou seja, o poder está nas mãos daquela ínfima minoria detentora da maior fatia dos rendimentos do país. Cabe então a nós permearmos a luta e o enfrentamento dessa situação expondo aspectos que nós, as trabalhadoras e trabalhadores, permeadas pela necessidade de se lutar

pela sobrevivência, não conseguimos, muitas vezes, perceber. É urgente e necessário que lancemos luz ao debate de que a desigualdade social não é algo natural, mas sim inerente às sociedades de classes e ao modo de produção capitalista. Sua perpetuação é o que permite que esse modo de produção se mantenha, é por meio do aprofundamento da desigualdade social que se promove o enriquecimento e crescimento da ínfima parcela mais rica da população. A desigualdade social não está atrelada apenas ao aspecto da renda, ainda que esse seja um importante aferidor dela, mas está permeada por tantas outras desigualdades que se perpetuam e atingem especialmente aos mais pobres economicamente. Por isso seu estudo e compreensão são importantes ferramentas para que possamos galgar meios de lutar para alcançar a verdadeira revolução social que permitiria sua real superação. Tanto por isso a análise de seu reflexo na educação torna-se importante, uma vez que é justamente a educação que vai nos permitir disseminar essa compreensão. Não há como pensarmos uma sociedade justa e igualitária sem perpassarmos pelo aspecto educativo. Por isso não podemos permitir que a educação se torne mera ferramenta a favor da burguesia, é preciso que a tornemos ferramenta de fomento da revolução proletária e extinção da sociedade de classes, afinal “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (Mészáros, 2020, p.27).

Enveredadas por esse caminho, vamos, no próximo capítulo, procurar evidenciar como as produções acadêmicas da área da Educação abordam a desigualdade social na educação, no período da pandemia da Covid-19;

CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA: COMO AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS TRATAM DA DESIGUALDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID 19

Este capítulo apresenta a organização, sistematização e discussão dos dados levantados na pesquisa. Tais dados foram extraídos do Portal de Periódicos e do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, com o objetivo de **evidenciar como as produções acadêmicas da área da Educação abordam a desigualdade social na educação, no período da pandemia da Covid-19**. Compreendemos que a desigualdade social afeta não só o processo de aprendizagem do aluno, mas sua vida como um todo, ou seja, àqueles que acreditam que a escola é a salvadora da humanidade e que a educação promovida por ela pode sozinha melhorar as condições de vida dos estudantes, evidenciamos que compreendemos a relevância da educação e da escola principalmente no que se refere à conquista e manutenção dos direitos das crianças e dos adolescentes; todavia partimos do entendimento de que é necessário considerar o contexto no qual o estudante e a escola estão inseridos, tanto em um nível micro, como por exemplo, quais as condições de moradia da família da criança, se possuem acesso a uma boa alimentação, se os familiares possuem emprego ou têm acesso a algum tipo de renda (que pode se dar por meio de benefícios sociais), como em um nível macro, referindo-nos às condições de saneamento básico do bairro, transporte público, segurança, saúde etc, bem como é necessário que levemos em consideração as condições materiais sob as quais se pauta a vida dos estudantes frequentadores das escolas públicas, aspecto que incide diretamente em como se darão suas demais condições de vida. Respaldamo-nos desse modo no materialismo histórico-dialético para compor a discussão acerca desse tema, uma vez que compreendemos que “não é possível falar de educação sem referir-se à realidade socioeconômica e à luta de classes que a caracteriza e que a sustenta” (Ferreira Jr.; Bittar, 2008, p. 640), afinal é a realidade quem vai determinar, em última instância, as condições de vida desses estudantes, bem como temos ciência que

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma

subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2020, p.35).

Desse modo, compreendemos que a escola possui papel primordial na vida dos estudantes, pois pode ajudar a identificar quais são as necessidades da comunidade na qual estão inseridos, já que se configura como elo com os familiares de seus alunos, contudo consideramos necessário que conheçamos os limites que enfrentamos para que possamos nos dedicar a uma educação que tenha compromisso com a emancipação humana.

Neste capítulo, tendo em vista expor a organização, sistematização e discussão dos dados da pesquisa, que focou no tratamento que as produções acadêmicas na área da Educação deram à desigualdade social ao abordar a pandemia da Covid 19 e seus possíveis impactos na educação pública brasileira; descrevemos qual foi o procedimento adotado para a realização do levantamento dos dados. Realizamos a descrição detalhada do percurso que nos levou ao encontro das produções acadêmicas que serão analisadas no terceiro capítulo. Apontamos quais foram os resultados que obtivemos, tabelando, categorizando e descrevendo quais foram os artigos e as dissertações encontradas, visando uma melhor compreensão de seus objetos de estudo.

2.1 PERCURSO METODOLÓGICO ADOTADO NA PESQUISA

Partimos da premissa, já verificada e exposta, de que a desigualdade social aumentou de forma considerável com a pandemia da Covid 19, ou como muitas pesquisas citam, foi escancarada por ela. No primeiro capítulo discutimos a desigualdade social enquanto proveniente da divisão da sociedade em duas classes distintas, a burguesia e a classe trabalhadora e que se perpetua por meio da apropriação e acumulação da riqueza social por apenas uma das classes (burguesia) por meio da exploração da classe trabalhadora e na qual o poder se encontra nas mãos da classe dominante para, no segundo capítulo e terceiro capítulo trazer os dados levantados e selecionados para a análise visando identificar como as produções acadêmicas da área da educação abordaram a desigualdade social na educação pública brasileira durante a pandemia da Covid 19.

Adotamos como procedimento metodológico a identificação e análise dos estudos disponíveis nas bases de dados do Portal de Periódicos e Catálogo de Teses

e Dissertações da CAPES, por meio do estado do conhecimento, que pode ser compreendido como a

identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica. Uma característica a destacar é a sua contribuição para a presença do novo na monografia (Morozini; Fernandes, 2014, p.155).

Salientamos, contudo, que para a presente pesquisa delimitamos como fonte de dados apenas os periódicos e dissertações. Os artigos foram buscados no Portal de Periódicos da CAPES devido ao mesmo se constituir enquanto importante biblioteca virtual vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e por agregar uma extensa gama de produção científica nacional e internacional, atualmente composta por mais de 49 mil periódicos com texto completo e 455 bases de dados (GOV.BR, 2022). Já o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foi escolhido por existir desde 2002 e agregar referências e resumos de teses e dissertações defendidas em programas de Pós-graduação *stricto sensu* de todo o país, havendo mais de 125.000 resumos de teses e dissertações (Brasil, 2022a).

As buscas realizadas para a coleta de dados no Portal de Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES ocorreram no início do ano de 2022, nos meses de fevereiro e março. O procedimento adotado foi a busca por assunto, utilizando os seguintes descritores: “desigualdade social”, pandemia, “covid-19”, educação, escola, “educação escolar”, “desigualdades sociais”, visando realizar os mais diversos arranjos de cruzamentos possíveis, com o intuito de abranger uma maior quantidade de trabalhos que corroborassem com a temática pesquisada. O período das buscas se conteve aos anos de 2020, 2021 e 2022, visto serem os anos de vigência da pandemia. Trabalhos escritos antes disso não teriam como abordar o assunto que buscamos, por isso optamos por não os considerar. Para a busca dos artigos no Portal de Periódicos da CAPES, delimitamos os: Periódicos revisados por pares, artigos escritos em Língua Portuguesa, visto nosso escopo de análise ser o Brasil e apenas os artigos publicados em revistas da área da Educação. Para a busca das teses e dissertações utilizamos a base de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e seguimos basicamente os mesmos passos citados anteriormente, além de aplicamos como filtro: período de busca - anos de 2020, 2021

e 2022; tipos de pesquisa: Mestrado e Doutorado; Grande área do conhecimento: Ciências Humanas; Área do conhecimento: Educação.

Os quadros a seguir demonstram a quantidade de resultados encontrados a partir de cada cruzamento efetuado com os descritores citados em cada uma das bases de dados utilizadas.

QUADRO 1 – Total de Produções disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por descritores – 2020 a 2022 - (2023)

Descritores utilizados na busca	Total de resultados
“Desigualdade social” AND pandemia AND escola	26
“Desigualdade social” AND educação AND pandemia	26
“Desigualdade social” AND educação AND “covid-19”	31
“Desigualdade social” AND “educação escolar” AND pandemia	6
“Desigualdade social” AND “educação escolar” AND “covid-19”	6
“desigualdades sociais” AND escola AND pandemia	58
“desigualdades sociais” AND escola AND “covid-19”	11
“desigualdades sociais” AND “educação escolar” AND pandemia	7
“desigualdades sociais” AND “educação escolar” AND “covid-19”	2
“Desigualdade social” AND escola AND “covid-19”	9
“Desigualdade social” AND escola AND pandemia	54
Escola AND “covid-19”	38
“Desigualdade social” AND “covid-19”	37
“Desigualdade social” AND pandemia	39
“desigualdades sociais” AND “educação escolar”	25
Escola AND pandemia	50
“desigualdades sociais” AND pandemia	136
Total geral	561

Fonte: Dados organizados pela autora (2023)

QUADRO 2 – Total de Produções disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por descritores – 2020 a 2022 - (2023)

(continua)

Descritores utilizados na busca	Total de resultados
“Desigualdade social” AND pandemia AND escola	3

QUADRO 2 – Total de Produções disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por descritores – 2020 a 2022

(conclusão)

“Desigualdade social” AND educação AND pandemia	10
“Desigualdade social” AND educação AND “covid-19”	9
“Desigualdade social” AND “educação escolar” AND pandemia	2
“Desigualdade social” AND “educação escolar” AND “covid-19”	1
“desigualdades sociais” AND escola AND pandemia	4
“desigualdades sociais” AND escola AND “covid-19”	2
“desigualdades sociais” AND “educação escolar” AND pandemia	6
“desigualdades sociais” AND “educação escolar” AND “covid-19”	5
“Desigualdade social” AND escola AND “covid-19”	3
“Desigualdade social” AND escola AND pandemia	5
Escola AND “covid-19”	19
“Desigualdade social” AND “covid-19”	4
“Desigualdade social” AND pandemia	4
Escola AND pandemia	35
“desigualdades sociais” AND pandemia	38
Total geral	150

Fonte: Dados organizados pela autora (2023).

Destacamos que apesar do grande número obtido por meio desses cruzamentos realizados nas buscas (561 artigos e 150 teses e dissertações), chegamos a menos artigos e dissertações (nenhuma tese), visto que muitos resultados se repetiam quando do cruzamento de descritores similares. Após leitura inicial minuciosa do título de cada um dos resultados e da verificação daqueles que pudessem corroborar com nossa busca; leitura do resumo e palavras-chave (nos artigos, teses e dissertações) e verificação do sumário (teses e dissertações), selecionamos os artigos e dissertações que pudessem colaborar para aprofundarmos a questão de como a desigualdade social na educação pública brasileira foi abordada nas produções acadêmicas durante o período da pandemia de Covid-19. Selecionamos como critérios de exclusão: artigos, teses e dissertações que não tratam da desigualdade social na educação no período da pandemia da Covid-19 no Brasil. Desse modo chegamos a um escopo de 34 artigos e 10 dissertações.

Para melhorar a capacidade de síntese e análise, além de buscar facilitar a busca da referência dos artigos selecionados, resolvemos agrupá-los mediante a criação de um código alfanumérico de “A1” a “A34” no qual a letra “A” fará referência ao termo “Artigo” e os números representarão a ordem de organização. No próximo tópico traremos os resultados das referidas buscas, bem como a discussão obtida a partir delas, visando atender o objetivo proposto nesta pesquisa.

2.2 ARTIGOS

Os artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES e que fazem parte do escopo da presente pesquisa encontram-se identificados no quadro a seguir, especificados por título, autoria, ano e periódico.

Quadro 3 - Artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por título, autoria, ano de publicação, periódico – (2023)

(continua)

Cód.	Título	Autoria	Ano	Periódico
A1	A quem serve o Exame Nacional do Ensino Médio em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil?	Hélio Souza de Cristo	2020	Revista Espaço Acadêmico
A2	Desigualdade e pandemia nas vidas das brasileiras e dos brasileiros	Elina Elias de Macedo	2021	Zero a seis
A3	Educação em tempos de pandemia: narrativas de professoras(es) de escolas públicas rurais	Maria Antônia de Souza; Maria de Fátima Rodrigues Pereira; Maria Iolanda Fontana	2020	Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica
A4	Ensino a Distância, dificuldades presenciais: perspectivas em tempos de Covid-19	Thaís Janaina Wenczenovicz	2020	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação
A5	Implicações da pandemia da Covid-19 para o financiamento da educação básica	Thiago Alves; Nalú Farenzena; Adriana A. Dragone Silveira; José Marcelino de Rezente Pinto	2020	Revista de Administração Pública

Quadro 3 - Artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por título, autoria, ano de publicação, periódico – (2023)

(continuação)

A6	A Covid-19 e Educação Superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais	André Pires	2021	Educación XXX(58)
A7	A Covid-19 enquanto questão social: classe, escolaridade e cor da pandemia no Pará	Vergas Vitória Andrade da Silva	2021	Holos
A8	A disputa dos recursos públicos da educação básica, os arranjos do estado com o mercado e seus impactos na gestão democrática e participativa da educação no âmbito dos municípios.	Rosemary Roggero; Adriana Zanini da Silva	2021	Eccos – Revista Científica
A9	A educação como direito fundamental do/a estudante na pandemia da COVID 19: o ensino remoto e a realidade das escolas públicas de um município do interior baiano	Cosmerina de Souza de Carvalho; Lilian Moreira Cruz; Livia Andrade Coelho	2021	Revista Educação e Políticas em Debate
A10	A história da educação no Ceará em tempos de pandemia e o ensino remoto: memórias, conjuntura social e resignificação do trabalho docente (2020-2021)	Ana Carolina Braga de Souza; Arliene Stephanie Menezes Pereira; Lia Machado Fiuza Fialho	2021	Revista Liberato
A11	A importância do educador ambiental em tempos de pandemia: uma perspectiva social e para sustentabilidade	Tális P. Matias; Ligia de A. G. Fraga; Ligia T. Mastechin; Vivian Ariane de O. Costa; Luciana Botezelli; Adriana M. Imperador	2021	Holos

Quadro 3 - Artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por título, autoria, ano de publicação, periódico – (2023)

(continuação)

A12	A pandemia e a educação na escola pública: a dualidade do ensino e a diferença das classes sociais	Eliza Ribas Gracino; Rosiane Machado da Silva; Joana D Arc Vaz; Sandra do Rocio Ferreira Leal	2021	Revista HISTEDBR On-line
A13	As práticas do ensino remoto emergencial de educação física em escolas públicas durante a pandemia da COVID-19: reinvenção e desigualdade	Marcos Godoi; Larissa Beraldo Kawashima; Luciane Gomes; Christiane Caneva	2021	Revista Prática Docente
A14	Como a pandemia da Covid-19 vem afetando o cotidiano das comunidades universitárias do nordeste brasileiro?	Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho; Alessa Cristina Pereira de Souza	2021	Mundo Amazônico
A15	Covid-19 no âmbito das questões sociocientíficas: modelando a problemática e traçando possibilidades educacionais	Paulo Gabriel Franco dos Santos; Natália Cristine Carlos Costa; Ariel Lima Brito	2021	Investigação em Ensino de Ciências
A16	Desafios da docência para a permanência dos estudantes em tempos de pandemia	Iza Manuella Aires Cotrim-Guimarães; Elisa Antônia Ribeiro; Giuliana de Sá Ferreira Barros	2021	Revista Labor
A17	Desigualdades sociais no ensino remoto em épocas de pandemia	Erika da Silva Maciel; Luan Pereira Lima; Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma	2021	Revista Observatório
A18	Despesas em ações da assistência financeira da União na Educação Básica no período 2014-2020	Nalú Farenzena	2021	Eccos – Revista Científica

Quadro 3 - Artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por título, autoria, ano de publicação, periódico – (2023)

(continuação)

A19	Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública	Renata Mourão Macedo	2021	Estudos Históricos
A20	Educação Básica nas escolas do campo no contexto da pandemia: ensino remoto para quem?	Maria do Socorro Pereira da Silva; Adriana Lima Monteiro Cunha; Thaynan Alves dos Santos	2021	Revista @mbienteeducação
A21	Educação em Tempo de Pandemia e a desigualdade social: Considerações do ensino remoto no Estado do Paraná	Solange de Castro; Elisabeth Rossetto	2021	Educação & Linguagem
A22	Educação em tempos de Covid-19: a emergência da educação a distância nos processos escolares da rede básica de educação	Rochelly Rodrigues Holanda; Tadeu Lucas de Lavor Filho; Italo Teixeira Chaves; Italo Ricardo de Castro Melo; Amanda Alves Ribeiro	2021	Holos
A23	Incertezas do ensino remoto e o distanciamento social: reflexões sobre a práxis educativa no Afim/Ituiutaba (2020)	Maria Aparecida Augusto Satto Vilela; Beatriz Fernanda Carreira; Luana Maciel do Nascimento	2021	Revista Educação Popular
A24	Infância em tempos de pandemia	Isabel Cristina de Jesus Brandão	2021	Holos
A25	O Ensino Superior: as antígonas de nosso tempo pandêmico e o agravamento das desigualdades sociais	Magali Mendes de Menezes; Pedro de Almeida Costa	2021	Revista Entreideias
A26	O que aconteceu com os que ensinam? O impacto da COVID-19 sobre a rotina e a saúde dos professores universitários	Anelise R. Mozzato; Maira Sgarbossa; Fernanda R. Mozzato	2021	Revista SUSTINERE

Quadro 3 - Artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por título, autoria, ano de publicação, periódico – (2023)

(continuação)

A27	Pandemia da Covid-19 como fenômeno integral e central na Educação em Ciências	João Otavio Garcia; Lucas Albuquerque do Nascimento; Pâmela Andreza Padilha; Karina Smania de Lorenzi; Marcelo Gules Borges	2021	Holos
A28	Relação família-escola: Desafios da pandemia da Covid-19 e do ensino remoto emergencial sob a ótica docente	Célia Nonato; Maria Angela Mattar Yunes; Célia Regina Rangel Nascimento	2021	Research, Society and Development
A29	Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19	Vanusa Nascimento Sabino Neves; Lia Machado Fiuza Fialho; Charliton José dos Santos Machado	2021	Educação Unisinos
A30	Uma cidade, duas escolas: um olhar para as desigualdades sociais em tempos de pandemia da Covid-19	Sidney Lopes Sanchez Júnior; Karina Jacob Monteiro; Silvia Gusmão Brandilla Calazans	2021	Revista Educação e Emancipação
A31	Condições educacionais e exclusão digital na pandemia – 2020-2021: o caso da educação pública dos Inconfidentes – MG.	José Rubens Lima Jardimilino; Marcelo Donizete da Silva; Ana Maria Mendes Sampaio; Breno Henrique Matias	2022	Educação Temática Digital
A32	Diferenças sociais e o papel da escola na sociedade: atuação transformadora no contexto pandêmico e pós-pandêmico	Fabiana de Freitas Poso; Willian Alves Pereira; Aline Silva Dejosi Nery; Bruno Andrade Pinto Monteiro	2022	Revista Thema

Quadro 3 - Artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES por título, autoria, ano de publicação, periódico – (2023)

(conclusão)				
A33	Educação Infantil no contexto da pandemia: novas demandas para o trabalho e a formação docente	Fernanda Duarte Araújo Silva; Vilma Aparecida de Souza; Héli da Cristina Brandão Nunes	2022	Revista Devir Educação
A34	Educação Escolar em tempos de pandemia: direito à educação, ensino remoto e desigualdade social	Cesar Augusto Rodrigues	2022	Roteiro

Fonte: Dados organizados pela autora (2023)

A discussão proposta a partir desse escopo (artigos e dissertações) visa analisar como as produções acadêmicas da área da educação que tratam sobre a desigualdade social e seus possíveis reflexos na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19 e serão tratadas no próximo capítulo. Como utilizamos diferentes cruzamentos e obtivemos uma gama muito diversa de resultados emergiu a necessidade de categorizarmos os trabalhos de acordo com os temas comuns que trazem, conforme quadro a seguir. Salientamos que a categorização foi feita somente com os artigos (por serem em maior quantidade) e traremos uma análise de como as dissertações abordam a desigualdade social na educação durante a pandemia da Covid-19 sem categorizá-las.

Quadro 4 – Categorização dos artigos disponíveis no Portal de Periódicos e Dissertações da CAPES – por categoria, autoria, quantidade de artigos por categoria (2023)

(continua)		
CATEGORIA	AUTORIA	QUANTIDADE
PANDEMIA E EXCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR	PIRES, 2021 CARVALHO; SOUZA, 2021 MENEZES; COSTA, 2021	3
INTERAÇÕES ENTRE SOCIEDADE, PANDEMIA E SAÚDE	SILVA, 2021	1
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	ROGGERO; SILVA, 2021 ALVES, <i>et al.</i> , 2020 FARENZENA, 2021	3

Quadro 4 – Categorização dos artigos disponíveis no Portal de Periódicos e Dissertações da CAPES – por categoria, autoria, quantidade de artigos por categoria (2023)

(conclusão)

DIREITO À EDUCAÇÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA	CARVALHO; CRUZ; COELHO, 2021 WENCZENOVICZ, 2020	2
ENSINO REMOTO E TRABALHO DOCENTE E EVASÃO ESCOLAR	MATIAS et al, 2021 COTRIM-GUIMARÃES; RIBEIRO; BARROS, 2021 NEVES, FIALHO; MACHADO, 2021 MOZZATO; SGARBOSSA; MOZZATO, 2021 SOUSA; PEREIRA; FIALHO, 2021 SILVA; SOUZA; NUNES, 2022	6
ENSINO REMOTO, PANDEMIA E EXCLUSÃO DIGITAL	GODOI, <i>et al.</i> , 2021 SANTOS; COSTA; BRITO, 2021 VILELA; CARREIRA; NASCIMENTO, 2020 GARCIA, <i>et al.</i> , 2021 JARDILINO, <i>et al.</i> , 2022	5
ENSINO REMOTO E DESIGUALDADE SOCIAL	MACIEL; LIMA; QUARESMA, 2021 SILVA; CUNHA; SANTOS, 2021 SOUZA; PEREIRA; FONTANA, 2020 RODRIGUES, 2022 GRACINO, <i>et al.</i> , 2021 MACEDO, E. E, 2021 HOLANDA, <i>et al.</i> , 2021 SANCHEZ-JUNIOR; MONTEIRO; CALAZANS, 2021 POSO, <i>et al.</i> , 2022 CASTRO; ROSSETTO, 2021 CRISTO, 2020 MACEDO, R. M. 2021 BRANDÃO, 2021	13
RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	NONATO; YUNES; NASCIMENTO, 2021	1

Fonte: Dados organizados pela autora. (2022)

Os artigos encontrados abordam transversalmente sobre evasão escolar, adoção do ensino remoto durante a pandemia da Covid-19, exclusão digital, formação docente, intensificação da desigualdade social e educacional, direito à educação em tempos de pandemia, financiamento da educação. Nos trazem importantes

contribuições sobre como a pandemia agravou as inúmeras situações de desigualdade já existentes, tanto no país quanto na área da educação. Interessante notar como a abordagem acerca da adoção do ensino remoto está atrelada diretamente à questão da desigualdade social, uma vez que a necessidade da suspensão das aulas presenciais e da adoção do ensino remoto demonstrou-se necessária, mas com acesso extremamente desigual por estudantes do Brasil todo. Os estudantes filhos e filhas da classe trabalhadora foram os que mais apresentaram dificuldades para conseguir acompanhar as aulas nesse novo modelo e foram os que mais ficaram de fora do processo de aprendizagem, uma vez que, mesmo que fossem adotadas alternativas como a distribuição de material impresso, aulas via TV aberta e rádio, nem todos tinham condições de acompanhar ou, os pais, de orientar corretamente seus filhos quanto à resolução das atividades oferecidas. Foi um momento único na educação brasileira e que deixará lacunas ainda não totalmente mensuráveis e que provavelmente levarão décadas para serem superadas.

Visando uma melhor organização do trabalho, traremos a seguir subitens contendo as categorias que emergiram quando da leitura e sistematização dos artigos selecionados.

2.2.1 Categoria “Pandemia e Exclusão Educacional no Ensino Superior”

Os artigos elencados nessa categoria, um total de 3, definidos como A6 – Pires (2021), A14 Carvalho; Souza (2021) e A25 Menezes; Costa (2021) abordam principalmente acerca da discussão dos impactos da pandemia da Covid-19 no Ensino Superior brasileiro, tecem considerações de como se deu o uso da tecnologia pelos estudantes e professores dessa etapa de ensino no momento do isolamento social, da suspensão das aulas presenciais e da adoção do ensino remoto.

A adoção do ensino remoto nas instituições de Ensino Superior públicas e privadas impactou de diferentes maneiras o que também variou conforme o curso e nível socioeconômico dos docentes e discentes pertencentes à instituição (Pires, 2021), o autor também expõe que a “pandemia da Covid-19 não criou as desigualdades educacionais no ensino superior brasileiro, mas contribuiu para seu fortalecimento” (Pires, 2021, p.85). Para a análise de seu *corpus* de pesquisa, Pires (2021) baseia-se em trabalhos que trazem a discussão crítica do contexto socioeconômico, dos processos de expansão das matrículas e de inclusão da classe

trabalhadora no Ensino Superior brasileiro nas últimas décadas. Aborda a Covid-19, ao trazer o resultado de duas pesquisas empíricas com informações acerca dos usos das tecnologias de informação pelos alunos das IES (Instituições de Ensino Superior) durante a pandemia. Uma das pesquisas fora realizada com discentes de uma IES pública e outra com discentes de uma IES privada. Divide o resultado de sua análise em três momentos para delimitar como se deu e como poderia se dar o enfrentamento à pandemia no Ensino Superior, sendo eles o momento “Antes da pandemia”, “Durante a pandemia” e “Depois da pandemia”, sendo que, nos dois últimos momentos, tece considerações sobre como os processos de fortalecimento da desigualdade social ocorreram durante a pandemia da Covid-19. No “Antes da pandemia”, cita como a década de 2010 acirrou esse processo e como a década de 2000 foi extremamente favorável às políticas de ações afirmativas que colaboraram para a expansão do número de matrículas no Ensino Superior brasileiro e que isso se deu tanto no setor público quanto no privado. Menciona como a PEC 95/2016, conhecida como “PEC do Teto de Gastos” que limitou os gastos fiscais da União a um determinado limite orçamentário o que atingiu diretamente setores como saúde e educação, acelerando ainda mais o sucateamento dessas áreas, uma vez que essa alteração em nossa CF (Constituição Federal) “assumiu o poder com uma narrativa dominante que os encargos constitucionais com saúde, educação e assistência trariam rigidez ao orçamento e atrapalhariam o desenvolvimento econômico” (Pires, 2021, p.92). No período denominado como “Durante a pandemia”, o autor delinea como ocorreu o processo de suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto e como isso afetou de diferentes maneiras as IES, tendo seus pontos positivos e negativos, uma vez que agiu como

ponde, conectando-nos a lugares e pessoas que se tornaram disponíveis neste ambiente virtual. Nesse sentido facilitou a interação de professores e pesquisadores com grupos de pesquisas de instituições do Brasil e do exterior, a participação em bancas, o acesso a conferências, palestras e o processo de internacionalização (Pires, 2021, p. 93).

Contudo o ensino remoto também alterou de “maneira profunda as relações de ensino e aprendizado, impondo um novo ritmo de trabalho [dos docentes], muito mais intenso, acelerado e extenuante [...]” (Pires, 2021, p.93). No decorrer desse tópico o autor evidencia como o acesso aos meios tecnológicos e à internet demonstrara-se extremamente desigual, tanto entre os docentes quanto entre os discentes e que as

condições de acesso não se relacionam somente aos itens utilizados para acessar à internet, mas também ao local que o estudante utilizará para os estudos e ao fato que eles possuem atribuições para além da obrigação de somente acompanhar as aulas remotas (Pires, 2021). O autor traz um pequeno recorte acerca do adiamento da realização do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), ao citá-lo enquanto política de acesso ao Ensino Superior. No tópico “Depois da pandemia”, elenca o que considera enquanto desafios para o período do retorno presencial das aulas no que denominou de pós pandemia, descrevendo esse momento como “uma oportunidade para enfrentarmos os processos [...] de favorecimento das desigualdades educacionais” (Pires, 2021, p. 98).

Carvalho; Souza (2021) delineiam a maneira como a pandemia afetou o cotidiano das comunidades universitárias com foco no nordeste brasileiro. Tratam, assim como no artigo anterior, de como e porque ocorreu a suspensão das atividades presenciais e sua substituição pelas aulas remotas, demonstrando as fragilidades sociais a que os estudantes ficaram expostos nesse momento, principalmente no quesito acesso à tecnologia. Expõem como em

momentos de crise, como este [pandemia], as desigualdades regionais, socioeconômicas, raciais e de gênero são intensificadas, fazendo com que as regiões mais carentes e seus grupos mais vulneráveis sintam mais fortemente os impactos provocados pelas mudanças necessárias à prevenção e ao enfrentamento das ameaças que o vírus representa (Carvalho; Souza, 2021, p. 45)

Carvalho; Souza (2021) buscam analisar quais foram as mudanças que ocorreram na vida econômica, nos hábitos pessoais, emoções, preocupações e nas relações sociais dos integrantes das comunidades universitárias do Nordeste, tida como uma das regiões mais vulneráveis e mais afetadas pela pandemia no Brasil. Realizaram coleta de dados de forma eletrônica, entre maio e junho de 2020 e utilizaram esse material como corpus de pesquisa, com um total de 4.309 respostas. Os autores separaram o artigo em três seções e iniciam contextualizando a pandemia da Covid-19 na região do Nordeste brasileiro, trazendo dados que evidenciam o porquê dessa região ser considerada economicamente mais vulnerável, visto que “quase metade (47%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na região Nordeste”, na qual todos os estados “apresentam indicadores de pobreza acima da média nacional” (IBGE, 2019 *apud* Carvalho; Souza, 2021). Citam como o

Auxílio Emergencial “teve uma maior cobertura nas regiões Sul e Sudeste, em detrimento do Norte e Nordeste, regiões habitadas pela população mais carente economicamente no país” (Carvalho; Souza, 2021, p. 48) expondo a dificuldade da população nordestina em conseguir o acesso a esse auxílio. Já na segunda seção os autores apresentam algumas características da população universitária da região Nordeste e as correlacionam ao perfil dos participantes da pesquisa com vistas a situá-los no cenário pandêmico. Nessa seção desvelam como as formas digitais de trabalho e estudo que foram implementadas escancararam as desigualdades estruturais que já existiam entre os sistemas de ensino o que segundo os autores reforçam “as disparidades regionais, bem como a distância socioeconômica entre os grupos, em termos de disposição/indisposição de recursos diversos para aderirem a essas medidas [de isolamento social]” (Carvalho; Souza, 2021, p.49). Já a terceira seção traz a discussão sobre os principais impactos da pandemia no cotidiano das comunidades universitárias do Nordeste e como eles são sentidos de maneira diferente pelos diferentes grupos quando analisada as variáveis raça e gênero, por exemplo.

Menezes; Costa (2021) problematizam a permanência de processos de exclusão de uma respectiva universidade agravados pela pandemia. Iniciam citando o cenário pandêmico e como afetou o Brasil, descrevem como esse cenário “nos mostrou o quanto as desigualdades sociais se agravaram, pois é inegável que a pandemia atingiu mais aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social” (Menezes; Costa, 2021, p. 102). Expõem que “a pandemia nos exige uma leitura interseccional, permeada por questões de classe, raça e gênero” (Menezes, Costa, 2021, p.102). Citam como o processo de democratização do acesso à universidade em nosso país é “uma conquista recente e inacabada” (Menezes; Costa, 2021, p.105) tendo em vista o fato de as políticas de cotas, por exemplo, serem algo muito recente. Citam algumas das políticas existentes para auxiliar os novos alunos, provenientes das classes trabalhadoras, a manterem-se no Ensino Superior; todavia expõem como o investimento nesse tipo de política veio decrescendo no decorrer das últimas décadas e, assim como Carvalho; Souza (2021), apontam como a EC 95/2016 colaborou para esse decréscimo, uma vez que “inviabiliza o atingimento das metas de expansão previstas no Plano Nacional da Educação” (Menezes; Costa, 2021, p.107). Dessa forma discorrem que é “nesse quadro de inacabada e imperfeita expansão e democratização da educação superior que a universidade pública brasileira recebe a

pandemia da COVID-19” (Menezes; Costa, 2021, p.107). Citam a adoção da suspensão das aulas presenciais como medida prudente tomada pelas universidades, visto o cenário pandêmico que assolava o país no período. Assim como Carvalho; Souza (2021) e Pires (2021) também abordam a questão do ENEM como porta de acesso à universidade e sobre seu necessário adiamento no período pandêmico. Abordam como a adoção em massa do uso das tecnologias relacionadas ao contexto das aulas remotas mostrou-se como

barreira ao incipiente processo de inclusão e democratização do acesso e da permanência/sucesso na educação superior brasileira. Barreira essa que atinge de modo desigual diferentes segmentos de estudantes, e são justamente os mais vulneráveis, aqueles que historicamente precisaram lutar muito para transpor outras barreiras, agora se vêem novamente excluídos pela incapacidade de dispor e de poder usar ferramentas virtuais de acesso à aprendizagem (Menezes; Costa, 2021, p.108-109)

Interessante notar como tanto Carvalho; Souza (2021) quanto Menezes; Costa (2021) trazem à tona a importância do Enem como acesso ao Ensino Superior no Brasil e como ele foi constantemente alvo de subterfúgios políticos cujas intenções não levavam em consideração os alunos provenientes da classe trabalhadora e a falta de acesso às aulas pelas quais estavam passando no auge da pandemia, com a suspensão das aulas presenciais. Além disso, ambos expõem a questão de como a exclusão educacional se agravou durante a pandemia, visto que a desigualdade de acesso, proveniente muitas vezes da intensificação da desigualdade social, não permitiu que muitos estudantes conseguissem acompanhar as aulas remotas para garantir a continuidade de seu processo de aprendizagem.

Cabe considerarmos que se antes da pandemia o acesso ao Ensino Superior atingia apenas uma pequena parcela da população - segundo dados do INEP, de 2019, apenas 20% da população de 25 a 34 anos possui diploma de Ensino Superior no país, e de que 40% dos ingressantes nas universidades pertencem aos 20% da população com maior poder aquisitivo e apenas 5% pertenciam aos 20% mais pobres da população (USP, 2021) com a pandemia esse acesso tornou-se ainda mais difícil. Ainda que a tecnologia tenha proporcionado a continuidade do ano letivo no período de suspensão das aulas presenciais, para que esse acesso ocorresse de forma homogênea era necessário o mínimo de aparato tecnológico, um bom *smartphone* ou *notebook*, além de uma boa conexão, um ambiente adequado e propício para os estudos e tempo de qualidade para se dedicar a eles, algo nem sempre possível a

muitos brasileiros e brasileiras. Desse modo, após a análise dos trabalhos elencados nessa categoria podemos concluir que as condições de acesso às aulas remotas no Ensino Superior foram extremamente desiguais e que isso aprofundou as desigualdades já existentes entre os universitários.

2.2.2 Categoria “Interações entre sociedade, pandemia e saúde”

O artigo que elencamos nessa categoria, no total de 1, definido como A7 - Silva (2021) analisa a prevalência de infecção pelo Coronavírus no Pará, para isso baseia-se em dados sobre escolaridade, classe e cor/raça da população com teste positivo para o vírus (Silva, 2021). Sua contribuição para a área da educação situa-se no fato que aborda como a distribuição entre os grupos afetados pela pandemia é extremamente desigual, visto que a população que se encontra em maior situação de vulnerabilidade e que possui menos escolaridade é a mais afetada pela posituação do exame de Covid-19. Silva (2021) cita que “O privilégio da quarentena não se estende a todos/as; neste sentido, ela é discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros. Para aqueles de baixa renda e escolaridade, a quarentena é particularmente impraticável” (p.10), expondo assim como a desigualdade social, principalmente no contexto analisado (estado do Pará), foi escancarada pela pandemia e que condiciona

a adoção de medidas preventivas para epidemia considerando que o distanciamento social, a principal medida elencada pela Organização Mundial de Saúde, não é um direito de todos/as, em especial no Pará, onde a população pertencente às classes C, D e E tem uma escolaridade precária, representa a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, de alimentação, transporte, armazenamento e correio, que se mantiveram ativos, mesmo durante a pandemia (Silva, 2021, p.10).

Após a análise do trabalho citado podemos concluir que a dificuldade de acesso ao processo de escolarização torna a capacidade de atingir uma melhor condição financeira cada vez mais distante da realidade de muitos brasileiros e brasileiras; bem como acabou por se demonstrar como um facilitador para o contágio pela Covid 19 uma vez que essas pessoas precisaram expor-se mais a situações de risco e ficaram assim mais suscetíveis ao contágio.

2.2.3 Categoria “Financiamento da Educação”

Os artigos elencados para essa categoria, um total de 3 definidos como A8 - Roggero; Silva (2021), A5 - Alves, *et al.*, (2020) e A18 - Farenzena (2021) visam discutir como o aporte e distribuição do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) impactaram na execução das políticas públicas, uma vez que é por meio dele que se dá o financiamento da educação pública brasileira. O processo de regulamentação do novo FUNDEB é abordado por Roggero; Silva (2021). Os autores expõem como em nosso país há uma alta taxa de transferência de recursos da educação pública para a educação privada e como isso impacta diretamente na gestão democrática da educação no âmbito municipal. Abordam a questão da EC (Emenda Constitucional) 95/2016 como uma ameaça ao direito à educação, uma vez que

determina que o investimento em educação não poderá exceder o ajuste inflacionário até o ano de 2036, sacrificam-se as garantias constitucionais dos direitos sociais, coloca-se em risco a implementação dos planos nacional, estaduais e municipais de Educação e os princípios acordados na reabertura democrática dos anos 1980 e expressos na Constituição Federal de 1988 (Roggero; Silva, 2021, p.3).

Os autores argumentam que a financeirização da educação transforma a educação em mercadoria, desse modo impõe-se a lógica empresarial ao setor educacional o que

estimula a concorrência e a privatização, por meio de avaliações em larga escala (que não referem as especificidades do processo educacional) e ranqueamentos inúteis à melhoria da qualidade da educação (visto que não alcançam os avanços esperados desde que criados); controla a produção do conhecimento por meio das demandas muito específicas dos setores produtivos (com pouco financiamento e condições de trabalho adversas e questionáveis); pressiona o sistema público a diminuir os gastos com a educação, argumentando pela eficácia e desconsiderando as desigualdades sociais nacionais e regionais); e direciona a implementação de uma política compensatória para diminuir a tensão social e conter conflitos, mas não diminuir as desigualdades. (Roggero; Silva, 2021, p.7)

Roggero; Silva (2021) salientam que essa lógica prejudica a educação pública, uma vez que não leva em consideração as diversas variáveis que colaboram para que os resultados das avaliações externas estejam aquém do esperado, como, por exemplo, as condições de vida a que as crianças estão expostas em seu cotidiano.

Desse modo, os autores expõem que a interferência do setor privado nas políticas públicas não colabora para uma melhoria real das situações justamente por desconsiderar essas variáveis. Alves, *et al.*, (2020) tratam de como a pandemia poderia desencadear um possível e provável impacto na arrecadação tributária da União, estados e municípios e como isso impactaria diretamente no financiamento da educação pública brasileira. Citam como esse impacto pode aumentar as desigualdades das condições de oferta de ensino principalmente nas localidades mais pobres e que por consequência possuem menor arrecadação tributária. Citam a urgência de medidas que visem atenuar essa possível queda na arrecadação, medidas como ajuda financeira da União aos seus entes federados. Expõem dados sobre a receita vinculada e estimativa de redução de recursos para financiamento da educação básica por região e unidade federativa e concluem que

Esses números evidenciam uma das principais limitações do sistema de financiamento da educação básica vigente: a capacidade de financiamento das redes públicas associada à capacidade de arrecadação, dada a riqueza local. [...] Sendo assim, as condições para a garantia do direito à educação ficam suscetíveis à capacidade fiscal da localidade onde as crianças, os jovens e os adultos moram (Alves, *et al.*, 2020, p.988)

Finalizam expondo a importância de programas mais tradicionais de assistência financeira da União aos estados e municípios como o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar) e que têm sofrido decréscimo nas aplicações nos anos mais recentes e por isso a aprovação do novo FUNDEB (aprovado pós publicação da escrita do artigo) é a medida mais urgente para se enfrentar o desafio da possível falta de recursos pós queda na arrecadação devido à pandemia.

Farenzena (2021) analisa como ocorreu a evolução orçamentária nas ações de assistência financeira da União na educação básica entre 2014 e 2020, o que coincide com o primeiro ano da pandemia. Compreende o financiamento da educação como política pública e importante fonte de efetivação delas no âmbito da educação básica. Cita como no decorrer desse período houve um decréscimo de recursos, advindo principalmente da política de austeridade fiscal imposta pela Emenda à Constituição 95/2016 a PEC do “Teto de gastos”. Assim como Alves, *et al.*, (2020) também cita a importância de programas como o PNAE e o PDDE para estudantes da rede pública

de ensino brasileira visto serem uma das maneiras da União colaborar para o aporte de verbas aos municípios com o intuito de amenizar as desigualdades existentes.

Alves, *et al.*, citam como as políticas de austeridade fiscal no âmbito federal impactam

diretamente, e negativamente, a disponibilidade de recursos federais para a educação. O efeito do lamentável encolhimento das despesas federais é deletério não somente para a educação, mas para o conjunto das políticas sociais; com a crise sanitária e a agudização da crise econômica, decorrentes da pandemia de Covid-19, o efeito da agenda política da austeridade fiscal tem sido o aumento da pobreza e das desigualdades sociais; gastos extraordinários, por exemplo, com o auxílio emergencial ou Pronampe, não tem sido suficientes e sofrem grandes oscilações, expondo-se grave omissão estatal na garantia de direitos sociais e humanos (2020, p.6)

Por meio da análise da categoria “Financiamento da Educação” percebemos como pandemia afetou o cenário da arrecadação tributária no ano de 2020 com posterior acréscimo em 2021, contudo as políticas públicas adotadas para a área da educação durante os anos mais afetados pela pandemia demonstraram-se insuficientes para proporcionar o acesso às aulas remotas ou as mais diversas abordagens de realização de atividades não presenciais, permitindo que milhares de alunos brasileiros tivessem seu processo de ensino aprendizagem prejudicado durante esse período.

2.2.4 Categoria “Direito à Educação no Período da pandemia”

Os artigos elencados nessa categoria, um total de 2 definidos como A 9 - Carvalho; Cruz; Coelho (2021) e A4 - Wenczenovicz (2020) analisam quais foram as dificuldades impostas pela pandemia quanto à concretização do processo de aprendizagem e como isso incide diretamente sobre o direito à educação resguardado pela Constituição Federal de 1988. Carvalho; Cruz; Coelho (2021) analisam a realidade das escolas públicas de um município do interior baiano e visam desvelar o contexto da educação escolar em tempos de pandemia abordando a educação como direito social fundamental e como a realidade do ensino remoto impactou nesse direito. Iniciam expondo que a educação é um direito fundamental aos brasileiros e preconizado pela CF e pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e que na pandemia a adoção do ensino remoto foi respaldado pelo Parecer 05/2020, que o

instituiu. Trazem o questionamento sobre quais foram as condições nas quais se realizou essa implantação, tanto para professores quanto para os alunos uma vez que nem todos possuíam o aparato tecnológico e internet para acessar as aulas remotas.

Carvalho; Cruz; Coelho (2021) abordam quais foram as medidas adotadas pelo Ministério da Educação para que o calendário letivo fosse cumprido, apesar da suspensão das aulas presenciais, expondo que isso só foi possível devido aos pareceres CNE/CP nº5/2020, CNE/CP nº9/2020 e CNE/CP nº11/2020 que visaram à

reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19, até orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais. (Carvalho; Cruz; Coelho, 2021, p. 1129)

Além deles, as Portarias nº 343 e 544, de 2020, que permitiram a substituição do ensino presencial pelo remoto no ensino superior, e a Medida Provisória 934/2020, que permitiu a adesão nacional do Ensino Superior ao ensino remoto (Carvalho; Cruz; Coelho, 2021). Ainda que não seja foco, o artigo também cita o cenário de aumento da evasão e exclusão escolar nas regiões e estados brasileiros no período da pandemia e como isso demandaria ações concretas e mais imediatas para não afetar a aprendizagem dos alunos, ações como “investimentos financeiros específicos em determinadas áreas; reorganizar o tempo/espço de aprendizagem; repensar o currículo e fomentar a formação docente” (Carvalho; Cruz; Coelho, 2021, p.1130) sendo essas as ações que poderiam garantir que o direito à educação fosse devidamente cumprido. Ao investigar um município do interior baiano acerca de como se deu o direito à educação no período da pandemia, demonstraram como esse direito fora negado a muitos estudantes, uma vez que algumas escolas ficaram fechadas e sem aulas, tanto presenciais quanto remotas, por um determinado período. Revelam, ainda, por meio da análise dos dados coletados, como a

educação escolar destes/as estudantes sofreu fortes impactos negativos e que demandarão longos anos se reestruturando por conta da desoladora crise sanitária que afetou as interações/relações sociais entre professores/as e alunos/as, e consequentemente, a aprendizagem destes/as (Carvalho; Cruz; Coelho, 2021, p.1133).

Carvalho; Cruz; Coelho (2021) destacam também um importante elemento relacionado à ineficiência do poder público em garantir que o direito à educação fosse cumprido durante o período da pandemia e da suspensão das aulas presenciais, visto que muitas vezes o setor público delegava aos docentes a necessidade de se ter o aparato tecnológico, internet e local adequado para que seu trabalho pudesse ser executado, o que os extenuava, visto as diversas demandas que se acumularam nesse período. Demonstram que a tecnologia é uma forte aliada como alternativa no ensino remoto, todavia há de se levar em consideração o fato de que ela não está disponível nem consegue ser acessível a todos, o que causa a evasão escolar e leva esses alunos ao que denominaram como exclusão social, processo que já existia antes da pandemia, mas que se intensificou nela.

Wenczenovicz (2020) inicia expondo o fato de que a educação é um direito humano e que por isso deve ser garantido a todos, sem distinção. Para abordar esse direito foca na análise no Artigo 26, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o qual postula a importância da educação formal na vida das crianças. A autora expõe como esse direito se fragilizou no período da pandemia, uma vez que a substituição das aulas presenciais pelas aulas remotas não ocorreu com a garantia de que todos conseguiriam acompanhá-las, visto as condições precárias em que muitas famílias vivem, não tendo acesso aos aparatos tecnológicos necessários para seu acompanhamento.

Wenczenovicz (2020) expõe quais foram os obstáculos que dificultaram o acesso ao ensino remoto e que esses se relacionam diretamente às questões estruturais, ou seja, à falta de acesso a computadores, internet, falta de local adequado aos estudos etc. Cita também como a pandemia dificultou o acesso à alimentação para muitos brasileiros e principalmente àqueles que tinham na escola local de acolhimento e de alimentação, além do fato de que durante a pandemia os estudantes ficaram mais expostos a situações de violência doméstica, trabalho infantil e abuso, uma vez que perderam nesse período o vínculo com a escola, local onde essas situações podem ser descobertas e combatidas. Traz o apontamento de que “quanto maior o nível de escolaridade, menor a letalidade, e este efeito interliga-se às desigualdades sociais-raciais, às diferenças de renda, que geram disparidades no acesso aos serviços básicos sanitários e de saúde” (Wenczenovicz, 2020, p.1762) o que corrobora com a proposta de Silva (2021) acerca do assunto. Ainda que esse aspecto também não seja seu foco aborda rapidamente como a pandemia poderia

impactar o financiamento da educação pública no Brasil. Conclui que é necessário que haja recursos disponíveis nas redes de ensino para que a comunicação com seus alunos aconteça de maneira mais efetiva e o direito à educação, enquanto direito humano, possa se efetivar mesmo nos momentos de crise.

Ambos os artigos desvelam como há muita disparidade no acesso ao ensino remoto devido à alta taxa de desigualdade presente em nosso país. Abordam como o fato de que o direito à educação não ter se cumprido em determinados momentos da pandemia pode ter colaborado para os aumentos dos casos de exclusão e evasão escolar, uma vez que permitiram a perda, ainda que temporária, do vínculo do estudante com a escola.

2.2.5 Categoria “Ensino remoto, trabalho docente e evasão escolar”

Os artigos dessa categoria, um total de 6, considerados como A11 - Matias, *et al.*, (2021), A16 - Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021, A29 - Neves; Fialho; Machado (2021), A26 - Mozzatto; Sgarbossa; Mozzatto (2021), A10 - Sousa; Pereira; Fialho (2021), A33 - Silva; Souza; Nunes (2022) abordam sobre os desafios da docência em tempos de pandemia (Matias, *et al.*, 2021), (Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021); (Neves, Fialho; Machado, 2021), trazendo aspectos relacionados ao impacto da mesma na rotina e saúde dos docentes universitários (Mozzatto; Sgarbossa; Mozzatto, 2021), pautando o processo de ressignificação do trabalho docente no período pandêmico (Sousa; Pereira; Fialho, 2021), bem como se deram os processos de formação nesse período (Silva; Souza; Nunes, 2022).

Sousa; Pereira; Fialho (2021) debruçam-se sobre a análise de como o governo do Ceará agiu no intuito de mitigar os efeitos da pandemia, principalmente no contexto educacional, trazendo informações acerca das medidas adotadas no estado no período pandêmico. Destacam dentre essas medidas aspectos positivos e negativos. Dentre os positivos citam a criação do projeto Conexão Seduc, que visava fornecer acesso às plataformas de aprendizagem, distribuição de material didático, cartão alimentação e que propôs a suspensão das aulas presenciais. Já os negativos foram citados como principalmente a dificuldade de acesso aos meios digitais exposta pela disparidade econômica da população, além da acentuação da evasão escolar, do adoecimento docente devido à sobrecarga de atividades no período do ensino remoto e a desvalorização profissional, visto que a casa do professor se tornou sala de aula

e ele precisou prover a tecnologia necessária para dar conta das demandas impostas pelo novo momento e pela nova proposta de ensino. Concluem que, ainda que a Secretaria de Educação do Estado do Ceará tenha buscado soluções, elas foram incapazes de conter o agravamento das desigualdades sociais e educacionais escancaradas pela pandemia.

Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros (2021) iniciam abordando sobre como se configura o processo de evasão estudantil e os fatores que permeiam esse processo. Citam a integração social e acadêmica como importante ferramenta para combater essa evasão, por estar associada ao “senso de pertencimento e percepções dos estudantes quanto às relações construídas no cotidiano escolar/acadêmico” (Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021, p. 304-305). Ao abordar o contexto da pandemia citam que novos desafios surgem junto ao problema da questão da evasão, desafios esse que se relacionam

tanto ao processo de ensino-aprendizagem e à organização do processo pedagógico, quanto às questões de ordem socioeconômica dos estudantes, especialmente aqueles com dificuldades para acesso aos recursos tecnológicos, como internet, computadores e outros dispositivos (Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021, p. 305)

Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros (2021) citam a dificuldade de acesso aos recursos tecnológicos como um dos principais desafios aos quais os docentes foram expostos no momento pandêmico com a suspensão das aulas presenciais e com adoção do ensino remoto. Os autores analisam publicações que se referem à docência em tempos de pandemia e quais os desafios da mesma para a permanência dos estudantes nesse período, visando manter seu engajamento e sua participação na teia social e acadêmica das escolas (Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021). Analisam o resultado de suas buscas agrupando-os em três dimensões conceituais as quais delimitam como: nível de escolaridade dos estudantes que evadem, tipos de evasão que acontecem, que podem se relacionar à descontinuidade dos estudos, à não conclusão de determinado curso, transferência ou abandono e posterior retorno do aluno aos estudos e a última dimensão se refere a quais motivos que levaram esse estudante a evadir, que podem variar desde escolha de outra escola, demandas de um possível emprego, desinteresse, problemas sociais, pessoais, etc. Abordam esse tema uma vez que citam que compreender as causas da evasão tende a ser

importante ferramenta na busca de seu combate (Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021). Em seguida lançam mão à questão de como os docentes podem promover a integração desses estudantes à teia social da escola. Aprofundam como ocorreu a docência em tempos de pandemia desde quais foram as políticas educacionais que a respaldaram bem como trata da importância da promoção de uma reflexão acerca da prática docente em tempos de pandemia. Citam como a tecnologia já vinha permeando os processos de ensino atuais algo que se intensificou com a pandemia. Alegam que é necessário que se busque “focar na relação professor-aluno, no sentido de a docência servir de ponte para a construção de aprendizagens e como tudo isso pode contribuir para a permanência do estudante” (Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021, p.312). Expõem a necessidade de que haja políticas públicas efetivas que permitam ao professor condições para que ele possa assumir uma postura reflexiva e assim partir das demandas reais para organizar sua prática.

Matias, *et al.*, (2021) iniciam abordando como a pandemia agravou a situação de crise que já assolava a população brasileira. Abordam aspectos relacionados à pandemia, biodiversidade e degradação ambiental demonstrando como se correlacionam. Citam a necessidade do isolamento social para contenção do vírus, como a demanda pela tecnologia aumentou nesse período e como há uma enorme disparidade na questão do acesso à internet em nosso país, principalmente se analisarmos a classe trabalhadora. (Matias, *et al.*, 2021).

Mozzato; Sgarbossa; Mozzato (2021) assim como Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros (2021) e Matias, *et al.*, (2021) iniciam abordando como a pandemia aprofundou as mazelas sociais há muito tempo já existentes em nosso país e como ocasionou inúmeras mudanças de hábitos e rotinas à população de todo o planeta. Trazem como foco de análise o impacto da Covid-19 sobre a rotina e saúde dos professores universitários. Citam os pareceres que instituíram as aulas remotas e até quando essa modalidade foi autorizada, bem como os que instituíram o retorno às atividades presenciais, seguindo todos os protocolos de biossegurança. Mencionam como os alunos das universidades comunitárias e particulares tiveram menos dificuldade para aplicar e utilizar o ensino remoto, dada as condições socioeconômicas das mesmas e as condições mais favorecidas de muitos de seus alunos. Já as universidades e institutos federais foram os que apresentaram maiores dificuldades, uma vez que muitos deles ficaram quase um semestre sem aulas e enfrentaram dificuldades no processo de implementação do ensino remoto no segundo semestre. Citam como a

Covid-19 acentuou as desigualdades percebidas no acesso digital, que se dava de maneira extremamente desigual entre os estudantes brasileiros, como as tecnologias mesmo que já estavam presentes nos processos de ensino ainda demandavam atualização nesse quesito. Com a pandemia houve um aceleração do uso da tecnologia e ao professor universitário se impôs uma nova rotina que o impactou abruptamente, muitas vezes sobrecarregando-o. Essa nova rotina aliada às novas demandas afetaram a saúde dos docentes e impactaram diretamente na educação, ao aumentar vertiginosamente as desigualdades sociais e impor novos desafios à área “abrangendo a vida pessoal, social, econômico-financeira, saúde física e psíquica diretamente relacionadas a atividade laboral, levando estes a sentir um misto de prazer e sofrimento no trabalho” (Mozzato; Sgarbossa; Mozzato, 2021, p.503).

Neves; Fialho; Machado (2021) iniciam abordando como as questões da evasão escolar, da qualidade do ensino que é ofertado aos estudantes, da igualdade de acesso e permanência têm sido algumas das mazelas da educação que foram agravadas com a pandemia de Covid-19. Citam como as relações trabalhistas dos professores se modificaram com a pandemia principalmente devido à instituição do ensino remoto que causou inúmeras inquietações aos docentes uma vez que nem todos dominavam a tecnologia ou possuíam condições de acessá-la de modo a suprir com as demandas do ensino remoto. Para aprofundar a temática os autores realizaram uma busca no Portal de Periódicos da CAPES buscando artigos que abordassem sobre o trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19. Dentre seus achados citam trabalhos que abordam sobre a precarização do trabalho docente, efeitos da pandemia sobre a educação escolar, ensino universitário com foco na exaustão docente e no adoecimento de professores. Após isso categorizam os trabalhos encontrados com vistas a delimitar as abordagens de suas pesquisas sendo separados na categoria “Precarização do trabalho docente” na qual abordam que um dos aspectos que colabora para isso são as políticas que o neoliberalismo impõe, as quais muitas vezes são elaboradas pela burguesia e por isso não condizem com as reais necessidades da classe trabalhadora e a categoria “Ensino Remoto Emergencial” na qual delineiam como ele foi instituído e adotado nas instituições de ensino do Brasil nas mais diversas modalidades e como impactou o trabalho docente, uma vez que impôs uma nova maneira de se dar aula gerando desgastes

psicológicos em razão das novas atribuições que alteram a vida pessoal e extrapolam o domínio de conteúdos e as estratégias pedagógicas, as quais, somadas ao isolamento e ao distanciamento social, produzem incertezas e vulnerabilidades emocionais e sociais (Neves; Fialho; Machado, 2021, p.11).

Silva; Souza; Nunes (2022) iniciam trazendo o debate acerca do que consideram qualidade da educação no contexto da Educação Infantil delineando a mesma como vinculada

a uma concepção de educação emancipatória e inclusiva, assume-se também que a qualidade da Educação Infantil envolve uma formação humana para além dos interesses do capital, que transcenda as desigualdades sociais e contribua para a transformação social propriamente dita, na contramão dos resquícios de uma história marcada pela educação assistencialista e compensatória, que reafirma as diferenças sociais, econômicas e culturais. (Silva; Souza, Nunes, 2022, p.3)

Silva; Souza; Nunes (2022) citam como a desigualdade social, presente nas estruturas da sociedade latino-americana, agravou-se durante a pandemia da Covid-19. Abordam a necessidade da interrupção das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto nas escolas brasileiras. Trazem a discussão acerca da percepção de docentes da educação infantil relacionada ao seu processo de formação durante a pandemia. Utilizam entrevistas com professoras que atuam na Educação Infantil, da rede municipal de Uberlândia – MG, como base para desenvolver a pesquisa. Abordam como acontecia o processo formativo nessa rede e como isso foi modificado após a incidência da pandemia. Citam como o município adotou o ensino remoto e quais foram as ações suplementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia. Demonstram como foi extremamente desafiante a adoção do ensino remoto na Educação Infantil uma vez que essa etapa de ensino exige muita interação professor-aluno demonstrando ser extremamente necessário o “trabalho com a orientação dos responsáveis no sentido de garantir o desenvolvimento infantil” (Silva; Souza; Nunes, 2022, p. 8). Quanto ao processo formativo os autores demonstram como as professoras relatam não ter havido uma preocupação em planejar coletivamente as ações formativas, muitas delas eram feitas por meio de *lives*, cursos e leituras indicadas pela escola demonstrando haver a

ausência de uma política de formação por parte da Secretaria Municipal de Educação no sentido de oferecer um apoio para a atuação pedagógica das professoras que trabalham na Educação Infantil diante do ensino remoto imposto pela pandemia (SILVA; SOUZA; NUNES, 2022, p.18).

Dessa forma, Silva; Souza; Nunes (2022) afirmam ser extremamente importante que as secretarias pensem uma formação humana que vá para além dos interesses do capital e que transcenda as desigualdades sociais e vise contribuir para a transformação social.

Em síntese, os artigos selecionados para compor essa categoria focam no fato de que a boa relação entre o professor e o aluno no momento das aulas remotas torna-se fundamental para manter o aluno interessado, todavia não deixam de abordar o fato de que nesse período houve uma precarização do trabalho docente, uma vez que os professores ficaram responsáveis por trabalhar em *Home Office* sem o mínimo de aparato tecnológico e amparo de suas secretarias de educação, visto que o mesmo quando implantado não veio acompanhado de políticas públicas que suprissem as demandas dos alunos muito menos dos docentes relacionadas à necessidade de aparato tecnológico e mesmo formação para utilizá-los. A exaustão docente é um aspecto bastante citado, demonstrando como a imposição do ensino remoto, apesar de importante ferramenta para conter o contágio do coronavírus, tornou-se extremamente extenuante à saúde mental dos docentes, além de mencionarem a evasão escolar como uma das consequências do momento de isolamento social e de cancelamento das aulas presenciais, ocasionada principalmente pela falta de acesso à tecnologia e à internet a que essas famílias estão expostas.

2.2.6 Categoria “Ensino remoto, pandemia e exclusão digital”

Os artigos elencados nessa categoria, totalizando 5 artigos e definidos como A13 – Godoi, *et al.*, (2021), A15 – Santos; Costa; Brito (2021), A23 – Vilela; Carreira; Nascimento (2020), A 27 – Garcia, *et al.*, (2021) e A31 – Jardimino, *et al.*, (2022) realizam a análise de como se deram as práticas do ensino remoto durante a pandemia e como esse momento expôs aspectos relacionados à exclusão digital que permeiam discentes e docentes brasileiros.

Godoi, *et al.*, (2021) buscaram verificar quais foram os meios utilizados pelos professores para encaminhar as atividades a seus alunos, demonstrando como esse momento foi extremamente desafiador visto que a falta de acesso aos recursos tecnológicos mostrou-se como um impasse para a participação dos alunos. Com foco nas aulas de Educação Física o artigo demonstrou que foi necessária uma reinvenção

e adaptação no processo de ensino aprendizagem para que se pudesse dar conta das novas demandas.

Jardilino, *et al.*, (2022) abordaram sobre como se deram as condições educacionais que permitissem aos professores o desenvolvimento de seu trabalho, devido a adoção de um novo formato de aula no qual muitos se viram pressionados, sem condições financeiras e até mesmo psicológicas de dar conta da nova demanda, porém o mote “a educação não pode parar” pressionou-os de maneira surpreendente, causando um desgaste entre a categoria. O artigo traz como dados o fato de que, apesar da pressão sofrida, os professores nem sempre recebiam a formação adequada e o aparato tecnológico necessário para aplicarem o ensino remoto, além de expor a importância de uma rede municipal própria que oriente e articule todos os envolvidos na esfera educacional. Revelam a falta de autonomia de muitos municípios, fato revelado pela falta de redes próprias e pela significativa dependência deles ao estado, revelando que isso requer

dos governantes um olhar para além do contexto da pandemia, para além do ensino remoto - que chegou em meio a dúvidas, a incertezas e a um movimento forçoso de adaptação das escolas e dos profissionais da educação a essa nova realidade -, para além das tecnologias, ainda que não se possam perder de vista seus benefícios. É necessária uma revisão analítica criteriosa sobre a concepção de educação, de sociedade e de homem que se deseja formar, a fim de que jamais se renuncie aos princípios e valores, caros aos profissionais da educação do país. Urge, também, uma revisão nos princípios políticos municipais para que os municípios suportem mais autonomamente as crises que poderão ainda nos assombrar. (Jardilino, *et al.*, 2022, p. 109-110)

Garcia, *et al.*, (2021) e Santos; Costa; Brito (2021) trazem aspectos mais voltados às ciências biológicas. Garcia, *et al.*, (2021) focam na busca da compreensão da pandemia por meio da análise da microfauna do vírus, analisando-o enquanto questão social. Citam como a atividade remota emergencial tornou-se necessária, pois ajudou na contenção do vírus, porém deixam claro o fato de que o contato online não substitui o contato pessoal nem a importância da figura do professor. Santos; Costa; Brito (2021) tratam sobre como os pesquisadores dos mais diversos segmentos das ciências focaram na busca de tentar compreender a dinâmica do vírus, como ele se alastrava para assim traçar as melhores estratégias visando atenuar o contágio. Expõem a importância de, mesmo na área das ciências, estar atento às questões de justiça social.

Vilela; Carreira; Nascimento (2021) focam na análise das ações de um programa impulsionador de uma educação pautada nos princípios da autonomia (Programa Ações Formativas Integradas de Apoio ao Ingresso no Ensino Superior (AFIN)- Intuiutaba) demonstrando como ele se reinventou para atingir os objetivos e proporcionar aos seus alunos uma educação mais acessível principalmente aos grupos mais acometidos pela desigualdade social. Citam como o ingresso a uma universidade pública, no Brasil, ainda é um desafio a classe trabalhadora o que tende a excluí-las do processo educativo e dificultar sua ascensão social. Expõe como foi o trabalho pedagógico desenvolvido pelo Afin/Intuiutaba com relação às atividades remotas e que os resultados alcançados pelo projeto foram

estímulo à formação e reflexão das/os estudantes (cursistas); incentivo ao protagonismo e à autonomia intelectual das/os discentes e dos/as docentes, por meio das ações realizadas; promoção do exercício da docência para os/as estudantes da graduação da UFU/Campus Pontal; e aproximação da universidade à comunidade local e regional (Vilela; Carreira; Nascimento, 2021, p. 428)

Vilela; Carreira; Nascimento (2021) expõem com isso a necessidade de se trabalhar, no ensino remoto, com a interdisciplinaridade, no qual as aulas possam se tornar espaço de problematização e reflexão acerca dos conteúdos propostos e das vivências dos estudantes. Expõe como a evasão dos estudantes no decorrer do projeto foi um aspecto bem significativo o que reforça o fato de que as desigualdades sociais interferem no processo de escolarização uma vez que muitos alunos evadiam devido a problemas familiares ou condições econômicas adversas diante das quais surgia a necessidade de largar a escola em troca da busca de um emprego para ajudar no sustento da família.

Em resumo, os artigos elencados na categoria “Ensino remoto, Pandemia e Exclusão Digital” trazem informações sobre como ocorreu a adoção do ensino remoto após a suspensão das aulas presenciais focando em aspectos relacionados à falta de recursos tecnológicos por grande parte dos estudantes brasileiros o que culminou em uma evidente exclusão digital.

2.2.7 Categoria “Ensino remoto e Desigualdade Social”

Os artigos elencados nessa categoria, um total de 13 artigos denominados como A17 - Maciel, Lima; Quaresma (2021), A20 - Silva; Cunha; Santos (2021), A3 - Souza; Pereira; Fontana, 2020, A34 - Rodrigues (2022), A12 - Gracino, *et al.* (2022), A19 – Macedo. E. E. (2021), A22 - Holanda, *et al.*, (2021), A30 - Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans (2021), A32 - Poso, *et al.*, (2022), A21 - Castro; Rossetto (2021), A2 – Macedo, R. M. (2021) são os que mais aprofundam a questão da desigualdade social e a relacionam diretamente ao contexto educacional. As produções acadêmicas selecionadas nessa categoria, assim como a maioria dos artigos selecionados para compor nossa análise, focam no fato de que a necessidade da suspensão das aulas presenciais e da adoção do ensino remoto em caráter emergencial expôs as mazelas do sistema educacional brasileiro, mas não só, também escancarou as desigualdades sociais que assolam milhares de famílias no Brasil e que foram agravadas com a pandemia da Covid-19.

Maciel; Lima; Quaresma (2021) iniciam citando como o ano de 2020 foi marcado pela pandemia da Covid-19 e como ela afetou as pessoas nas diferentes faixas etárias no qual houve a necessidade da adoção de medidas de higiene e de distanciamento social para evitar a disseminação do vírus. Evidenciam como nosso Sistema de Saúde demonstrou-se frágil frente ao acontecido atingindo principalmente

as classes mais pobres, as mais vulneráveis, pois essa parcela da população brasileira vive sob condições precárias de habitação e saneamento básico, além de situações de aglomeração devido ao número de sujeitos morando no mesmo domicílio (Maciel; Lima; Quaresma, 2021, p. 2)

Maciel; Lima; Quaresma (2021) realizaram uma pesquisa bibliográfica e exploratória visando a busca de trabalhos já produzidos e que abordassem “ensino remoto associado às desigualdades sociais e quais os impactos dessas desigualdades no aprendizado dos alunos em época de pandemia” (Maciel; Lima; Quaresma, 2021, p.2). Citam o fechamento das escolas, a adoção da suspensão das aulas presenciais e a flexibilização dos dias letivos com o necessário cumprimento das 800 horas letivas como a principal medida adotada nesse momento. Abordam como esse momento levou os professores a aderirem ao ensino remoto sem a devida estrutura uma vez que não houve tempo de adaptação nem de treinamento para o uso das novas ferramentas digitais, corroborando com Mozzato; Sgarbossa; Mozzato

(2021) e Neves; Fialho; Machado (2021) nessa questão. Destacam o fato de que o ensino remoto não chegou a todos os alunos, pois muitos não possuíam acesso à internet. Salientam que

Esses sujeitos precisam ser visualizados e políticas públicas precisam existir para que os suportes necessários sejam oferecidos a essas pessoas. É nítido que se precisa avançar muito para que de fato todos tenham acesso às tecnologias digitais e possam, dessa maneira, aprender de forma virtual (Maciel; Lima; Quaresma, 2021, p. 4).

Maciel; Lima; Quaresma (2021) citam o fato de que o tema “ensino remoto” começou a se difundir e foi bastante discutido por causa da pandemia da Covid-19 e que modificou o modo como o ensino e aprendizagem ocorrem em nossas escolas, mudança essa que ocorreu de maneira brusca e repentina sendo que os alunos cujas famílias possuem menores rendas foram os que mais sentiram dificuldade para manterem-se engajados em seus estudos. Permeiam rapidamente a questão do direito à educação que acabou sendo cerceado a muitas famílias justamente pela questão da dificuldade de acesso. Concluem em sua análise que o principal agravante nessa equação da diminuição da aprendizagem nos alunos é a falta de acesso à internet o que não permitiu a muitos o acompanhamento das aulas remotas e nem o acesso às atividades fornecidas, diminuindo a capacidade de interação desses com os demais e com seus professores. Os autores citam que o impacto disso na vida das crianças e adolescentes tendem a ser duradouros.

Silva; Cunha; Santos (2021) investigaram o contexto das escolas do campo focando na implantação do ensino remoto e em como a pandemia agravou os índices de exclusão educacional visto que muitas dessas escolas acabaram sendo fechadas devido à pandemia. Citam que esse contexto revela a falta de planejamento de algumas Gestões Municipais de Educação relacionados à oferta de ensino remoto a essa modalidade da educação, uma vez que nessas escolas o acesso à internet, as condições dos camponeses e a falta de acesso às tecnologias digitais tendem a agravar e ampliar as desigualdades educacionais já existentes no meio rural. Analisam o processo de reorganização do ensino e da aprendizagem no contexto do ensino remoto nas escolas do campo. Os autores trabalham com narrativas de professores que revelam diversos aspectos acerca das dificuldades do ensino remoto no campo, dentre eles sobrecarga docente, perda de direitos, discurso pedagógico com foco na

tecnologia o que secundarizou o trabalho e esforço empreendidos por eles nesse momento tão sensível.

Rodrigues (2022), apesar de trazer também a discussão acerca do direito à educação no período da pandemia, foi classificado nessa categoria temática, uma vez que trouxe à tona a questão de como a educação foi atingida pela pandemia e descreve como a desigualdade social existe em nossa sociedade, por meio de uma breve análise da conjuntura brasileira. Cita a questão da EC 95/2016 que estabeleceu um Novo Regime Fiscal responsável por congelar o teto de gastos em nosso país e acabou por

promover o aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento econômicos, por meio da manutenção da agenda de privatizações de empresas públicas – economicamente estratégicas para a soberania nacional –, e de contrarreformas que retiram o pouco que ainda restou de direitos sociais e trabalhistas (Rodrigues, 2022 p. 3)

Rodrigues (2022) enfatiza como essa falta de recursos e a ausência de planejamento que visasse atender às reais necessidades da população, dentre elas a educação escolar, tende a aprofundar ainda mais as mazelas sociais que atingem nosso país. No decorrer do artigo o autor analisa como a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em 2020, articulou-se para prover políticas públicas que visassem amenizar os impactos que a pandemia causou à educação. Visa analisar as limitações e contradições que envolvem o ensino remoto durante a pandemia e discute “o conflito entre o direito à educação e o dever do Estado de garanti-lo” (Rodrigues, 2022, p. 4). Expõe dados sobre como a educação no Brasil, apesar de ser um direito nem sempre é garantida a todos, visto, por exemplo, a quantidade de analfabetos existentes no país. Discorre sobre como se deu a interrupção das aulas presenciais, a adoção do ensino remoto e como isso reverberou na vida de professores e estudantes brasileiros principalmente ao “acentuar ainda mais o grau de vulnerabilidade social de grande parte da população brasileira, que, conforme observamos, já era uma realidade nacional antes do advento da pandemia” (Rodrigues, 2022, p.5). O autor concentra sua análise nos impactos sobre o direito à educação partindo do pressuposto que a educação ofertada em São Paulo se constitui de parcerias entre governos e entidades empresariais, aspecto que foi acelerado com a adoção do ensino remoto. Aponta como a questão do aproveitamento das aulas remotas está diretamente associado ao recorte de classe, uma vez que

Embora 94% dos domicílios possuam um smartphone, somente 41,7% deles possuem um computador. Esse é um primeiro ponto importante. O aparelho celular passa a ser não uma, mas a única opção. A internet está presente em 79,1% dos domicílios do país e em 99,2% deles esse acesso é feito via telefone celular (IBGE, 2020a *apud* Rodrigues, 2022, p.10)

Rodrigues (2022) conclui que as medidas adotadas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo como utilização de redes sociais como *Whatsapp*, *Telegram*, *Facebook*, a utilização de canais digitais como TV Univesp e TV Educação, materiais impressos, livro didático e utilização de rádio, apesar de positivas foram insuficientes do ponto de vista pedagógico e social visto que não sanaram os problemas sociais e não foram suficientes para permitir a garantia ao direito à educação o que agrava a desigualdade social uma vez que exclui justamente aqueles que precisam ser incluídos no sistema de ensino nesse momento.

Gracino, *et al.*, (2021) trazem dados acerca de como o ensino remoto impactou o ensino público no município de Ponta Grossa – Paraná, por meio da análise de uma escola pública do município. Abordam a pandemia analisando-a sob a perspectiva de comparação ao que ocorreu ao mundo em 1918, devido à incidência da gripe espanhola, buscando estabelecer parâmetros de comparação entre ela e pandemia da Covid-19. Destacam quais foram as consequências que a pandemia trouxe às escolas e como o ensino remoto alterou as rotinas de ensino aprendizagem dos estudantes. Focam em questões

pertinentes à educação e ensino no modelo de sociedade capitalista neoliberal, procurando demonstrar ser o “ensino remoto” mais uma faceta para o ensino neste modelo de sociedade, refletindo sobre a importância de se pensar no desenvolvimento de um modelo de educação escolar que permita à classe trabalhadora acesso, permanência e qualidade (Gracino, *et al.*, 2021, p.3).

Gracino, *et al.*, (2021) discorrem sobre questões que se relacionam às políticas educacionais adotadas para a validação do ano letivo no modelo remoto. Tratam de alguns desafios que foram impostos aos docentes e à comunidade escolar nesse período, relacionados ao processo de ensino aprendizagem dos estudantes. Expõe como questões relacionadas à baixa conectividade, falta de equipamentos, dificuldade para utilização de ferramentas digitais pelos professores, dificuldade no uso das tecnologias, dificuldade em estabelecer rotina na execução das atividades propostas,

falta de motivação para estudar por parte dos estudantes foram aspectos relatados como as principais dificuldades encaradas no momento da adoção do ensino remoto.

Macedo, R. M. (2021) traz a discussão sobre alguns impactos que a educação sofreu durante a pandemia no Brasil, em 2020, com foco em como se deu o acesso às atividades online por estudantes do ensino básico. A autora inicia citando o repentino fechamento das escolas e a adoção do ensino remoto indagando se a transferência das aulas para o ambiente online seguiria enquanto um direito ou um privilégio? Para responder a esse questionamento deixa claro a necessidade de se “reconhecer e enfrentar desigualdades sociais e digitais entre os estudantes, problema que já era muito presente no país, mas que se tornou uma questão central nesse período de crise” (Macedo, R. M. 2021, p.264). Traz dados sobre como se dava o acesso à internet nos diversos segmentos sociais brasileiros expondo que não só o acesso à internet, mas a posse de equipamentos digitais adequados se fez necessário para o acesso as aulas remotas, mas que isso não era realidade de muitas famílias brasileiras. Salienta que as políticas públicas voltadas à operacionalização do ensino remoto aos mais pobres sequer existiu haja vista que “Ao findar o ano de 2020, apesar de alguns projetos de lei formulados no Legislativo, nenhuma política pública federal de garantia à conectividade e à educação remota para estudantes do ensino público tinha sido aprovada no país” (Macedo, R. M. 2021, p. 268). A autora também se pauta na análise do caso específico da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (EA-FEUSP) com relação à transferência para o ensino remoto durante a pandemia da Covid-19. Destaca as preocupações relacionadas às desigualdades digitais que surgiram com a adoção do ensino remoto. Percebe que essa desigualdade impactou as famílias da escola gerando instabilidades econômicas, psicológicas, sociais e de saúde. Conclui que se antes havia a ideia de que a internet poderia ser um espaço de democratização de conhecimento com o advento da pandemia e a aligeirada implantação do ensino remoto agora ela se mostrou como uma “somatória de privilégios e de reforço de desigualdades sociais, educacionais e digitais” (Macedo, R. M. 2021, p. 275).

Holanda, *et al.*, (2021) discutem quais são os desafios e potencialidades do ensino remoto emergencial nos processos escolares públicos da rede básica de educação do Brasil. Discutem acerca das diferenças entre os conceitos de Ensino Remoto Emergencial e Educação a Distância expondo que essa última não é novidade no Ensino Superior e consideram o Ensino Remoto Emergencial como “uma

denominação oportuna à configuração educacional aplicada durante a pandemia” (Holanda, *et al.*, 2021, p. 6). Citam como um dos impactos da implantação do Ensino Remoto Emergencial na educação a substituição das aulas presenciais por aulas nos meios digitais e a necessidade de reestruturação do ano letivo a partir de atividades não presenciais a todo sistema de educação do Brasil (desde a Educação Básica até o Ensino Superior). Citam dados da falta de acesso à internet por parte de 28% dos brasileiros e que a internet chega a apenas 50% nas Classes D e E comparando com os 99% de acesso das Classes A e B e pontuam os salientes diferenças entre ambas. Citam que foram muitas as dificuldades relacionadas ao processo de adoção do ensino remoto e que para saná-las seriam necessárias políticas públicas de acesso à internet que

oportunizem o uso pedagógico de tecnologias digitais, de modo atento às vulnerabilidades sociais emergentes no contexto educacional brasileiro, as quais são vivenciadas por uma parcela significativa de alunos também no contexto do ensino remoto emergencial. A ausência de equipamentos de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação para acompanhar as aulas e questões relacionadas à qualidade da conexão da internet tornam-se alguns dos entraves vivenciados pelos estudantes da educação básica no panorama de educação remota emergencial (Holanda, *et al.*, 2021, p. 8)

Holanda, *et al.*, (2021) citam como o rendimento escolar dos alunos pode ser inferior quando estão expostos a condições como falta de saneamento básico, falta de local e estrutura adequados para realização de atividades de estudo, localização geográfica e nível socioeconômico e como isso se acentuou com a pandemia. Trazem como resultados o fato de que a implantação do ensino remoto nas mais diversas localidades do país nos mais variados contextos escolares revela contradições, vulnerabilidades de acesso e de educação tecnológica demonstrando a necessidade de que haja políticas públicas que visem sanar essas vulnerabilidades.

Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans (2021) focam na análise de como a educação escolar remota ocorreu em duas diferentes escolas situadas em uma cidade do interior de São Paulo, uma situada num bairro periférico e outra num bairro central. Citam como “fatores sociais internos e externos à realidade escolar podem exercer influências no desempenho e aprendizagem do indivíduo” (Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans, 2021, p. 41) e que as diferenças socioeconômicas e culturais podem ser ferramentas que nos auxiliem a compreender as diferenças no desempenho escolar e que podem resultar em diferenças educacionais, por isso consideram importante

que não analisemos a escola isolada do seu contexto social, uma vez que são diferentes os grupos socioeconômicos e culturais que a compõe. Citam como a pandemia intensificou uma situação de crise a qual já assolava a população mundial. Citam quais foram as leis e Portarias que instituíram o ensino remoto expondo como a educação emergencial remota escancarou “ainda mais as desigualdades sociais e educacionais, especialmente da classe trabalhadora, negligenciando o direito à Educação apregoado no artigo 205 da Constituição Federal” (Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans, 2021, p. 44). Citam como as políticas aplicadas no Brasil nem sempre favorecem a população que mais necessita delas. Por meio da análise de diferentes dados referentes a cada escola escolhida para o estudo verificam que há uma grande diferença entre o público atendido por cada instituição bem como entre a situação de infraestrutura do bairro em que ambas se encontram e na situação econômico-financeira e de escolaridade dos pais dos alunos das instituições expondo as fragilidades a que a escola situada no bairro está mais exposta se comparada a escola situada no centro. Com relação à adoção do ensino remoto, destacam que

a estratégia adotada pelo município em questão não atende de forma igualitária todos os estudantes das escolas municipais, o que requer um olhar mais apurado sobre as dificuldades, estratégias que os profissionais têm adotado a fim de viabilizar o atendimento daqueles que não acessam as atividades via plataforma digital (Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans, 2021, p. 51).

Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans (2021) revelam a necessidade de que professores e gestores repensem as práticas adotadas visto que uma única estratégia não tem sido suficiente para atingir a todos, principalmente ao levarmos em consideração as diferentes situações econômico sociais das famílias dos estudantes brasileiros. Evidenciam desse modo, que a pandemia escancarou as fragilidades já existentes nos processos de ensino aprendizagem brasileiro e que

A educação remota emergencial ilustra a exclusão e mais uma vez a crise na educação, visto que ainda há muitos desafios para superar; desafios estes que a escola tampouco dá conta, especialmente por fazer parte de uma sociedade tão desigual. (Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans, 2021, p. 58).

Poso, *et al.*, (2022) citam os impactos da pandemia sobre as estratégias de ensino buscando investigar como as questões socioeducativas emergiram no contexto pandêmico e quais suas perspectivas para o momento pós pandêmico com o intuito

de discutir como as desigualdades sociais, já tão presentes no cotidiano dos estudantes, foram evidenciadas pela pandemia. Descrevem como a forma de organização da escola pública passou por diversas mudanças nos últimos anos e que isso trouxe diversas transformações ao cenário educacional brasileiro. Falam sobre o processo de democratização da escola pública expondo que os saberes nela ensinados não se adequam às diferentes realidades sociais. Discutem como as desigualdades sociais, que já existiam antes da pandemia, se evidenciaram com ela e descrevem quais podem ser as diferentes possibilidades que auxiliem na minimização desse contexto do ponto de vista dos professores. Analisam o contexto social atual e falam sobre as relações educacionais em período de isolamento social, expondo sobre a adoção do ensino remoto emergencial e as diferentes estratégias adotadas pelas secretarias de educação para atingir a maior quantidade de alunos, medidas como: uso de plataformas digitais, mídias sociais, canais de rádio e televisão, material impresso, reuniões online e bate papo. Citam a disparidade no acesso à internet nos domicílios brasileiros e como isso dificultou o acompanhamento das aulas remotas por boa parte dos estudantes brasileiros. Além de citarem aspectos como

A falta de supervisão, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por não apresentarem maturidade para elaborarem e executarem um plano de estudos ou ainda a falta de mediação dos pais por não terem tido a oportunidade de estudo ou por precisarem trabalhar por muitas horas, [que] podem impactar diretamente a aprendizagem (Poso, *et al.*, p. 261, 2022)

Poso, *et al.*, (2022) realizaram questionário de perguntas aos participantes de um curso de extensão realizado por professores da educação básica e superior de diferentes áreas, obtiverem com isso um total de 228 respostas e as categorizaram para poder realizar a análise do conteúdo. Expõem como resultado que são muitos os desafios da educação após a pandemia e que por isso o envolvimento de todos torna-se fator fundamental para sanar as dificuldades expostas por esse momento. Como estratégia de ensino a ser elaborada para esse novo momento citam o fato de que

é imprescindível abandonar as atividades essencialmente conteudistas, para estarem contextualizadas à realidade destes educandos. Que possamos ter o discernimento de que não devemos anular as diferenças existentes no espaço escolar, mas transformá-las em vantagens pedagógicas. (Poso, *et al.*, p. 270, 2022)

Castro; Rossetto (2021) trazem a discussão de como se deu a implantação do ensino remoto no Paraná em tempos de pandemia. Citam como a política educacional implementada nesse período no Paraná leva em consideração a nota para aferir a aprendizagem do aluno, que o ranqueamento escolar é um aspecto bastante presente na educação paranaense e que a pretensão das escolas de apenas atingir essas metas numéricas acaba reforçando a desigualdade social. Citam que a solução encontrada para que os números sejam atingidos é “minimizar o saber do aluno, no sentido de facilitar o conteúdo para que não fique com nota abaixo da média” (Castro; Rossetto, 2021, p.72).

Castro; Rossetto (2021) sistematizam o contexto da educação do Paraná em tempos de pandemia citando a adoção das aulas no formato não presencial e posterior implantação do ensino remoto para as instituições públicas e privadas de todo o estado. Buscam discutir quais foram as “orientações pedagógicas para as atividades avaliativas concedidas pela SEED, no que se refere ao ensino remoto” (Castro; Rossetto, 2021, p. 79) citando a adoção do uso da TV aberta, *YouTube*, *Classroom*, resolução de atividades propostas pelos professores, atividades impressas e posterior estudo dirigido aos alunos que não tiverem acesso a nenhuma das ferramentas anteriores como formas de os professores paranaenses avaliarem seus alunos. Concluem que diante do adotado pela SEED do Paraná

o estudante com maior possibilidade de acesso às mídias online terá também maior possibilidade de apropriação do conteúdo, isso quer dizer, quanto menos possibilidade de acesso à plataforma online, menos possibilidade de apropriação do conteúdo. (Castro; Rossetto, 2021 p.80)

Castro; Rossetto (2021) também discutem sobre como o ensino remoto no Paraná não levou em consideração

a materialidade da vida concreta do indivíduo, uma vez que, as atividades escolares passam a ser realizadas por meio de mídias online, aqueles que não possuem tais mídias (celular, notebook, computador, internet etc.) não farão parte dos pacotes de aulas projetados. Irão participar com as atividades impressas, ou seja, responderão alguns questionários, a maioria de múltipla escolha, sem ter acesso a nenhum tipo de mediação do conteúdo pelo professor. (Castro; Rossetto, 2021, p.81-82)

Deste modo, Castro; Rossetto (2021) concluem que a educação nesse estado se apresentou enquanto supostamente permeada pela qualidade e superação, mas que tem agido contra a verdadeira função da escola visto que serve ao princípio

capitalista sem apresentar possibilidade de transformação do homem e superação da alienação presente em nossa sociedade. Segundo as autoras a educação adotada no estado não levou em consideração as dificuldades que assolam muitos dos estudantes paranaenses, tanto relacionadas à falta de acesso à tecnologia a as plataformas disponibilizadas quanto às desigualdades sociais que assolam suas vidas.

Cristo (2020) aborda a questão de como o Enem possui um caráter meritocrático e que isso se tornou ainda mais evidente com a pandemia da Covid-19 uma vez que houve resistência do Ministério da Educação quanto ao adiamento das provas no período pandêmico, o que, se não tivesse ocorrido, deixaria milhares de alunos de fora ou sem condições mínimas de concorrer com os demais que tinham condições de acesso aos estudos no período da pandemia. O autor visa discutir

acerca dos aspectos e fatores que se apresentam como obstáculos e conjunto de desigualdades sociais à efetividade da proposta de educação remota, principalmente para os estudantes da rede pública de ensino, em decorrência da suspensão temporária das aulas escolares causada pela pandemia do coronavírus no Brasil (Cristo, 2020, p.264)

Para permear essa discussão, Cristo (2020) cita como a implantação do ensino remoto, por não levar em consideração aspectos relacionados às desigualdades sociais, que se agravaram com a pandemia, principalmente relacionado aos alunos da rede pública de ensino, agravaram o acesso desses a um ensino que lhes propiciasse competir de forma mais justa com aqueles cujo acesso as aulas remotas se efetivaram devido as condições que assim os permitia. Aborda a importância de pensarmos sobre as questões relacionadas as limitações de acesso à internet, ausência de aparelhos eletrônicos para esse acesso, problemas sociais e familiares que acometem esses estudantes, falta de formação adequada aos professores e coordenadores pedagógicos, deficiências em leitura e escrita provenientes das fases anteriores da alfabetização e agravadas nesse período, fatores que tendem a aumentar o fosso da desigualdade social, econômica, tecnológica e educacional já existente entre esses estudantes, conclui desse modo que o Enem, como importante porta de acesso a outras políticas educativas não pode tornar-se instrumento que aumente e aprofunde ainda mais as desigualdades existentes em nossa sociedade e em nosso sistema de ensino.

Macedo, E. E. (2021) discorre sobre a participação das crianças pequenas e como elas se relacionam com a sociedade de classes explorando os impactos da pandemia na vida e educação dessas crianças. Inicia expondo como a crise sanitária acirrou as desigualdades e a pobreza no contexto brasileiro fazendo com a renda de muitas famílias diminuísse vertiginosamente e que isso afetou diretamente as crianças brasileiras. Visa pensar a desigualdade e infância no Brasil expondo como o contexto em que vivemos reflete na vida das crianças e na infância. Cita como a pandemia vulnerabilizou justamente as famílias mais pobres e que os negros, pardos e indígenas foram ainda mais afetados pelo fator desigualdade social. Expõe que a escola deveria ser um ambiente de acolhimento a infância, pois é nela que a criança terá

a oportunidade de estabelecer os primeiros vínculos de afeto e amizade, terá a oportunidade de conviver com a diferença, construindo coletivamente um espaço de solidariedade, participação democrática e diálogo entre as diferentes culturas em que estão presentes as crianças negras, brancas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, imigrantes, etc. (Macedo, E. E. 2021, p.1409)

Macedo, E. E. (2021) analisa como a pandemia expôs as diversas violações aos direitos da criança e que o isolamento social e afastamento do ambiente escolar expôs a criança e a infância às mais diversas violências e negligências. Analisa que, apesar de serem menos suscetíveis aos danos causados pelo vírus da Covid-19, as crianças são as mais afetadas pela crise do capital que se agravou com a crise sanitária. A necessidade do isolamento social acabou por potencializar uma queda na renda familiar, desemprego e precarização do trabalho o que levou ao aprofundamento da desigualdade social e um agravamento da situação na qual os brasileirinhos e brasileirinhas se encontram.

Brandão (2021) traz a reflexão acerca de como aspectos como o isolamento social, a violência, a relação com a escola, a perda de trabalho das famílias afetou a infância no Brasil no período da pandemia. Reitera a importância de se pensar as diferentes infâncias que compõe nosso país levando em consideração as crianças das mais distintas realidades como as indígenas, moradores de rua, quilombolas, imigrantes etc. E que mesmo havendo leis que resguardam a infância, como o ECA, muitas vezes essa fase da vida é negligenciada. Pensa o ECA em tempos de pandemia e assevera sua importância visto ser o instrumento legal a ser utilizado para proteger a criança dos mais diversos tipos de violência que porventura possa ter

sofrido em sua vida, situações que podem ter sido agravados durante o isolamento social. Cita como a tecnologia adentrou a vida das crianças no período do ensino remoto, e que àqueles que tinham acesso a ela, transformou-se em instrumento de estudo. Expõe como a relação das crianças com a tecnologia mudou, uma vez que

Depois da escola, chegava-se em casa e, nos finais de semana, as crianças passavam o tempo em frente a estas ferramentas. Vale questionar qual é o lugar do lazer e das brincadeiras na vida das crianças em tempos de pandemia. Do que brincam? Qual a frequência das brincadeiras? Quem são os pares? As tecnologias estão presentes como fonte de brincadeira? Não podemos esquecer que as tecnologias também promovem e geram situações de violências, por exemplo, as exposições de imagens de crianças em situações de constrangimentos, imagens de abusos sexuais, propagandas que incentivam a busca por um padrão estético perfeito, incentivo do consumo de produtos nocivos à saúde (Brandão, 2021, p. 7).

Brandão (2021) demonstra, com isso, a importância de refletirmos acerca do uso que se faz da tecnologia na infância. Expõe como a escola é um importante instrumento de cuidado à infância, uma vez que

É importante destacar que antes da pandemia, geralmente, a escola era o espaço onde as situações de violências domésticas eram evidenciadas e denunciadas, mas hoje se faz necessário que vizinhos e até mesmo outros membros da família assumam esse papel, pois acreditamos que a abertura de escolas não é segura enquanto não efetivarmos o processo de vacinação e que seja apresentada melhoria significativa do quadro da pandemia. (Brandão, 2021, p.9-10).

Percebemos que Brandão (2021) destaca como no momento de isolamento social foi necessário a adoção de outras medidas que visassem a proteção das crianças. Sintetiza a importância de se garantir os direitos das crianças, como os expressos pelo ECA, bem como a importância da elaboração de políticas públicas emergenciais sérias destinadas à proteção das pessoas que passam por situações de vulnerabilidade social.

Os autores elencados nessa categoria buscam associar como a desigualdade social no Brasil fora aprofundada durante a pandemia da Covid 19 e como isso se refletiu na educação pública brasileira, principalmente durante o momento de isolamento social e de adoção do ensino remoto, o qual demonstrou inúmeras dificuldades de se efetivar, principalmente entre os estudantes filhos e filhas da classe

trabalhadora deixando-os a mercê de uma aprendizagem insuficiente com resultados e prejuízos futuros ainda não claramente mensuráveis.

2.2.8 Categoria “Relação família-escola”

O artigo elencado nessa categoria, no total de 1 artigo, definido como A28-Nonato; Yunes; Nascimento (2021) investigam os desafios da relação família escola durante a pandemia da Covid-19 e da adoção do ensino remoto emergencial. Iniciam citando a importância da família no processo educativo de uma criança e abordam a importância da relação família-escola para o processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes. Citam quais são os meios de a família participar da vida escolar de seus filhos como Conselho Escolar, Conselho de classe, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Escolar e expõe que a participação dos pais nessas instâncias é permeada de conflitos e fragilidades e que no Brasil embora existam leis que amparem as ações voltadas para essa relação “ainda há uma importante lacuna no que tange às intervenções efetivas que apresentem soluções voltadas à relação escola família” (Nonato; Yunes; Nascimento, 2021, p. 3). Abordam a visão dos professores acerca da relação família escola em tempos de pandemia e de ensino remoto expondo como esse momento reconfigurou a maneira dos professores darem aula uma vez que “foram impelidos a usar as ferramentas digitais como único recurso pedagógico para entregar conteúdo online para os alunos” (Nonato; Yunes; Nascimento, 2021, p.4). Destacam como resultados obtidos que os professores afirmaram ser benéfica que escola e família mantenham uma boa relação e que isso tende a afetar positivamente a aprendizagem dos alunos. Citam como os professores demonstram-se abertos ao diálogo com as famílias, todavia expõe que nem sempre o horário de trabalho deles e dos pais são os mesmos o que prejudica esse diálogo, por isso os bilhetes, agenda, circulares e e-mail demonstraram-se como alternativas para que essa comunicação se efetive. Citam ainda como os professores expõe que muitas vezes as famílias demonstram delegar a eles “todos os cuidados educacionais de seus filhos” (Nonato; Yunes; Nascimento, 2021, p.7). Citam também a crença, por parte dos professores de que o ambiente familiar pode ser o responsável por muitos dos problemas apresentados pelos alunos em seu processo de escolarização. Expõe como, pouco mais da metade dos professores entrevistados, discordam da tese de que uma família desestruturada afeta o desempenho dos alunos na escola. Há

discordância também quando ao fato de que os pais, por não terem formação educacional, não consigam contribuir com o currículo escolar. Citam ainda como aos professores entrevistados a profissão foi uma convicção, não uma escolha, mas que, no entanto, eles “ressentem a falta de valorização da profissão” (Nonato; Yunes; Nascimento, 2021, p.7). Quanto aos desafios impostos pelo novo momento (pandemia) os autores destacam que os professores entrevistados citam, entre quatro das categorias elencadas, a desigualdade social como um aspecto que interfere no processo educativo, pois nesse momento, devido à existência dessa desigualdade muitos não tiveram acesso aos meios necessários (aparatos tecnológicos e/ou internet) para acompanhar as aulas remotas.

Em suma, os artigos elencados expõem como a desigualdade social existe no Brasil e como se aprofundou durante a crise econômica, sanitária da Covid 19. Desse modo abordam sobre a desigualdade social, reconhecendo sua existência no Brasil e seus efeitos, mas não avançam na discussão das causas dessas desigualdades e na necessidade de superarmos radicalmente a sociedade capitalista para superarmos a desigualdade social. Trazem aspectos relacionados à adoção do ensino remoto nos diferentes níveis de ensino, às dificuldades da adoção desse tipo de ensino pelas redes municipais e estaduais de educação, tanto dificuldades advindas da falta de planejamento e políticas públicas voltadas para a área quanto a falta de acesso à internet por parte dos estudantes, que se demonstrou existente pelos mais diversos motivos, contudo o que se destacou fora a desigualdade econômica como fator dificultador ao acesso às aulas remotas, dificuldade essa que demonstrou se somar a tantas outras mais o que prejudicou a efetivação do processo de aprendizagem e o direito a educação para milhares de estudantes brasileiros oriundos das escolas públicas brasileiras, durante a pandemia da Covid 19.

A seguir, trataremos das dissertações que foram selecionadas no presente estudo com o objetivo de analisar como elas abordam a desigualdade social na educação pública brasileira durante a pandemia da Covid 19.

2.3 DISSERTAÇÕES

As dissertações encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e que fazem parte do escopo da presente pesquisa encontram-se identificadas no quadro a seguir, especificadas por título, autor, ano, Programa de Pós-graduação e

Instituição. Elas receberão o código alfanumérico D1 a D10, onde “D” identifica a dissertação e os números de 1 a 10 identificam a ordem em que se são apresentadas no quadro.

Quadro 5 - Dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por título, autor, ano da defesa, Programa de Pós-graduação e Instituição - (2023)

(continua)

Cód.	Título	Autor	Ano	Programa de Pós-graduação	Instituição
D1	O ensino remoto e as tecnologias da informação e comunicação (TIC) no contexto da pandemia de Covid-19 no Estado do Ceará	Marcel Pereira Pordeus	2021	Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas	Universidade Estadual do Ceará
D2	A docência no ensino técnico integrado ao ensino médio durante o ensino remoto: as significações de professores de um campus do IFSP	Julia Soto-Maior Bayer	2021	Educação	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
D3	A educação durante a pandemia do Covid-19 (2020): uma análise da indústria cultural digital “Nova Escola”	Conceição de Fátima de Souza	2021	Educação	Universidade São Francisco
D4	Diretores, vice-diretores de escola e o ensino remoto em tempos de isolamento social: conflitos, tensões e perspectivas	Daniel Buniotti	2021	Formação Docente	Universidade Estadual do Paraná
D5	O programa Bolsa-família no âmbito municipal: um diagnóstico socioassistencial da perspectiva educacional e de renda com o agravamento da pandemia da Covid-19	Benedito Celio Antunes Oliveira	2021	Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade	Universidade Federal de Itajubá
D6	Entre a escola da vida e a vida que atravessa a escola	Tarciéli da Costa Martins	2021	Educação	Universidade Federal de Santa Maria
D7	Letramento Digital em tempos de pandemia: o olhar de professores e alunos sobre o ensino remoto emergencial e as tecnologias digitais	Danilly de Sousa Bezerra	2021	Ensino	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
D8	“Eu sou mãe, não sou professora”: mediação familiar no ensino remoto durante a pandemia de Covid-19	Ana Luiza Honorato de Sales	2021	Educação	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Quadro 5 - Dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES por título, autor, ano da defesa, Programa de Pós-graduação e Instituição - (2023)

(conclusão)

D9	“Sabia que tem um novo vírus que já chegou no Brasil?” Diferenças e desigualdades na Educação Infantil durante a pandemia de Covid-19	Isabela Brunini Simões de Padula	2021	Educação	Universidade Estadual de Campinas
D10	Prática Pedagógica em escola do campo e os “alunos inclusos”: interrogações necessárias	Soiara Vaz de Oliveira Rodrigues	2020	Educação	Universidade Tuiuti do Paraná

Fonte: Dados organizados pela autora (2023)

As dissertações selecionadas para compor a presente pesquisa, em suma, demonstram que tiveram seu objeto de pesquisa atravessado pela pandemia da Covid 19, além disso, trazem elementos acerca do impacto do ensino remoto na educação. Evidenciam que a pandemia aprofundou a desigualdade já existente e abordam como isso reverberou na educação, voltada ao aspecto do acesso ao ensino remoto, ao uso aligeirado da tecnologia sem o cuidado em como se daria esse acesso pelos milhares de estudantes brasileiros oriundos da escola pública. Citam as dificuldades enfrentadas por professores, equipe pedagógica, pais/responsáveis e alunos relacionados à dificuldade na implantação do ensino remoto durante a pandemia da Covid-19, bem como expõe o modo como a pandemia afetou o cotidiano dos envolvidos no contexto educacional. A seguir, traremos uma análise de como as dissertações que compõem o escopo dessa pesquisa abordam a desigualdade social e seus impactos na educação pública brasileira a partir da pandemia da Covid 19.

A primeira dissertação analisada, definida como D1, aborda como se deu o processo de implantação e adaptação do ensino remoto em um colégio no Ceará, no contexto da pandemia da Covid 19. Para isso Pordeus (2021) aborda no subitem 2.4 do Capítulo 2 acerca das desigualdades socioeducacionais e como elas se agravaram na pandemia, além de expor qual é o reflexo dessa desigualdade na vida dos alunos. O autor analisa nessa seção a importância do Estado na implementação de políticas públicas inclusivas no contexto pandêmico, perpassa pela questão da desigualdade social, discute a importância da universalização dos direitos sociais como maneira de minimizá-la e aponta qual o papel do governo nesse quesito. Expõe dados acerca de como ocorreu o acesso à internet nos domicílios brasileiros, demonstrando a discrepância entre o acesso nas áreas urbanas e rurais no Brasil. Evidencia quão

difícil foi o cenário de aulas *online* tanto para professores quanto para os alunos, uma vez que ainda que os professores planejassem a aula, adaptando-a ao contexto remoto, muitas vezes os alunos não tinham condições de acompanhá-las, pois muitos não tinham condições financeiras de adquirir o suporte tecnológico necessário para acessar e/ou acompanhar essas aulas.

Pordeus (2021) assevera que os alunos de escolas públicas foram os mais afetados pelo cenário de suspensão das aulas no período pandêmico, uma vez que tiveram mais dificuldades em acompanhar as aulas remotas e em dar continuidade ao seu processo de ensino aprendizagem, o que ocasionou uma discrepância na aprendizagem comparado aos alunos de escolas particulares. Evidencia quais foram os métodos utilizados para aferir a aprendizagem dos alunos que ficaram afastados da escola durante a suspensão das aulas e expõe a inclinação do Estado do Pará a criar um provável 4º ano do Ensino Médio para os alunos que se sentiram insatisfeitos com seu nível de conhecimento. O autor se aprofunda mais na questão das desigualdades educacionais e não nos traz elementos que demonstrem aprofundamento da questão da desigualdade social, apesar de sabermos que ambas estão diretamente relacionadas. Pordeus (2021) não aprofunda como as desigualdades sociais estão postas nem as define, apenas permeia o fato de que elas afetaram de maneira direta o acesso aos meios para se acompanhar as aulas remotas durante o período da pandemia.

Na dissertação denominada como D2, Bayer (2021) discorre sobre como a docência no ensino técnico integrado ao ensino médio foi significada pelos sujeitos que nela atuam, durante o período da pandemia da Covid 19. Bayer (2021) expõe como a desigualdade social marca o contexto no qual a pandemia da Covid 19 se instala, demonstrando que a desigualdade social é elemento já presente no contexto brasileiro e por isso afeta diretamente a atividade docente que enfrentou inúmeros desafios nesse período. A autora não traz um tópico que aborde de maneira direta acerca das desigualdades sociais e/ou educacionais, cita como a pandemia da Covid-19 expôs fragilidades dos sistemas educacionais, fragilidades essas provenientes da desigualdade social que fora intensificada. Discorre sobre como os índices de evasão escolar tendem a ser mais altos no Ensino Médio devido à necessidade cada vez mais crescente de que os jovens larguem seus estudos para colaborar financeiramente com a família. Indica que essa evasão colabora com o processo de exclusão escolar que se perpetua na sociedade, sugerindo como mesmo as políticas inclusivas tendem a

excluir uma vez que “a educação se dá na mesma sociedade desigual, sendo constituída e constituidora das relações nela estabelecidas [...] (Bayer, 2021, p. 39).

Conclui que, apesar da instituição que analisou ter tentado garantir as condições para que o ensino remoto fosse efetivo e abrangesse todos os seus alunos, a desigualdade social mostrou-se enquanto um agravante para que essa garantia pudesse se efetivar.

Na dissertação denominada como D3, Souza (2021) propôs uma reflexão acerca de como a indústria cultural implica na formação do sujeito e quais as possibilidades de resistência nesse meio, sob o ponto de vista de Paulo Freire, expondo elementos de um discurso imposto pela elite dominante a qual preza pela efetivação de um conhecimento mais superficial, o que tornaria o ambiente mais propício à alienação e manipulação dos sujeitos. Aborda que sua pesquisa fora atravessada e construída durante a pandemia da Covid-19, situando como a pandemia da Covid 19 afetou a educação escolar no Brasil e como mudou o cenário educacional. A autora não traz nenhum tópico específico que aborde somente acerca da desigualdade social, mas ao se basear na proposta educacional de Paulo Freire demarca a importância da formação de um sujeito crítico, “capaz de atuar positivamente na sociedade, visto que consideramos ser necessário desmascarar uma educação revestida de valores, cuja intenção é a de manter a sociedade numa eterna desigualdade social” (Souza, 2021, p. 12), além de demarcar que o modo como a sociedade se estrutura colabora para a perpetuação da desigualdade social. Aborda a questão da meritocracia enquanto marca da sociedade liberal. Cita como o padrão de vida pautado pela expansão econômica e a priorizando se reverbera na educação, uma vez que se tem a ilusão de que estamos democratizando o ensino quando estamos apenas perpetuando a questão do domínio de uma classe social sobre a outra e que aos detentores do poder político e financeiro só interessa manter essa dominação e que isso, por sua vez, acaba aumentando a desigualdade social, pois mascara a realidade de que a globalização colabora diretamente para aumentar a riqueza de poucos e a miséria de milhões, visto que a ideologia dominante não permite a reflexão que leve à população a percepção de como essa dominação ocorre. Aponta como a pandemia trouxe o chamado “novo normal” na educação e como o uso de materiais *online* se tornou mais corriqueiro nesse período, o que colaborou para a expansão da indústria cultural analisada pela autora em questão. Questiona o momento chamado de “novo normal”, chamando a atenção para o fato de que o

momento deveria ter se tornado propício para que repensássemos nossas práticas, o papel das relações, da escola na sociedade. Expõe que devido a esse contexto tivemos que lidar com um maior desinteresse dos alunos gerado pela dificuldade de acesso às aulas remotas no período pandêmico, dificuldade proveniente da falta de tecnologias nas escolas, principalmente nas públicas, elementos citados como agravadores da desigualdade social existente no Brasil. Dessa forma afirma que a exclusão digital na educação durante a pandemia da Covid 19 ocorreu principalmente devido ao agravamento da desigualdade social.

Na dissertação denominada como D4, Buniotti (2021) aborda quais foram as medidas adotadas por diretores e vice-diretores de escolas públicas de Ensino Médio de um determinado núcleo regional de educação frente ao enfrentamento da pandemia da Covid 19. Para isso aborda acerca da função social da escola e importância dos gestores escolares frente a um novo modelo de gestão não mais baseado nos moldes empresariais. Expõe brevemente acerca de como a desigualdade social se agravou durante a pandemia da Covid-19, para isso discute sobre o ensino remoto no período da pandemia. Não traz um capítulo ou subtópico que aborde diretamente sobre a desigualdade social, tangenciando acerca da mesma em alguns momentos. Buniotti (2021) fala sobre o ensino remoto na pandemia e expõe como no Brasil a crise sanitária da Covid-19 agravou as desigualdades sociais e que outras crises acabaram se desvelando em meio a essa, como a “crise da Ciência desacreditada pelas Fake News, pelos boatos e pelas mentiras difundidas pela internet e pelas redes sociais” (Buniotti, 2021, p. 15). Além de expor como a crise sanitária afetou os mais pobres, uma vez que agravou o desemprego, a crise financeira e expôs as mazelas que atingem a classe trabalhadora. Analisa como se deu o acesso dos alunos ao aplicativo Aulas Paraná, utilizado no Estado do Paraná no momento da suspensão das aulas presenciais, bem como a retirada dos materiais impressos nas escolas por aqueles que não tinham como acessar o aplicativo, constata desse modo que a classe trabalhadora é a mais afetada pela falta de acesso às aulas remotas, devido a fatores como falta de equipamento adequado, falta de acesso à internet, necessidade de se trabalhar fora, o que, segundo o Buniotti (2021) demonstra como a desigualdade social afeta a classe trabalhadora. O autor cita que esses fatores podem ter colaborado para o aumento da evasão escolar ocorrido à época da pandemia. Expõe que as desigualdades socioeconômicas foram um dos motivos que desfavoreceram os estudos dos alunos, bem como a refletiram na

organização do trabalho dos professores e gestores que foram incumbidos de seguir o que as Secretarias de Educação estipulavam sem que pudessem levar em consideração a situação social e econômica da família e comunidade em que seus alunos estavam inseridos. Traz elementos de como o Governo Federal e o Governo do Paraná se organizaram para prover as aulas remotas no período da pandemia da Covid 19, expondo que houve a “ausência de uma coordenação nacional que, de fato, ‘abraçasse’ a causa da Educação para que não se agravasse as questões de desigualdade social e educacional na população acadêmica” (Buniotti, 2021, p.32). Cita o período da suspensão das aulas presenciais e que ela se deu por meio de decretos e pareceres. Aponta como o isolamento social que ocasionou a suspensão das aulas por um período maior que o esperado “evidenciaram as fragilidades e as desigualdades estruturais da sociedade, principalmente na área da educação” (Buniotti, 2021, p. 35). Cita como o ensino remoto aparece nesse período como uma possível nova modalidade de ensino. Fala sobre as diferenças entre ensino remoto e Ensino a Distância onde traz que o primeiro se deu devido à pandemia da Covid-19 e à necessidade da suspensão temporária das aulas presenciais. Expõe quais foram os modos pelo qual o Ensino Remoto se difundiu no Paraná, por meio da TV, videoaulas gravadas e expostas nas redes sociais, aulas *online* ao vivo e envio de conteúdo impresso aos que não tinham como acessar às aulas *online*. O autor cita o fato de que “frente ao estado de pandemia, soluções de ensino emergencial a distância pode contribuir e deve ser implantado, mas é importante destacar a sua capacidade limitativa e excludente, em razão dos aspectos desiguais do país” (Buniotti, 2021, p 62). Destaca como o fato de a sociedade capitalista transformar a educação em mercadoria, principalmente no contexto pandêmico, colaborar para a transformação de professores e alunos em “meros consumidores de serviços educacionais” (Buniotti, 2021, p. 90), o que acaba por privilegiar a mecanicidade do processo educativo, pois desconsidera as condições de acesso, bem como o conhecimento das habilidades tecnológicas para acessá-la nesse novo contexto e que isso tende a afetar de maneira direta a aprendizagem dos estudantes e a reforçar “ainda mais um sistema de ensino reprodutor das desigualdades sociais e de conservação social” (Buniotti, 2021, p. 90). O autor também cita quais foram as medidas adotadas pelo Governo Federal no contexto nacional para mitigar os problemas sociais agravados com a pandemia da Covid-19, além de expor como esses problemas afetam principalmente as

minorias historicamente marginalizadas, como as mulheres, os negros, os trabalhadores precários, os informais, ditos autônomos, os trabalhadores de rua, os sem teto ou as populações de rua, os moradores de periferias pobres, os internados em campos para refugiados, os imigrantes indocumentados ou as populações deslocadas internamente, as pessoas com deficiência e os idosos (Buniotti, 2021, p. 94)

Desse modo podemos perceber como Buniotti (2021) se aprofunda na questão do ensino remoto de modo a destacar as dificuldades encontradas pelos estudantes da classe trabalhadora no acesso a ele durante a pandemia da Covid 19 e é nesse contexto que cita a desigualdade social, porém sem se aprofundar em porque ela existe na sociedade.

Na dissertação denominada como D5, Oliveira (2021) faz um diagnóstico socioassistencial de algumas famílias participantes do Programa Bolsa Família, a nível municipal, considerando a pandemia da Covid-19. O autor analisa a questão educacional ao expor como, entre os beneficiários do programa, há um déficit educacional passado de pais para filhos, demonstrando a prevalência de uma baixa escolaridade entre os integrantes da família, além de citar como a pandemia agravou as desigualdades, principalmente aos alunos de escolas públicas devido à dificuldade de acesso às aulas remotas. O autor traz subitens que tratam acerca da desigualdade social no Brasil, sobre desenvolvimento local *versus* desigualdades sociais, além de abordar acerca das políticas públicas de combate a desigualdade social focada no programa Bolsa Família. Discorre sobre como a concentração de renda tem aumentado no Brasil o tornando, nesse quesito, um dos países mais desiguais do mundo. Cita que a desigualdade social precisa ser combatida e que a mesma se agrava pela falta de oportunidades, o que acaba determinando a necessidade da intervenção do Estado por meio de políticas públicas que visem mitigá-las, citando ainda como elas tendem a ser necessárias para que se busque a diminuição da desigualdade social no Brasil. Ao mapear quem são os beneficiários do Programa Bolsa Família, Oliveira (2021) cita como os mesmos tiveram sua condição socioeconômica piorada durante a pandemia e que os filhos desses beneficiários também foram afetados quando da suspensão das aulas presenciais e da adoção das aulas remotas, uma vez que as condições de acesso a elas eram precárias por grande parte dessas famílias. No subitem delimitado como “Desigualdade Social no Brasil: breve relato da escravidão” Oliveira (2021) faz uma retomada acerca do processo histórico que trata da escravidão em nosso país, dando ênfase ao fato de que muito

do que já aprendemos sobre esse tema contém um importante “apagamento histórico”, ou seja, “Há no Brasil um desejo de esquecimento de toda perversidade ocorrida na escravidão, o que seria ideal para o sistema neoliberal, que falaria da meritocracia, como se todos partissem do mesmo ponto de partida” (Oliveira, 2021, p.13). No subitem “Desenvolvimento local e as desigualdades sociais: desenvolvimento para quem?” o autor destaca como “é difícil encontrar um país onde as principais políticas públicas como saúde, educação e segurança pública, funcionem plenamente” (Oliveira, 2021, p.16) e cita a complexidade que elas abarcam e que por isso devem ser bem planejadas expondo quão desafiante essa aplicação se torna quando a disparidade econômica e social é grande. Cita como o neoliberalismo tende a valorizar o setor privado em detrimento do público o que acaba por beneficiar apenas uma pequena elite em detrimento à população em geral. Cita como a desigualdade de renda atinge o planeta, expondo que

o ano de 2015 será lembrado como o primeiro da série histórica, no qual a riqueza de 1% da população mundial, aqueles que tem um patrimônio avaliado em 760.000 dólares (2,96 milhões de reais) possuem tanto dinheiro líquido e investido quanto os 99% restante da população mundial (Oliveira, 2021, p. 18).

Oliveira (2021) aponta como a concentração de renda é um problema que assola nosso planeta e é responsável pelo fosso social que assola a população mundial. O autor destaca que no Brasil as políticas públicas voltadas para a população pobre se efetivaram a partir da Constituição de 1988 e após o processo de redemocratização pelo qual o país passou. Delimita como o Programa Bolsa Família se interliga à educação uma vez que tem como uma de suas condicionalidades a frequência escolar de no mínimo 85% para crianças e adolescentes e de 17% para adolescentes de 16 e 17 anos, aspecto que não fora contemplado quando o Bolsa família passou por uma reformulação e passou a se denominar “Auxílio Brasil” durante o governo do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Ao analisar as informações sobre as aulas remotas em 2020 pelos filhos dos beneficiários do Bolsa Família, Oliveira (2021) identificou como se deu o acesso deles a equipamentos eletrônicos, à internet, quantas crianças recebiam o benefício e se elas conseguiram assistir as aulas *online*, bem como se fizeram as atividades escolares de forma remota, quem as ajudou nessas atividades e questionou acerca da segurança para o retorno às aulas presenciais. Constatou que, dos entrevistados, uma minoria tinha

acesso a computadores, a maioria demonstrou ter acesso à internet, mas esse acesso algumas vezes se dava pela internet de outras pessoas ou apenas pelos dados móveis de um aparelho celular muitas vezes com tecnologia defasada. Sendo necessários um bom equipamento e uma boa qualidade de acesso, nem todas as famílias demonstraram ter conseguido acompanhar as aulas remotas. Há ainda o agravante, citado pelo autor, de que a fome aumentou entre essas famílias, uma vez que para muitas crianças “a merenda escolar era a principal refeição do dia” (Oliveira, 2021, p.42) e com o fechamento das escolas e interrupção temporária das aulas presenciais a fome se tornou uma preocupação a mais a muitas famílias, visto que o desemprego também aumentou entre esses beneficiários quando do fechamento de comércio, indústria e setor de serviços potencializando a questão da insegurança alimentar. Dessa forma o autor cita que “uma das alternativas dada por algumas escolas da educação básica, foi fornecer um kit alimentação para as famílias vulneráveis” (Oliveira, 2021, p. 43). Ao delimitar sobre se conseguiram ou não fazer as atividades remotas, a maioria das famílias entrevistadas pelo autor respondeu que sim, salientando que aqui o autor se refere às atividades impressas, opção adotada por muitas escolas frente à falta de acesso e acompanhamento das aulas *online*. Com essa exposição Oliveira (2021) conclui que a desigualdade não permite a quem é por ela afetada, o direito de escolha, e que por isso é importante que o Estado invista em políticas públicas ligadas a educação e que visem sanar os déficits sociais e econômicos causados pela maneira como a sociedade está instituída. Assevera a importância da escola para “o aprendizado, e o lugar onde alguns alunos, faziam suas principais refeições” (Oliveira, 2021, p.52) e como a estratégia “de imprimir as atividades para os estudantes que não tinham acesso as aulas *online* foi fundamental para não aumentar ainda mais a evasão escolar” (Oliveira, 2021, p.52).

Podemos perceber que o Oliveira (2021) é um dos autores analisados que mais trata acerca da desigualdade social no período da pandemia da Covid 19, uma vez que seu objeto de análise fora afetado de modo direto pela incidência dessa pandemia, como demonstrado pelo mesmo em vários momentos e como trazido nos trechos analisados.

Na dissertação denominada como D6, Martins (2021) investigou o significado da escola para o aluno que volta a esse espaço na vida adulta, pautando-se na história de vida de uma mulher de 69 anos de idade. Ao se debruçar nos materiais da pesquisa a autora identificou questões relacionadas à desigualdade social, de gênero e

relações de sociedade patriarcal as quais discute ao longo da pesquisa. A pandemia da Covid 19 se demonstrou, nesse contexto, como um momento que atravessou o objeto de pesquisa e que por isso desvelou novas concepções acerca da temática abordada. Martins (2021) não traz um capítulo ou tópico que aborde especificamente acerca da desigualdade social, a cita em meio as discussões que elabora. Ao falar sobre a história de vida da mulher sobre a qual a pesquisa se pauta a autora expõe como ela “descobriu no dia a dia o que é desigualdade social, a desigualdade de gênero, o machismo, o apagamento de sonhos, especialmente aqueles que envolviam os saberes escolares” (Martins, 2021, p. 13). A desigualdade social é citada pela autora principalmente atrelada a vida da entrevistada e a permeando, constituindo como a entrevistada se vê no mundo e como isso afeta sua vida de modo direto. Desse modo, toma-se a desigualdade social a partir da singularidade do sujeito pesquisado que demonstra como essa desigualdade afetou sua vida, seu cotidiano, comparando-a a uma “pandemia que se naturalizou, se invisibilizou, se tornou banal” (Oliveira, 2021, p.74). A autora utiliza-se dessa narrativa para expor como a desigualdade afeta grande parte da população brasileira e como tende a se refletir diretamente no desinteresse pela escola uma vez que há entre parte da população a necessidade de se buscar alternativas para se prover o básico a sua existência o que ocasiona o afastamento desse ambiente. A autora cita como a sociedade capitalista tende a perpetuar a desigualdade social, o que permite que histórias como a da entrevistada se repitam no Brasil. Percebemos, mais uma vez, que temos mais um objeto de estudo sendo atravessado pela pandemia da Covid 19; dessa maneira sua contribuição para nossa pesquisa reside no fato de que ela expõe como a desigualdade aumentou e como afeta a vida dos cidadãos que necessitaram da educação nesse período.

Na dissertação denominada D7, Bezerra (2021) analisou o cenário mediado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação por meio do discurso de alunos e professores, analisando também como ocorre o processo de letramento digital deles, com isso delimitou os vários problemas do Ensino Remoto Emergencial enfrentado pelos alunos mais carentes, dentre esses problemas cabe destacar a desigualdade social. Bezerra (2021) não delimita um tópico específico para abordar a desigualdade social, mas o permeia ao delimitar que a pandemia da Covid 19 intensificou as desigualdades sociais e digitais existentes entre alunos de escolas públicas, o que dificultou a garantia do direito a educação a esses estudantes, uma vez que a eles o acesso aos equipamentos tecnológicos e a internet para acompanhar

as aulas durante o período da adoção da suspensão das aulas presenciais e da instituição do Ensino Remoto se mostrou mais escasso dado as dificuldades enfrentadas por suas famílias nos quesitos econômicos e financeiros. Demonstra como a adoção de atividades impressas, transmissão de aulas via rádio ou TV, se mostraram como alternativas para que esse público não ficasse sem acesso total à educação durante esse período. A autora cita como a desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos se revelou como uma faceta que atingiu os mais vulneráveis, o que

só reforça a necessidade de criação e implementação de políticas públicas educacionais que levem recursos tecnológicos para dentro e fora das escolas, tendo em vista que o processo educacional não ocorre apenas no ambiente escolar (Bezerra, 2021, p. 30).

Acerca do contexto pandêmico Bezerra (2021) destaca como e quando ocorreram a suspensão das aulas presenciais e quais foram as medidas adotadas diante desse cenário referente a instituição das aulas remotas. Realizou entrevistas com professores e alunos dos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de um determinado município da Paraíba que revelam como a desigualdade social fora tema pertinente a muitas respostas, uma vez que ela se tornava evidente entre os alunos pertencentes à classe trabalhadora. Dessa forma, Bezerra (2021) ainda que não se aprofunde em delimitar o que é desigualdade social a tangencia no contexto educacional durante a pandemia da Covid 19 ao nos demonstrar como a mesma afetou a educação e principalmente a classe trabalhadora e que isso é mais visível quando observamos atentamente como houve uma grande disparidade no acompanhamento das aulas remotas pelas diferentes classes demonstrando como o capitalismo teve seu pior lado desvelado pela pandemia da Covid 19 e que quem acabou sofrendo as consequências desses males foram os estudantes oriundos da escola pública brasileira e pertencentes a classe trabalhadora.

Na dissertação denominada como D8, Sales (2021) analisa as mediações familiares da relação das crianças com as atividades remotas que foram propostas pelas escolas, durante a pandemia da Covid-19, visando verificar quais foram os desafios encontrados pelas famílias e quais aprendizados puderam ser extraídos desse período. A autora aborda a desigualdade social ao considerar dados de pesquisas sobre desigualdades educacionais evidenciadas pela adoção do ensino remoto instituído durante o período de isolamento ocorrido durante a pandemia da

Covid 19. Sales (2021) não traz um capítulo ou um item que trate especificamente acerca da desigualdade social, mas aborda sobre como se deu o ensino remoto durante a pandemia da Covid-19 e explana acerca das desigualdades educacionais que foram aprofundadas nesse período. Cita como a educação foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia da Covid 19 devido à necessidade de se interromper o calendário das aulas presenciais e da adoção do ensino remoto, necessidades essas que afastaram a maioria dos estudantes da escola. Sales (2021) cita dados acerca do acesso à internet e aos aparatos tecnológicos pela população brasileira e demonstra que há uma clara diferença “entre as classes sociais: em famílias com renda de até um salário-mínimo, 50% não tem acesso em casa, enquanto na classe A, apenas 1% não tem conexão” (Sales, 2021, p.19). Cita ainda que houve transferência de alunos da rede privada para a rede pública durante o período do isolamento social devido ao processo de adoção do ensino remoto. Cita também que a adoção do ensino remoto não levou em consideração o fato de que nem todas as famílias conseguem auxiliar seus filhos nas aulas remotas, seja explicando um conteúdo ou tirando alguma dúvida, o que acabou por “reforçar as desigualdades educacionais e, conseqüentemente, as desigualdades sociais” (Sales, 2021, p. 38). Cita que o ensino remoto se tornou um desafio maior na Educação Básica, principalmente no primeiro ciclo, onde os estudantes apresentam menos autonomia no processo de acompanhamento das aulas remotas pelos meios digitais, bem como há uma maior prevalência na dificuldade de acesso às aulas por esse público o que pode gerar déficits na aprendizagem dos estudantes dessa etapa de ensino. Discorre sobre como o ensino remoto tende a ser excludente uma vez que as “condições de acesso e aprendizagem não são as mesmas para os (as) estudantes” (Sales, 2021, p.46) visto que as desigualdades existentes não foram consideradas quando da necessidade da adoção desse tipo de ensino. No capítulo dedicado a falar sobre as desigualdades educacionais a autora expõe que a pandemia da Covid 19 as agravou e que essas desigualdades se revelam em nosso país de diversas formas, não só como desigualdade de acesso, mas também de gênero, cor e nível socioeconômico. Cita as diversas maneiras de identificar essas desigualdades, como a partir dos dados populacionais, onde “é possível encontrar relações entre as variáveis de origem social e os níveis de escolarização” (Sales, 2021, p.73), por meio de avaliações educacionais e dados escolares e que esses auxiliam na aferição das desigualdades de desempenho entre os grupos sociais e as redes de ensino que “podem revelar

diferenças que, quando desconsideradas, reforçam ainda mais as desigualdades” (Sales, 2021, p.74). Traz dados acerca do acesso ao Ensino remoto por estudantes das escolas e universidades, por meio da pesquisa PNAD Covid-19, demonstrando como a desigualdade se destaca também a nível regional, citando, a exemplo, a região Norte que apresentou uma alta taxa de alunos do Ensino Fundamental e Médio que ficaram sem atividades durante o período de adoção do ensino remoto. Além de trazer dados sobre como essa falta de acesso também afetou os estudantes advindos de famílias com menor renda familiar *per capita* em detrimento aos advindos de famílias com maior renda. Apresenta a diferença de acesso à internet para acompanhamento das aulas remotas por estudantes de escolas públicas e privadas, indicando uma maior prevalência de acesso entre os estudantes de escolas privadas. Cita dados acerca de como se dava o acesso à internet nas escolas e retrata que municípios mais pobres e com menos recursos são os que possuem mais escolas sem acesso à internet. Ressalta a importância de que as desigualdades sejam consideradas quando se fala em ensino remoto, pois muitas vezes “acaba-se idealizando condições das classes médias ou médias altas que, de certo modo, possuem uma situação socioeconômica capaz de oferecer assistência para o bem-estar da família e dos(as) estudantes” (Sales, 2021, p. 75). Expõe desse modo como nesse cenário as desigualdades sociais tendem a reforçar as desigualdades educacionais, uma vez que “nem todos(as) possuem as mesmas condições de participação e aproveitamento das propostas escolares” (Sales, 2021, p.76). A autora cita como a pandemia agravou a situação de vida da classe trabalhadora, pois

diante dos padrões de desigualdade, são as classes menos favorecidas, social e economicamente, as mais afetadas pela COVID-19, seja devido às dificuldades econômicas, às dificuldades de atendimento na saúde ou às dificuldades de assegurar às crianças o direito à educação (Sales, 2021, p. 111)

Ainda, Sales (2021) menciona uma fala da coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que expõe como

a educação brasileira durante a pandemia, viveu ‘uma crise dentro da crise’, uma vez que as desigualdades estruturais foram explicitadas e as políticas adotadas para a educação, assim como o ensino remoto, foram pensadas sem se considerar essas desigualdades (Sales, 2021, p.111)

Nesse sentido, Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ajuda a destacar que a forma como foi adotado o ensino remoto no Brasil aprofundou as desigualdades que são, conforme suas palavras, *estruturais*, uma vez que as condições de vida, sociais e econômicas dos estudantes foram deixadas de lado quando se adotou o ensino remoto sem levar em consideração a real situação social e econômica dos milhares de estudantes brasileiros.

Nesse contexto percebemos como Sales (2021) permeou importantes aspectos relacionados a como o ensino remoto se institucionalizou e como demonstrou as fragilidades de nossa educação, e não só, mas também da sociedade, ao delimitar como a pandemia da Covid 19 colocou em evidência como a desigualdade social assola a sociedade brasileira e aprofunda a fosso social entre a classe trabalhadora e a classe dominante.

Na dissertação denominada como D9, Padula (2021) analisa como a pandemia da Covid-19 afetou a Educação Infantil levando-se em consideração as diferenças de raça, gênero e idade. A autora não traz um capítulo ou item que trate especificamente acerca da desigualdade social, mas trata sobre ela quando fala sobre infância e pandemia no Brasil. A autora cita como a pandemia atravessou seu campo de pesquisa e sua vida e que por isso buscou compreender os “impactos desse momento na educação infantil, destacando as desigualdades de gênero, raça e idade” (Padula, 2021, p.20). A autora trabalha com o conceito de diferença analisando como elas se dão no dia a dia da pré-escola e cita que elas são “social e culturalmente construídas, e atuam estruturando desigualdades [...]” (Padula, 2021, p.21). Dentre as diferenças que analisa destacam-se as diferenças de cor, raça, gênero, idade, classe social de acordo com diferentes autores. Descreve o cenário da pandemia da Covid 19 no Brasil e como afetou a Educação Infantil, já que nessa etapa da Educação a frequência não determina reprovação e por isso o acompanhamento as aulas remotas, por parte dos estudantes, tornou-se mais escasso. Cita como a pandemia escancarou a desigualdade social já existente em nosso país. Expõe como crianças de diferentes grupos sociais “negras, pobres, indígenas, quilombolas, sem terrinhas – entre outros grupos que vivem em situações de privação” (Padula, 2021, p.40) que já eram marcadas pela desigualdade social e pelo racismo, durante a pandemia da Covid 19, viram esse aspecto de suas vidas se aprofundarem. A autora cita que nessa etapa da educação também é comum a falta de acesso aos recursos tecnológicos e a internet e que devido a isso muitos estudantes ficaram sem realizar as atividades propostas.

Cita a importância de se conhecer a realidade das crianças e suas famílias antes de simplesmente se instituir uma nova maneira de ensinar (no caso da instituição do ensino remoto), levando-se em consideração as desigualdades que permeiam a vida dessas crianças (gênero, raça, econômicas), uma vez que não se pode deixar que o foco dos direitos de aprendizagem das crianças ofusque as questões pertencentes à realidade que em que vivem. Padula (2021) colabora com nossa pesquisa ao trazer dados acerca de como a Educação Infantil foi afetada durante a pandemia e como a desigualdade social afeta essa etapa de ensino. E aqui cabe salientarmos que a Educação Infantil é importante etapa de desenvolvimento das crianças e que a escola, nesse período da vida, colabora para o desenvolvimento cognitivo e social delas e por isso deve ser amplamente estudada, pensada, analisada buscando permitir que o direito a uma infância segura e feliz seja assegurado a todos os brasileirinhos e brasileirinhas.

Na dissertação denominada como D10, Rodrigues (2020) pesquisa acerca da prática pedagógica nas escolas do campo e no desenvolvimento de sua pesquisa constata como a exclusão escolar se evidencia no que concerne aos direitos dos estudantes e como a desigualdade social está inserida nesse contexto. A autora dedica um capítulo para descrever acerca de quais são os condicionantes da desigualdade. A questão da pandemia da Covid 19 perpassa o trabalho devido ao fato de que ela atravessa o objeto de pesquisa e influencia a maneira como a pesquisa é conduzida pela autora. Ao analisar e discorrer acerca do conceito de prática pedagógica a autora pontua como essa prática algumas vezes está associada a uma realidade excludente e que para que possa se efetivar precisa ir além da sala de aula, pois deve envolver a esfera escolar e as relações sociais para que haja um enfrentamento das mazelas que atravessam a vida dos estudantes, dentre essas mazelas cabe destacar a desigualdade social que, segundo Rodrigues (2020) tende a ser perpetuada na sociedade dada a maneira como a mesma se estrutura. No capítulo dedicado a se aprofundar nas questões que tratam sobre a inclusão escolar denominado “Inclusão educacional e educação do campo: interrogando os condicionantes da desigualdade” Rodrigues (2020) cita a importância da educação para que a democracia possa se consolidar visto que nela há a consolidação de nossos direitos que, todavia, não deve ser confundido com concretização destes. Ao abordar esse assunto demonstra que é importante que percebamos que não podemos “olhar de forma romântica para a inclusão escolar, superestimando o poder da escola

ou percebendo-a como um espaço salvador por si só, corretor das desigualdades” (Rodrigues, 2020, p. 51). A autora também aborda sobre a desigualdade fazendo um contraponto ao conceito de igualdade e cita como ambos são discutidos desde os primórdios da humanidade, além de delimitar que precisamos ter um olhar mais apurado para a realidade para que compreendamos que a exclusão nos planos dos direitos colabora no aprofundamento da desigualdade social onde o interesse do opressor se intensifica demonstrando que o poder exercido pelos mesmos reafirma a opressão o que tende a aumentar a segregação. Expõe como essa centralização do poder acaba perpetuando a desigualdade, bem como a exclusão dos estudantes das escolas do campo. Cita que ao analisarmos a exclusão-inclusão é necessário que nos atentemos para não promover um apagamento da história da desigualdade. Expõe como a concentração de renda é um dos desafios a ser superado na sociedade brasileira e ser uma das maneiras pelas quais a desigualdade social se perpetua no Brasil.

Verificamos, desse modo, que a contribuição da referida dissertação se dá devido ao fato de que Rodrigues (2020) nos traz elementos de como a educação do campo também foi afetada pela pandemia da Covid 19 e como a desigualdade social acabou por aprofundar as dificuldades encontradas nessa área visto que muitos desses estudantes não tiveram seu direito a educação garantido, uma vez que as condições de adoção do ensino remoto não levou em consideração a realidade que permeia esse contexto educacional.

As dissertações analisadas, no total de 10, demonstram aprofundar um pouco mais na tentativa de buscar compreender como a desigualdade social surge na sociedade, trazendo elementos que nos ajudam a compreender como a história do Brasil é e fora atravessada pela desigualdade social e como a reproduziu ao longo dos anos. Assim como os artigos, os resultados dessas pesquisas de mestrado evidenciam como a desigualdade social que já atingia índices alarmantes no Brasil se intensificou durante a pandemia da Covid 19, o que dificultou ainda mais, aos estudantes das escolas públicas brasileiras, o acesso e acompanhamento das aulas remotas, em todos os níveis de ensino e conseqüentemente afetou a aprendizagem deles, promovendo uma desigualdade educacional e um déficit na educação pública ainda não claramente mensurável.

Considerando a relevância dessa temática e nosso objetivo de analisar como as produções acadêmicas tratam da desigualdade social (e seus possíveis impactos)

na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid 19, podemos perceber que os artigos e as dissertações que compõem nosso escopo de pesquisa nos trazem contribuições muito relevantes, uma vez que nos ajudam a entender como a suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino remoto refletiram na educação brasileira, revelando mazelas que já existiam, mas que foram escancaradas pela pandemia da Covid 19, como condições estruturais precárias, principalmente relacionadas ao uso da tecnologia, falta de valorização docente, sobrecarga de trabalho docente, falta de participação da família na vida dos estudantes devido aos mais diversos fatores, além de aspectos que estão para além da escola, mas que também a afetam, como a situação econômico financeira e social em que os pais se encontram e em como isso se reflete na educação de seus filhos. Além disso, há de se considerar a falta de investimentos em políticas públicas pensadas para os estudantes, para a escola pública brasileira e para a comunidade, o que colabora para a perpetuação de desigualdades educacionais dentro das escolas e para a manutenção e ou ampliação das desigualdades sociais.

No presente capítulo realizamos a organização, sistematização dos dados coletados e sua discussão, visando expor o conteúdo das produções acadêmicas coletadas e como elas tratam da desigualdade social na educação pública brasileira, a partir da Covid-19. Na busca de atingir o objetivo geral da pesquisa, que foi **analisar como as produções acadêmicas tratam da desigualdade social (e seus possíveis impactos) na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19**; no terceiro capítulo, traremos a análise dos trabalhos elencados visando apontar, com base nas produções da área da Educação, como são tratados os possíveis impactos da desigualdade social para estudantes da escola pública brasileira a partir da pandemia da Covid-19

CAPÍTULO 3 – IMPACTOS DA DESIGUALDADE SOCIAL PARA ESTUDANTES DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID 19

Este capítulo busca atender, mais explicitamente, o terceiro objetivo específico dessa pesquisa, qual seja: **analisar como as produções acadêmicas da área da Educação que tratam sobre a desigualdade social na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid 19, abordam a desigualdade social.** Para expor aspectos dessa análise, partimos dos dados coletados, que foram organizados, sistematizados e brevemente discutidos no capítulo 2 e das discussões elaboradas no capítulo 1, que nos dão suporte para problematizar alguns aspectos acerca de como a desigualdade social se constituiu na sociedade capitalista e na sociedade brasileira e como impactou na educação pública brasileira, que é destinada, predominantemente, aos filhos e filhas da classe trabalhadora. Discutiremos como as produções acadêmicas publicadas na área da Educação concebem a desigualdade social na educação pública brasileira durante a pandemia da Covid 19.

3.1 O QUE DIZEM AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O IMPACTO DA DESIGUALDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, A PARTIR DA PANDEMIA DA COVID 19

Nessa subseção traremos os artigos, totalizando 34, e as dissertações, totalizando 10, que foram expostos no segundo capítulo, visando expor a análise que realizamos sobre como estas produções tratam do impacto da desigualdade social na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid 19.

Ao compreendermos, como abordamos no capítulo 1, que a desigualdade social está intrinsicamente ligada ao modo como a sociedade se organiza, a partir da produção da riqueza social, que, no caso da sociedade capitalista, se dá baseada na exploração da classe trabalhadora, com a apropriação privada da riqueza social pelos burgueses; concebemos que a desigualdade social está ligada às condições materiais sobre a qual se dá o modo de vida do trabalhador. Esse se relaciona com seu antagonista, o burguês, numa relação que é cancelada pelo Estado Burguês. Nele, a esfera do direito também dominada pela burguesia e pela ideologia neoliberal dissemina o discurso de naturalização da desigualdade social, pois se prega a meritocracia e o discurso neoliberal burguês de que todos possuem as mesmas chances e oportunidades de galgarem melhores condições de vida,

independentemente de onde partam, o que desconsidera totalmente as condições reais sob as quais se dá a vida da classe trabalhadora. Discurso amplamente disseminado pela questão da igualdade formal, no qual todos somos “iguais” perante a lei, portanto portadores dos mesmos direitos e deveres, ignorando-se totalmente a exploração diária a que a classe trabalhadora é submetida para que possa prover sua existência e, portanto, acaba a afastando cada vez mais da oportunidade de travar as lutas necessárias para galgar a revolução social.

Preconizamos, ainda, que não há como analisar a desigualdade social na sociedade capitalista sem que tenhamos clareza de qual concepção de desigualdade social nos interessa, ou seja, aquela que existe no sistema capitalista, que é por ele “alimentado”, que é por ele perpetuado, sendo que sua erradicação só pode ocorrer, de fato, se houver a extinção da sociedade de classes.

Além disso compreendemos os limites que a cidadania moderna possui, uma vez que “a cidadania é a *forma política* de reprodução do capital e que, por isso, jamais poderá expressar a autêntica liberdade humana” (Tonet, 2012, p.34), vide que na sociabilidade atual a desigualdade social tem como fundamento

a exploração e a dominação do homem pelo homem – com todo seu cortejo de categorias (capital, mais-valia, trabalho assalariado, mercadoria, divisão social do trabalho, alienação etc.) e todo conjunto de mediações essenciais para a sua reprodução (Estado, política, direito, etc.) (Tonet, 2012, p.35).

Ainda que reconheçamos as limitações intrínsecas da cidadania, em especial em países como o Brasil, não menosprezamos sua importância no processo de autoconstrução do ser social (Tonet, 2012), bem como compreendemos a importância da luta pela efetivação de uma vida mais digna, mesmo que, inicialmente, dentro dos limites impostos pela sociedade de classes, luta essa que possui a educação como mote para que possamos “compreender bem a lógica que preside a sociedade capitalista e a natureza atual da crise [do capital]” (Tonet, 2012, p.39). Para isso, analisar como as produções acadêmicas da área da Educação tratam sobre a desigualdade social na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19, demonstra-se enquanto uma das facetas dessa luta, na medida em que reconhecemos a importância de dialogar com a produção de conhecimento já existente, para poder avançar a partir dele.

Como estratégia metodológica, optamos por organizar as informações gerais acerca dos artigos e dissertações selecionados em quadros (que se encontram em apêndice) de forma que todos os trabalhos possam ser visualizados para facilitar o entendimento de como fizemos a sistematização e cotejamento de suas abordagens com aquilo que delineamos e compreendemos enquanto desigualdade social na sociedade capitalista. Esses quadros apresentam informações como categoria a qual pertence o artigo (conforme delimitado no segundo capítulo), nível de ensino abordado e referencial teórico ou fundamentação teórica adotados. Em seguida, apresentaremos uma explanação acerca dos trabalhos selecionados com o objetivo de expor a análise de como as produções acadêmicas da área da Educação que tratam sobre a desigualdade social na educação pública brasileira, a partir da pandemia da Covid-19, abordam a desigualdade social, qual referencial teórico utilizam para embasar suas pesquisas e como podem contribuir para o aprofundamento de um tema tão relevante diante do cenário político/social brasileiro que fora assolado pela pandemia da Covid-19.

3.1.1 Discussão dos artigos - Categoria “Pandemia e Exclusão Educacional no Ensino Superior”

Nessa categoria, que contém um total de 3 artigos, os autores A6 - Pires (2021), A 14 - Carvalho; Souza (2021) e A 25 - Menezes; Costa (2021) nos trazem elementos de como a Educação Superior, seus docentes e discentes, foram impactados pela pandemia da Covid-19 e como isso se refletiu na saúde emocional, qualidade de vida, cotidiano desses professores e alunos, avultando ainda mais a desigualdade econômica que afeta principalmente os estudantes filhos e filhas da classe trabalhadora, sublimando que essa desigualdade fora responsável pela, muitas vezes, exclusão deles da efetivação e continuidade de seus estudos, uma vez que as condições sob as quais (não) se davam o acesso às aulas pelo meio remoto eram, muitas vezes, extremamente precárias, aumentando a desigualdade educacional que já os assolava (Pires, 2021); (Carvalho; Souza, 2021).

Pires (2021) não delimita qual sua fundamentação teórica no resumo, aponta Bourdieu; Champagne (2003) no que denomina enquanto “excluídos do interior”, ao se referir aos grupos da classe trabalhadora que frequentam instituições e cursos que possuem “menor prestígio social”, mencionando como isso colabora para a

perpetuação das desigualdades no Ensino Superior, visto que os afasta da possibilidade de uma futura ascensão social, utiliza esses autores como marco teórico da reflexão que tecem no artigo.

Menezes; Costa (2021) discutem como o ensino remoto poderá ser um agravante da desigualdade social já existente e como a educação pode se transformar no espaço da busca pela justiça social. Traçam um rápido histórico acerca das raízes da desigualdade, citando que “educação não é sinônimo de escola” (Menezes, Costa, 2021, p.103). Relacionam o fato de que é necessário que compreendamos o processo de colonização para depois depreendermos o que é modernidade, visto ser esse o caminho que adotam para permear a discussão de como a desigualdade existe em nossa sociedade, tecendo importantes contribuições relacionadas à historicidade da desigualdade social quando demarcam a questão da modernidade-colonialidade ter se tornado a raiz da desigualdade nos territórios colonizados, como no caso do Brasil (Menezes; Costa, 2021), o que corrobora com nossa compreensão acerca de que não há como estudar a história do Brasil dissociando aspectos relacionados à desigualdade social, uma vez que “ninguém pode explorar ninguém se não o domina, muito menos de modo estável e duradouro” (Quijano, 2002, p.37), expondo que enquanto houver uma relação de dominação e exploração calcada na desigualdade de classes, a desigualdade social se perpetuará. Tanto Carvalho; Souza (2021) quanto Menezes; Costa (2021) não delimitam em seus resumos qual fundamentação teórica utilizam. Menezes; Costa (2021) trazem Quijano (2005) para discutir modernidade-colonialidade como raízes da desigualdade.

3.1.2 Categoria “Interações entre sociedade, pandemia e saúde”

Nessa categoria, que totaliza 1 artigo, A7 - Silva (2021) não delimita no resumo qual fundamentação teórica utiliza, mas traz no corpo do texto Harvey (2020), Gohn (2020), entre outros autores como Boaventura de Souza Santos (2020), para afirmar que a pandemia atingiu de diferentes formas as diferentes classes sociais. A autora investiga a pandemia enquanto questão social e revela a prevalência desigual de contaminação pelo vírus entre os grupos afetados pela infecção. Não embasa teoricamente o conceito de desigualdade social, mas delineia como não democrática a questão da infecção pela Covid-19, uma vez que expõe como os grupos mais

suscetíveis ao contágio são os que pertencem à classe trabalhadora e que possuem baixa escolaridade.

3.1.3 Categoria “Financiamento da Educação”

Nessa categoria, que possui um total de 3 artigos, definidos como A8 - Roggero; Silva (2021), A5 - Alves, *et al.*, (2020) e A18 - Farenzena (2021) trazem importantes elementos que nos ajudam a compreender como ocorre o financiamento da educação pública brasileira por meio de seus diversos mecanismos e legislação; abordam a pandemia da Covid 19, bem como delimitam como a desigualdade social se aprofundou durante o período pandêmico e como isso poderia afetar o financiamento da educação pública brasileira, como a exemplo de Alves, *et al.*, (2020), que traçou alguns panoramas acerca de uma possível queda na arrecadação no ano de 2020. Vale considerar que a questão da diminuição do aporte de recursos financeiros para a educação é fator que pode contribuir para diversos problemas, dentre eles: condições mais precarizadas de trabalho dos professores; diminuição da qualidade da merenda escolar (PNAE); dificuldades de permanência e até a evasão escolar, o que contribui para ampliação da desigualdade social. Compreendemos que a questão do financiamento da educação pública brasileira é um tema de extrema importância e que é por meio desse critério que podemos entender melhor como ocorre o repasse de verbas para que as políticas públicas possam ser desenvolvidas.

É importante salientamos que o poder decisório de quais serão essas políticas e a quem serão destinadas também precisaria estar nas mãos da classe trabalhadora, o que temos evidente que não ocorre amplamente na sociedade atual. Contudo isso não nos exime da luta diária pela efetivação de nossos direitos básicos, por isso a compreensão, o estudo e a análise de todas essas questões tornam-se fundamentais para que possamos almejar uma sociedade mais consciente de seu papel como mote para a mudança radical na sociedade capitalista. Destacamos que os artigos que compõem essa categoria não trazem em seus resumos qual fundamentação teórica norteia suas análises. Apenas o A8 traz Harvey (2018) e Dowbor (2017) para citar como ocorre a influência do pensamento neoliberal na educação.

3.1.4 Categoria “Direito à Educação no período da pandemia”

Nessa categoria, que possui um total de 2 artigos, A 9 - Carvalho; Cruz; Coelho (2021) e A4 - Wenczenovicz (2020) tratam do direito à educação no ensino fundamental e colaboram para que possamos compreender um pouco de como esse direito fora, ou não, garantido durante a pandemia da Covid 19. Abordam como a sociedade capitalista, pautada num ideário neoliberal, valoriza o capital em detrimento à vida e expõem os dispositivos legais que garantem o direito a educação, do mesmo modo que o fizemos no primeiro capítulo, o que se torna de fundamental importância, uma vez que esse direito é garantido a todos os brasileiros e brasileiras pela Constituição Federal do Brasil de 1988 e por isso lutar pela sua efetivação, seja num momento de crise sanitária ou não, torna-se essencial.

Carvalho; Cruz; Coelho (2021) questionam se o ensino remoto realmente foi implantado pensando nos alunos que estavam afastados da escola nesse momento ou se foi apenas “uma forma de atender a interesses econômicos em vista do aprendizado que nesse contexto é mínimo?” (Carvalho; Cruz; Coelho, 2021, p. 1127). Citam como o neoliberalismo busca a valorização do capital em detrimento da vida e como isso afetou a área da educação, pois preconizam que a

educação é um direito social fundamental e inalienável, que deve ser garantido, mesmo em contexto de emergência sanitária, então, não deve ser pautada em ineditismo e decisões isoladas, ou seja, há que ser planejada e executada pela coletividade, a partir de um trabalho colaborativo, emancipatório e humano. (Carvalho; Cruz; Coelho, 2021, p. 1128).

Carvalho; Cruz; Coelho (2021) questionam se o simples ato de estar matriculado, no período da pandemia durante a adoção das aulas remotas, equivaleria ao direito à educação? Demonstram que com a pandemia e com a adoção das aulas remotas esse direito ficou comprometido, uma vez que o acesso à educação e a permanência dos estudantes na escola não ocorreu de forma homogênea, pois

Há de se indagar sobre as condições do ensino remoto. Como ele está posto, conseguirá contemplar o direito a educação? É evidente que não é possível garantir as mesmas condições, e também se compreende que, a pandemia em si escancarou e ampliou as desigualdades. Mas diante desse cenário, que já é tão problemático, o que deve ser buscado são formas de amenizar os impactos das desigualdades, sem ser conivente com o sistema político e com a pandemia que já direcionam para reforçá-las. (CARVALHO; CRUZ; COELHO, 2021, p. 129)

Já Wenczenovicz (2020) aborda sobre como a desigualdade aumentou de maneira persistente no Brasil a partir do segundo semestre de 2019, “superando o pico histórico observado em 1989” (Wenczenovicz, 2020, p. 1755), a autora traz dados sobre o aumento do índice de pobreza no Brasil e cita o índice de Gini, que mede, como já apontamos no 1º capítulo, a taxa de desigualdade de renda em um país. Cita dados sobre a renda familiar dos estudantes brasileiros da faixa etária dos 5 a 14 anos, demonstrando o empobrecimento dessa parcela da população. Partindo dessa análise expõe a consideração acerca do fato de que a

negação do direito à educação surge praticamente com o processo de colonização. A exclusão de centenas de cidadãos de acesso à escola consolidou os processos de segregação e vulnerabilização de milhares de cidadãos no Brasil (Wenczanovicz, 2020, p. 1755).

Wenczenovicz (2020), assim como Menezes; Costa (2021) e Carvalho; Souza (2021) atenta para o fato de que a desigualdade social é marca da trajetória histórica do Brasil e aprofunda o estudo dessa questão ao abordar como se deu o processo de composição social da sociedade brasileira, expondo que o Brasil foi “fruto de um processo de ocupação e povoamento assentado no colonialismo, na colonialidade do poder, do saber e do ser” (Wenczenovicz, 2020, p. 1752), o que colaborou para a perpetuação da desigualdade social em nossa trajetória histórica, trazendo também Quijano (2009) para pautar suas análises, ainda que não o delimite como sua fundamentação teórica.

Ambos os artigos não delimitam, em seus resumos, qual fundamentação teórica norteia suas análises, contudo o Carvalho; Cruz; Coelho (2021) utilizam Saviani; Galvão (2021) para tecer uma crítica ao ensino remoto, ainda que salientem a necessidade dele no período da pandemia. Trazem também Mészáros (2008), para citar a importância de pensarmos uma educação para além do capital e pautada em nos “preparar para a vida e não para o mercado de trabalho” (Carvalho; Cruz; Coelho, 2021, p. 1128). Já Wenczenovicz (2020) utiliza Boaventura de Souza Santos (2007) para colaborar na discussão que tece a respeito da modernidade-colonialidade que permeou a história das Américas (Central e do Sul) e como isso colaborou para a intensificação da desigualdade social nesses territórios.

Avultamos que entender como a colonialidade do poder colabora com a perpetuação do discurso no qual uma classe se torna a única detentora do poder

favorece a compreensão acerca de como ocorre o aumento da desigualdade social, uma vez que quando a dominação colonial persiste e é perpetuada ela se reflete num “poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores” (Maia, Melo, 2020, p. 232), ideia essa amplamente disseminada durante o processo de colonização ocorrido nas Américas e que ajuda na perpetuação do discurso de superioridade dos europeus sobre os americanos, principalmente sobre os países colonizados pertencentes à América Central e América do Sul. Compreender onde se localizam as brechas para que tracemos a luta pela efetivação de uma sociedade radicalmente diferente da capitalista pode nos auxiliar a derrubar o discurso de que a desigualdade social é algo natural para a compreensão de que ela é intrínseca às sociedade dividida em classes sociais e na qual a riqueza social, produzida pela classe trabalhadora, se encontra nas mãos de uma ínfima parcela da população, a classe burguesa.

3.1.5 Categoria “Ensino Remoto, trabalho docente e evasão escolar”

Nessa categoria, que contém um total de 6 artigos, A11 - Matias, *et al.*, (2021), A16 Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros (2021), A29 Neves; Fialho; Machado (2021), A26 Mozzatto; Sgarbossa; Mozzatto (2021), A10 Sousa; Pereira; Fialho (2021), A33 Silva; Souza; Nunes (2022) abordam sobre os diferentes níveis de ensino no qual se evidenciam aspectos relacionados a como a adoção do ensino remoto colaborou para que o trabalho docente fosse mais precarizado durante a pandemia da Covid 19, visto a necessidade de que o próprio professor investisse em materiais e recursos para que pudesse continuar ministrando aula no período pandêmico (Neves; Fialho; Machado, 2021), (Sousa; Pereira; Fialho, 2021) e (Mozzatto; Sgarbossa; Mozzatto, 2021), bem como a formação docente se precarizou na época da pandemia da Covid 19, uma vez que as novas demandas eram muitas e essas formações não davam conta de saná-las (Silva; Souza; Nunes, 2022), aspectos que em conjunto colaboraram para uma maior taxa de adoecimento docente devido a imposição de uma nova rotina e novas demandas na vida dos professores (Mozzatto; Sgarbossa; Mozzatto, 2021).

Matias, *et al.*, (2021) abordam sobre como a desigualdade social no Brasil é um desafio a ser enfrentado. Não delimitam no resumo sua fundamentação teórica, mas utilizam Harvey, D. (2011) para delinear como momentos de crise tendem a ser

determinantes para a reprodução do capital e que a atual pandemia veio apenas para “agravar uma situação de crise já vivenciada pela população mundial, que legitima a ruínosa concentração de riqueza e boicota medidas eficazes para impedir a urgente catástrofe ambiental” (Matias, *et al.*, 2021, p.7). Além dele trazem também Hobsbawn (1997) para amparar a discussão acerca do avanço ultraliberal ocorrido na atual fase do capitalismo e Boaventura de Souza Santos (2020) para embasar a discussão de que a crise sanitária causada pela Covid -19 é uma crise da própria sociedade capitalista. Matias, *et al.*, (2021) também verificam como fundamental a articulação dos educadores em meios sociais visando a promoção da educação ambiental e visando a superação dos desafios relacionados à acentuada desigualdade social que assola o Brasil, aspectos também delineados por Mozzato; Sgarbossa; Mozzato (2021) e Sousa; Pereira; Fialho (2021).

Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros (2021) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica. No corpo do texto utilizam Vicent Tinto (1993) para aprofundar a discussão acerca da evasão e permanência estudantil. Abordam Frigotto (2010) para citar a práxis como atitude de reflexão crítica necessária nas ações docentes, bem como Imbernón (2008) e Paulo Freire (1996) para citar aspectos sobre o significado da docência como prática pedagógica que possa contribuir para a permanência do estudante na escola, levando em consideração que essas práticas precisam estar atreladas a políticas públicas que visem contribuir na melhoria da prática do professor. Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros (2021) verificam que os trabalhos que analisaram se preocupam em abordar a questão da desigualdade social e seu aprofundamento no momento pandêmico bem como sua influência nos processos de evasão escolar, uma vez que os estudantes que são acometidos pelas situações de desigualdade são justamente aqueles que possuem dificuldade no acesso às aulas remotas. Os autores citam que a evasão escolar aumentou de maneira vertiginosa visto a necessidade que muitos alunos tinham de trabalhar fora ou mesmo ajudar em casa para que os pais pudessem prover o sustento da casa (Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros, 2021), ou ainda devido à dificuldade de acesso a essas aulas o que promovia um maior desinteresse dos alunos para com seus estudos, aspecto citado por Matias, *et al.*, 2021) e evidenciados como decorrentes da intensa desigualdade social que assola o Brasil e que, fora constatado, se aprofundou ainda mais durante a vigência da pandemia da Covid-19. Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros (2021) citam ainda aumento da evasão escolar no período pandêmico, o que

corroborar com o que delineamos no capítulo 1, quando expusemos dados que revelam que ela existia antes mesmo da pandemia, mas que se agravou durante o período da crise sanitária e crise econômica, uma vez que, segundo dados do IBGE, “o número de crianças e adolescentes fora da escola aumentou 171% durante a pandemia” (Bezerra, 2022). Além disso, “dados divulgados pelo Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontam que o número de matrículas de crianças entre 6 e 10 anos diminuiu entre os anos de 2019 e 2020” (Bezerra, 2022), evidenciando como a pandemia pode ter colaborado para a prevalência de uma maior taxa de abandono escolar, fortemente influenciado pela desigualdade social que assola a família dos estudantes que evadem.

Neves; Fialho; Machado (2021) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica, apenas utilizam autores diversos que corroboram com o que discutem em cada categoria temática que delimitam na pesquisa. Citam que a lógica hegemônica neoliberal que guia as políticas educacionais na sociedade atual colabora para que a desigualdade educacional se perpetue. Neves; Fialho; Machado (2021) também demonstram que a desigualdade de acesso foi um aspecto bastante discutido nos trabalhos analisados e que, embora o ensino remoto tenha sido necessário, ele representou um momento extremamente desafiante à educação brasileira, demonstrando como a pandemia agravou a precarização do trabalho docente e agravou as situações de desigualdade existentes nas escolas.

Mozzato; Sgarbossa; Mozzato (2021) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica. Utilizam Boaventura de Souza Santos (2020) para permear a discussão acerca das fragilidades da sociedade contemporânea num momento de crise sanitária. Citam Leite (2020) para explicar acerca dos impactos da pandemia da Covid 19 na vida dos trabalhadores e como agravou a desigualdade que os assola. Mozzato; Sgarbossa; Mozzato (2021) apontam, ainda, como a desigualdade social desfavoreceu os estudantes de baixa renda, no momento da pandemia, uma vez que foram eles que tiveram maior dificuldade em aderir ao ensino remoto, seja por falta de equipamento, internet ou local apropriado para esse acesso.

Sousa; Pereira; Fialho (2021) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica. Utilizam diversos autores para pautar suas análises, dentre eles Boaventura de Souza Santos (2020), ao adentrar na questão do aprofundamento no processo de privatização da educação pública brasileira ocorrida nos últimos anos. Silva; Souza;

Nunes (2022) também não delimitam no resumo qual a fundamentação teórica que utilizam, apenas trazem autores diversos que colaboram na discussão dos apontamentos realizados em sua pesquisa.

Ainda que nenhum dos autores se aprofunde na análise da situação que leva à existência e perpetuação da desigualdade social eles trazem importantes elementos que colaboram para que descortinemos como ela fora fator primordial a colaborar para a intensificação da desigualdade educacional entre os estudantes das escolas públicas brasileiras, especialmente no período da pandemia. Notamos que, nessa categoria, os artigos não deixam claro, em seus resumos e muitas vezes nem mesmo no corpo do texto, qual é o referencial teórico norteia o desenvolvimento da pesquisa, o que acaba por dificultar que possamos verificar como embasam a definição de desigualdade social que mencionam, todavia o que está nítido é o fato de que todos evidenciam que a pandemia da Covid 19 agravou a desigualdade social que já existia e assolava a classe trabalhadora no território brasileiro e se respaldam numa análise crítica da importância da educação no processo de desenvolvimento humano.

3.1.6 Categoria “Ensino Remoto, pandemia e exclusão digital”

Nessa categoria, que possui um total de 5 artigos A13 – Godoi, *et al.*, (2021), A15 – Santos; Costa; Brito (2021), A23 – Vilela; Carreira; Nascimento (2020), A 27 – Garcia, *et al.*, (2021) e A31 – Jardimino, *et al.*, (2022) expõem, assim como vários autores já citados, o fato de que a desigualdade social é um aspecto histórico que assola o Brasil há muito tempo e que a pandemia da Covid 19 colaborou para aprofundá-la ainda mais.

Godoi, *et al.*, (2021) não delimitam no resumo o referencial teórico adotado. Utilizam autores diversos para embasar a análise que fazem sobre a baixa integração das Tecnologias de Ensino a distância pelos professores de Educação Física. Apresentam os resultados da pesquisa por meio de explicações e gráficos demonstrativos das modalidades de acesso as aulas remotas no período da pandemia da Covid 19, bem como autores diversos para permear essas discussões. Os autores abordam como a adoção do ensino remoto durante a pandemia aligeirou o processo de reinvenção tecnológica, mas que a efetivação desse processo foi dificultada devido à falta de acesso à tecnologia e à internet por muitos professores e alunos.

Santos; Costa; Brito (2021) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica. Utilizam Beck (2011) para embasar o fato de que a pandemia da Covid 19 colaborou para o aprofundamento da desigualdade, principalmente entre a classe trabalhadora, no acesso aos recursos necessários ao seu enfrentamento. Os autores apontam como a concentração de renda agrava a situação do contágio pelo vírus, pois prioriza o acúmulo de riquezas em apenas uma classe social, a burguesia, dificultando o acesso da classe trabalhadora ao cuidado necessário com sua saúde em períodos de alta transmissibilidade. Sabemos que a concentração de renda afeta a condição de vida da classe trabalhadora uma vez que colabora para a manutenção da riqueza no topo da pirâmide social o que se reflete em situações como a de sermos “um país com alto grau de desigualdade, cuja característica mais marcante e visível é precisamente a concentração de renda e riqueza em uma pequena fração da população” (Souza, p.24, 2018) o que sublima a importância de que compreendamos como o capitalismo se estrutura e como essa estrutura afeta a vida da classe trabalhadora.

Vilela; Carreira; Nascimento (2021) delimitam, no resumo, que se subsidiam pela perspectiva Freireana baseada em Brandão (2006) e Paulo Freire, pois é essa mesma perspectiva que respalda o programa de Apoio ao Ingresso no Ensino Superior que analisam na pesquisa. Pontuam a importância da educação enquanto promotora da transformação social e se pautam nas análises que Brandão e Freire fazem acerca do tema. Vilela; Carreira; Nascimento (2021) citam a educação também enquanto direito constitucional e subjetivo que deve ser garantido pelo Estado. Citam como a sociedade capitalista dissemina seu próprio ideário – meritocracia, igualdade formal - o que colabora para a falácia de que todos possuem igual capacidade de alcançar melhores condições de vida sem levar em consideração os diversos determinantes que compõe nossa realidade, o que se reflete em um discurso político hegemônico que, segundo Cerqueira Filho “se constrói sempre na crença dessa integração social entre indivíduos, grupos e classes sociais, por mais antagônicos que seja seus interesses” (p.27, 1982) colaborando para a perpetuação da ideia de naturalização da desigualdade social.

Garcia, *et al.*, (2021) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica, expõem como o fato de estarmos inseridos em uma estrutura social muito desigual dificulta ainda mais condições de vida digna à classe trabalhadora.

Jardilino; *et al.*, (2022) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica. Discutem os resultados que encontraram na análise das condições educacionais dos professores das redes públicas, da Região dos Inconfidentes – MG no momento da pandemia, utilizando autores diversos para embasar a discussão que propõem. Destacam a dificuldade de acesso à internet e as novas tecnologias como um dos agravantes quanto à efetivação do ensino remoto em muitas comunidades do Brasil, informações que corroboram com os dados do IPEA, já abordados no capítulo 1, que nos revelam que “No Brasil, 27% das escolas dos ensinos fundamental e médio informaram não possuir acesso à internet em 2019” (Kubota, 2020, p. 9) denotando que uma parcela considerável da população já adentrou à pandemia sem possuir o mínimo de recursos tecnológicos necessários para a efetivação de seus estudos no período da adoção do ensino remoto durante os anos de 2020 e 2021. Jardilino, *et al.*, (2022) citam a necessidade de uma maior compreensão crítico analítica acerca das propostas de inclusão digital que levem em consideração aspectos relacionados à superação da pobreza e das desigualdades sociais.

Interessante notar como nessa categoria as temáticas semelhantes emergem da percepção dos autores de como a desigualdade social se agravou durante a pandemia e que isso se refletiu de maneira direta na educação quando da adoção do ensino remoto e da dificuldade encontrada por milhares de famílias e estudantes brasileiros, filhos e filhas da classe trabalhadora, em acompanhar as aulas nesse formato e que, apenas um dos artigos (A23), demonstra de maneira clara qual fundamentação teórica respalda suas análises.

3.1.7 Categoria “Ensino remoto e desigualdade social”

Nessa categoria, que contém 13 artigos denominados como A17- Maciel, Lima; Quaresma (2021), A20 - Silva; Cunha; Santos (2021), A3 - Souza; Pereira; Fontana, 2020, A34 - Rodrigues (2022), A12 - Gracino, *et al.* (2022), A19 – Macedo, E. E. (2021), A22 - Holanda, *et al.*, (2021), A30 - Sanchez-Junior; Monteiro, Calazans (2021), A32 - Poso, *et al.*, (2022), A21 - Castro; Rossetto (2021), A2 – Macedo, R. M (2021), Cristo (2021) e Brandão (2021) também citam a desigualdade social como um aspecto histórico que assola o Brasil há muito tempo, mas que se agravou durante a pandemia da Covid 19 e evidenciou a falta de investimentos no setor educacional escancarando as desigualdades de acesso no período de adoção do ensino remoto

durante a pandemia da Covid 19. Os artigos analisam o ensino remoto e abordam a desigualdade social utilizando diferentes metodologias, como: revisão da literatura acerca do tema ensino remoto e desigualdade social (Maciel; Lima; Quaresma, 2021), analisam a educação do campo e como foi afetada pela pandemia da Covid 19 (Silva; Cunha; Santos, 2021); (Souza; Pereira; Fontana, 2020), expõe os impactos que a educação sofreu durante a pandemia (Rodrigues, 2022), (Gracino, *et al.*, 2021); (Macedo, R. M. 2021); (Holanda, *et al.*, 2021); (Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans, 2021); (Poso, *et al.*, 2022), falam sobre como ocorreu a adoção do ensino remoto em determinadas localidades brasileiras (Castro; Rossetto, 2021), expõem o caráter meritocrático do Enem no período pandêmico (Cristo, 2020) e citam como o isolamento social reverberou na infância das crianças brasileiras por meio de aspectos que a atingiram diretamente, como, por exemplo, aumento do índice de violência, perda do vínculo com a escola, perda de trabalho remunerado das famílias. (Macedo, R.M. 2021); (Brandão, 2021).

Maciel; Lima; Quaresma (2021) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica, apenas trazem autores diversos no corpo do texto. Amparados na análise do material encontrado, Maciel; Lima; Quaresma (2021) destacam a importância de que as políticas públicas sejam pensadas levando-se em consideração a realidade local e como esta afeta a classe trabalhadora. Trazem dados a respeito do fato de que “as pessoas menos escolarizadas são aquelas que mais sofrem com as desigualdades sociais e, conseqüentemente, seus filhos são excluídos do processo de ensino-aprendizagem por meios remotos” (Maciel; Lima; Quaresma, 2021, p. 5).

Silvia; Cunha; Santos (2021) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica. Utilizam Saviani; Galvão (2021) para tecer críticas ao ensino remoto, delimitando que fora um substituto ao ensino presencial em tempos de pandemia, porém enfatizam a importância do ensino presencial na formação dos estudantes. Utilizam também Franco (2012) para falar sobre a prática educativa e docente e suas intencionalidades. Utilizam ainda Chauí (2021) para embasar a discussão acerca do direito dos camponeses ao acesso à educação formal. Apontam como a naturalização da desigualdade social é muito comum nas regiões rurais, o que a aprofunda ainda mais, uma vez que para lutar por mudanças precisamos compreender que elas são possíveis dentro do contexto em que estamos inseridos, e, bem sabemos, como já apontado por Cerqueira Filho (1982), que o pensamento liberal se furta de tratar dessa realidade para perpetuar essa naturalização, visto que

o pensamento hegemônico impõe uma forma de pensar, de agir e até mesmo de sentir que invade as classes dominantes. Um discurso político hegemônico se afirma tal entre as distintas formas de pensamento político dominante, mas também entre aquelas formas de pensamento político dominado (Cerqueira Filho, 1982, p. 25)

A partir das colocações de Cerqueira Filho (1982) podemos perceber que a perpetuação do pensamento hegemônico adentra também a classe trabalhadora e incute nela ideários que são próprios do pensamento hegemônico dominante efetivado pela classe burguesa, por isso torna-se extremamente importante que essas questões sejam debatidas, analisadas e postas em evidência para que a classe trabalhadora tome consciência da importância de sua luta em prol de uma sociedade não mais cindida entre duas classes sociais antagônicas.

Souza; Pereira; Fontana (2020) não delimitam no resumo sua fundamentação teórica. Citam que tem como referência teórico-metodológica a pesquisa com narrativas e a compreensão de que o contexto da pandemia evidencia as desigualdades sociais no país, em particular nos territórios rurais, trazendo autores diversos para embasar a análise das narrativas estudadas.

Rodrigues (2022) não delimita no resumo qual fundamentação teórica utiliza, porém cita a abordagem histórico-cultural como parâmetro para a análise das limitações e contradições do ensino remoto. Cita Saviani (2012,2013) ao analisar como se deu o direito à educação no Brasil ao longo de sua história e ao tecer críticas à falta de um Sistema Nacional de Educação que norteie as tomadas de decisões referentes as escolas públicas brasileiras. Rodrigues (2022) cita como a concentração de renda é um importante aspecto constitutivo da desigualdade social, sendo ela um problema histórico em nossa sociedade e expõe dados sobre a disparidade de rendimentos entre a classe burguesa e a classe trabalhadora no Brasil e como a pobreza se relaciona diretamente às condições de vulnerabilidades a que as famílias da classe trabalhadora ficam mais expostas.

Gracino, *et al.*, (2021) não delimitam no resumo qual fundamentação teórica adotam, porém no corpo do texto definem que se baseiam na dialética marxiana para respaldar suas discussões. Pautadas em Mészáros (2003) citam a categoria contradição como uma das principais marcas da sociedade capitalista permeada por forças antagônicas que reverberam na luta de classes, utilizam-se desse argumento para citar que

Olhando por esse viés, ou seja, para a contradição e exploração capitalista, fica claro que embora o discurso seja o da melhoria da qualidade de ensino, não há interesse da classe dominante em investir em uma educação que permita a equidade a esse objetivo. Por esse motivo, apesar de garantir o acesso das camadas populares à educação, isso não significa direito à permanência e nem a um ensino de qualidade. (Gracino, *et al.*, 2021, p.12)

As autoras citam como a pandemia “fez com que emergissem novas necessidades para as quais não fomos preparados como sociedade e como docentes” (Gracino, *et al.*, 2021, p. 6). Evidenciam que existem contradições nas propostas de ensino remoto e que elas estão permeadas por políticas de cunho neoliberal. Buscam demonstrar quais foram as ações que se efetivaram na educação devido à pandemia e quais foram as implicações sociais e políticas delas, visto que a garantia de acesso à educação a classe trabalhadora nem sempre se efetivou, haja vista as dificuldades de acesso relatadas por inúmeras famílias nesse período. Chegam à conclusão de que há um descompasso entre o que foi proposto e a realidade posta, principalmente no que se refere à classe trabalhadora em comparação à burguesia.

Macedo, R. M. (2021) não delimita no resumo qual fundamentação teórica norteia sua pesquisa. A autora enfatiza que durante a adoção do ensino remoto muitas empresas adentraram o setor educacional com a intenção de implantar soluções atreladas à tecnologia que visassem sanar as lacunas evidenciadas pela pandemia, aspecto que compreendemos como negativo, uma vez que

empresários da educação e governos que adquirem seus produtos [grandes conglomerados educacionais do setor privado] não contribuem para o desenvolvimento educacional e social do país. Ao comprar mercadorias desenvolvidas e vendidas por grandes capitalistas, o poder público impulsiona o mercado (privado) colaborando para a desvalorização da educação pública (Darcoletto; Flach, 2021, p. 331)

Quando esses grandes conglomerados adentram o setor educacional acabam por incutir seus valores e ideais na educação que oferecem à classe trabalhadora, o que nos afasta da efetivação da luta pela emancipação humana, uma vez que o interesse histórico da classe trabalhadora deve ser o de romper com as classes sociais, ou seja, superar toda e qualquer forma de desigualdade e opressão que é o reflexo da organização da sociedade cindida em classes sociais antagônicas.

Macedo, R. M. (2021) expõe que a educação no Brasil é um direito constitucional e que por isso não pode ser tratada enquanto privilégio, algo que ocorreu em diversos momentos quando da continuidade das aulas, no formato remoto, sem maiores empecilhos, pelos filhos e filhas da classe burguesa, frequentadores das escolas privadas, contra as diversas dificuldades encontradas pelos filhos e filhas da classe trabalhadora, frequentadores das escolas públicas, nessa mesma continuidade. Expõe como as “desigualdades digitais refletem ou espelham desigualdades sociais mais amplas, já constituindo desde o fim do século XX mais um *lôcus* de estratificação social no Brasil” (Macedo, R. M. 2021, p. 265), demonstrando aspectos delineados por diversos autores dos artigos analisados até aqui e que se concentram em demonstrar como a desigualdade social é histórica no Brasil, se aprofundou durante a pandemia da Covid 19 e foram amplamente percebida por meio da dificuldade encontrada pelos estudantes oriundos da classe trabalhadora em acompanhar as aulas nesse novo formato

Holanda, *et al.*, (2021) não delimitam no resumo qual fundamental teórica norteia suas análises. Citam como o ambiente virtual promove inúmeras possibilidades de interação, todavia quando da adoção do ensino remoto emergencial como solução à suspensão das aulas presenciais no momento pandêmico as questões relacionadas à desigualdade social se viram maximizadas, uma vez que o acesso aos recursos virtuais na educação pública brasileira ocorreu de modo extremamente desigual, como evidenciam dados apresentados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI/BR) em 2018 mostraram que pelo menos 58% dos domicílios no país não têm computadores e 33% não possuem internet (Holanda, *et al.*, 2021, p. 2), o que, no período da pandemia, se refletiu na dificuldade de acesso as aulas por esse meio.

Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans (2021) não delimitam no resumo qual fundamentação teórica os norteia, trazem diversos autores no corpo do texto para embasar a discussão que fazem no artigo, dentre eles Bourdieu (1998) quando explanam sobre como as diferenças socioeconômicas e culturais podem gerar diferenças no desempenho escolar e se refletir em desigualdades educacionais. Os autores discorrem que o Brasil é um país marcado pelas desigualdades sociais que impactam diretamente na “distribuição de recursos econômicos e culturais, como na possibilidade de ascensão social” (Sanchez-Junior; Monteiro; Calazans, 2021, p.40). Afirmam ainda que a injustiça e exclusão que ocorre em parte da população brasileira relacionada a bens econômicos e sociais são herança histórica brasileira.

Poso, *et al.*, (2022) não delimitam no resumo qual fundamentação teórica adotam. Realizam análise do conteúdo para embasar a discussão dos resultados obtidos na pesquisa. Castro; Rossetto (2021) utilizam materialismo histórico-dialético como fundamentação teórica para respaldar a análise que fazem acerca da continuidade da prática educativa durante o período pandêmico e por isso prezam pela busca de tentar

compreender porque as relações de produção sustentam a superestrutura, a qual mantém a desigualdade social. Desigualdade esta que é histórica em nosso país, porém em tempo de pandemia tem-se instalado de forma desumana, contribuindo para o aumento da pobreza e para o número de crianças fora da escola (Castro; Rossetto, 2021, p.74)

Castro; Rossetto (2021) utilizam a teoria social de Karl Marx para embasar a análise do objeto pesquisado. Além de incorporarem Saviani (2019) na discussão trazendo elementos que embasam como o conhecimento fora historicamente elaborado pelos humanos e de citarem Netto (2011) na intenção de explanar acerca do método histórico-dialético. As autoras demonstram como a adoção do ensino remoto em caráter emergencial agravou as desigualdades sociais, comprovam isso com a exposição de dados sobre como se deu o acesso aos meios disponibilizados para as aulas *online*, demonstrando-se totalmente desiguais, o que causou um ensino fragmentado no qual os aspectos quantitativos foram valorizados em detrimento da importância do conhecimento. Questionam qual sujeito é formado por uma educação que se pauta nos moldes do capital e que isso traz à tona a importância de discutirmos acerca do ensino remoto em tempos de pandemia. Castro; Rossetto (2021) citam como a sociedade pautada no neoliberalismo intensifica os processos de injustiça e desigualdade social uma vez que setores da sociedade, como os povos indígenas, por exemplo, são excluídos de muitas políticas educacionais.

Macedo, E. E. (2021) não delimita qual fundamentação teórica permeia sua pesquisa. A autora cita que o capitalismo passou por mais uma de suas crises durante a pandemia da Covid 19 e que nela a precarização da educação se tornou evidente no contexto brasileiro, estando diretamente relacionada à ascensão do neoliberalismo que também se embrenha na educação, por exemplo, na implementação da Base Nacional Comum Curricular e suas habilidades e competências visando a formação para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação humana e para o trabalho. Macedo, E. E. (2021) cita como o fechamento das escolas afeta a educação

(aquela que deve ocorrer na coletividade e por meio da interação entre os seres humanos), que o afastamento da escola expõe as crianças a diversos riscos como fome, violência e que a pandemia da Covid 19, ao expor a precarização de muitas famílias brasileiras, como precarização do trabalho, aumenta a desigualdade social que assola a sociedade.

Cristo (2021) não delimita em seu resumo qual fundamentação teórica norteia sua pesquisa. Baseia-se em autores diversos para explicar sobre como o ENEM se tornou, durante a pandemia, ferramenta que poderia colaborar na exclusão dos estudantes filhos e filhas da classe trabalhadora no acesso ao Ensino Superior, uma vez que a suspensão das aulas presenciais e adoção das aulas remotas prejudicou a aprendizagem deles. Brandão (2021) também não delimita em seu resumo qual fundamentação teórica pauta sua pesquisa, apenas delinea autores diversos que colaboram para a compreensão de como a infância foi afetada durante a pandemia da Covid 19 principalmente no quesito educação formal.

Maciel; Lima; Quaresma (2021), Silva; Cunha; Santos (2021), Souza; Pereira; Fontana (2020), Macedo, E. E. (2021); Sanchez-Junior, *et al.*, (2021), Poso, *et al.*, (2022), Castro; Rossetto (2021), Macedo, R. M. (2021) também destacam que as relações de poder que sustentam a superestrutura capitalista colaboram para a manutenção da desigualdade social e dificultam o acesso ao conhecimento social e historicamente acumulados, bem como ao direito à educação a milhares de estudantes filhos e filhas da classe trabalhadora brasileira, visto a adoção do ensino remoto não ter levado em consideração as variáveis classe, renda, escolaridade, condições de acesso e acompanhamento das aulas remotas, principalmente dos estudantes provenientes das áreas quilombolas e indígenas e aos alunos do campo, por exemplo.

Silva; Cunha; Santos (2021), Gracino, *et al.*, (2021), Castro; Rossetto (2021) expõem a importância de que compreendamos o porquê da existência da desigualdade social na atual sociedade para que não a naturalizemos, demonstrando que a pandemia da Covid 19 colaborou para que as desigualdades educacionais fossem concebidas como um fenômeno natural e não como atrelado ao modo como a sociedade se organiza o que perpetua esses aspectos e os aprofunda em momentos de crise, o que corrobora com nossa compreensão acerca da importância de se desnudar o falacioso discurso de naturalização da desigualdade social. Silva; Cunha; Santos (2021) abordam a história e luta dos camponeses pelo direito à educação no

e do campo trazendo à luz o fato de que a pandemia desvelou as desigualdades sociais existentes no meio rural, local que já enfrentava diversas outras mazelas como as relacionadas as questões estruturais, mesmo antes da pandemia, nesse sentido podemos compreender a “desigualdade como um fenômeno que se acumulou ao longo do tempo, tornando mais complexo seu enfrentamento e sua solução” (Pochmann, p. 46, 2017) uma vez que sofisticou-se no modo de produção capitalista, o que torna a luta pela superação da sociedade de classes uma das mais importantes a travarmos nos dias atuais.

Castro; Rossetto, *et al.*, (2021) e Macedo, E. E. (2021) assim como Neves; Fialho; Machado (2021) e Roggero; Silva (2021) apontam como o neoliberalismo, como sistema que se pauta apenas no alcance de resultados quantitativos no setor educacional, limita a formação crítica e fundamentada nos interesses sociais, o que colabora para a perpetuação da sociedade de classes; fundamentam-se no materialismo histórico e dialético para embasar a discussão que pontuam no artigo, buscando tecer considerações acerca de como as relações de produção sustentam a superestrutura que colabora na manutenção da desigualdade social e que, dadas as circunstâncias históricas, essas relações podem ser determinantes para a manutenção ou transformação social.

Além desses, aspectos como fome e violência contra as crianças também foram destacados por Rodrigues (2022), Cristo (2021) e Macedo, E. E. (2021) como dificultadores da efetivação do processo de aprendizagem durante a pandemia da Covid 19, bem como algo que reflete a intensa desigualdade social que assola o Brasil.

Interessante notar que, ainda que composta de 13 artigos, apenas um deles deixa claro qual fundamentação teórica é adotada para respaldar suas discussões, o que implica a necessidade de leitura e apreciação de todo o texto, para identificar a base teórica das análises.

3.1.8 Categoria “Relação família-escola”

Essa categoria, composta por 1 artigo, sendo ele A28 - Nonato; Yunes; Nascimento (2021) não delimitam qual fundamentação teórica norteia sua pesquisa. As autoras, assim como os demais autores que trouxemos anteriormente, citam como a desigualdade social é um problema crônico no Brasil e que se agravou com a pandemia da Covid 19. Expõem como a situação de pobreza, injustiça e desigualdade

social relatada pelos professores pesquisados não é algo local, mas uma realidade que atinge o Brasil todo e que prejudicou demasiadamente os alunos que não tiveram como acompanhar as aulas remotas no período de isolamento social.

Nonato; Yunes; Nascimento (2021) citam como a relação família escola ficou abalada durante a adoção do ensino remoto e que a desigualdade social colaborou para que essa dificuldade de contato se agravasse, uma vez que nem todas as famílias possuíam condições de acessar e acompanhar as aulas remotas, desse modo promoveu-se um afastamento desses estudantes e de suas famílias da escola, o que se refletiu numa perda de vínculo delas com a escola e o consequente aumento da evasão, exclusão e abandono escolar.

Em suma, ao analisarmos os artigos que compõem o escopo de nossa pesquisa, notamos que eles retratam como a desigualdade social afetou a educação pública brasileira durante a pandemia da Covid 19, explicitando a precariedade em que ela se encontrava mesmo antes da pandemia e que fora agravada quando da necessidade da adoção do ensino remoto pelos filhos e filhas da classe trabalhadora, bem como evidencia quão importante se torna a luta pela efetivação dos direitos de nossa classe. Vale frisarmos que poucos foram os artigos, apenas 4 do total de 34, que trouxeram no resumo qual a fundamentação teórica de suas pesquisas. Em 30 dos artigos, ou seja, mais de 88% do total analisado, foi necessário uma leitura mais atenta do corpo do texto para que pudéssemos perceber quais os principais autores que norteavam as análises propostas, o que dificulta que possamos identificar qual é a concepção de desigualdade social que orienta essas pesquisas. Contudo cabe ponderarmos que as produções colaboram no entendimento de que a desigualdade social latente que atinge a sociedade brasileira é fruto da invasão portuguesa e que fora perpetuada pelos rumos que a história brasileira tomou quando a elite europeia e aristocrática fora privilegiada em detrimento ao empobrecimento massificado a que a classe trabalhadora ficou exposta. Por sermos uma sociedade escravagista, patriarcal, fruto de uma “Colonização” que se calcou na exploração de terras e pessoas, a desigualdade social passou a fazer parte de nosso cotidiano como algo “natural”, ainda que, como buscamos discutir, a desigualdade social faça parte da estrutura e desenvolvimento capitalista e é por ela perpetuada. Nessa dimensão, enfatizamos que a desigualdade social só poderá ser extinta quando da também extinção da sociedade de classes, da exploração do homem pelo homem, extinção

essa que só pode ocorrer por meio de uma Revolução Social que prime pela verdadeira emancipação humana.

3.2 DISCUSSÃO DAS DISSERTAÇÕES

Nesta subseção, apresentaremos a síntese da análise das dissertações, conforme elencadas no capítulo 2. Iniciaremos delineando qual foi a fundamentação teórica adotada em cada dissertação, a partir da leitura de seus resumos, como as dissertações são em menor número, 10, não as separamos por categorias, como fizemos com os artigos; então, após a exposição das fundamentações teóricas que permeiam as produções encontradas, teceremos discussão acerca de como elas abordam a desigualdade social e seu impacto na educação pública brasileira durante a pandemia da Covid 19.

Pordeus (2021) delimita em seu resumo que sua base teórica se sustenta em Lotta (2019), Moreira (2020), Augusto e Santos (2020), dentre outros(as) autores. Bayer (2021) cita em seu resumo que seu referencial teórico-metodológico se fundamenta na Psicologia Sócio-histórica e no Materialismo Histórico-Dialético. Souza (2021) cita em seu resumo que sua fundamentação teórica se ancora em Adorno e Horkheimer (1985), Lowy (2010), Chauí e Paulo Freire. Buniotti (2021) destaca em seu resumo, como fundamentação teórica de sua pesquisa, os autores Boaventura de Souza Santos (2020), Saviani e Paro (2020). Oliveira (2021) não delimita em seu resumo qual é a fundamentação teórica adotada em sua pesquisa. Martins (2021) delimita em seu resumo que sua fundamentação teórica se pauta em estudos pós-estruturalistas em educação, sem, contudo, citar, no resumo, quais autores embasam essa perspectiva. Bezerra (2021) delimita como fundamentação teórica de seus estudos autores como Moran (2012, 2013, 2018), Carvalho (2015, 2020), Cardoso; Ferreira; Barbosa (2020), Oliveira; Silva; Silva (2020); Coscarelli (2010, 2016), Ribeiro (2016, 2018, 2019), Rojo (2012, 2013), Dudeney; Hockly; Pegrum (2016), Cani e Coscarelli (2016). Sales (2021) delimita como referência teórica de sua pesquisa o conceito de mediação, pela perspectiva Vygotskiana, buscando tratar do acompanhamento dos deveres de casa pela família e pesquisas recentes sobre acesso a atividades educacionais remotas. Padula (2021) cita que utiliza a etnografia como perspectiva teórico-metodológica para respaldar as discussões que realiza em

sua pesquisa. Rodrigues (2020) delimita como fundamentação teórica de sua pesquisa Maria Antônia de Souza (2006) e Vazquez (1997).

Pordeus (2021), Bezerra (2021), Martins (2021), Bayer (2021) e Rodrigues (2020) abordam sobre as desigualdades educacionais que se revelaram durante a pandemia da Covid 19, destacando como elas estão diretamente atreladas à questão da desigualdade social que citam como marca da trajetória histórica do Brasil. Interessante notar como as dissertações, dada suas especificidades, adentram de maneira mais aprofundada nos aspectos condizentes à desigualdade social e seu impacto na educação pública brasileira, uma vez que discorrem mais acerca do tema, ainda que cada qual delimitado por sua própria fundamentação teórica como exposto no quadro em apêndice.

Bayer (2021), Sales (2021), Padula (2021) e Rodrigues (2020) destacam que a pandemia da Covid 19 expôs as fragilidades do sistema educacional brasileiro, uma vez que houve a necessidade de adoção do ensino remoto e muitos estudantes ficaram de fora desse processo devido a fatores como falta de equipamentos, falta de local adequado, falta de internet de qualidade etc. Pordeus (2021), Souza (2021), Buniotti (2021), Oliveira (2021), Bezerra (2021) e Sales (2021) demonstram que a falta de políticas públicas voltadas para a área da educação e pensadas para sanar essas lacunas, principalmente relacionada aos moradores das zonas rurais, colaboraram para a exclusão digital de milhares de alunos e reverberaram num aumento da desigualdade social, o que aprofundou o fosso social, visto excluir muitos brasileiros da oportunidade de ingressar no ensino superior. Oliveira (2021) também analisa como as políticas públicas podem ajudar a combater as desigualdades sociais e os desafios que foram enfrentados para que elas pudessem se efetivar durante a pandemia da Covid-19, destacando a importância de seu fortalecimento para que a desigualdade possa ser combatida no cenário brasileiro.

Padula (2021) aborda o contexto da educação infantil e demonstra que essa etapa da educação também sofreu diversos reveses quando da adoção do ensino remoto, visto que as orientações dadas via celular nem sempre eram praticadas pelas famílias, bem como elas se viram distantes do vínculo com a escola uma vez que essas famílias também eram afetadas pelas dificuldades de acesso ao ensino remoto, seja por falta de equipamentos ou por falta de acesso à internet. Salientamos o quanto, na Educação Infantil, a situação de adotar o Ensino remoto é ainda mais grave. No caso do estado do Paraná, houve pressão, especialmente da iniciativa privada, para

a adoção do ensino remoto também na Educação Infantil, conforme elucidado por Darcoletto; Flach (2022) quando expõem o embate travado pelo Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado do Paraná (Sinepe/Pr) e a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED PR) quando da oferta, ou não, do ensino não presencial de caráter emergencial na Educação Infantil e que culminou que diversos argumentos fossem utilizados em prol de defender que essa etapa da educação pudesse também ser ministrada de maneira remota, o que porém, deixa claro que a intenção das instituições de ensino privada é senão “não perder a rentabilidade e o lucro” (Darcoletto; Flach, 2022, p. 329)

Assim como Sales (2021), Padula (2021) também analisa que as variáveis gênero, raça, classe e idade se somam na questão da desigualdade social e tendem a dificultar o acesso à educação remota, bem como colaboram para a perpetuação da desigualdade social e educacional que já afligia essa parcela da população. Buniotti (2021) destaca como a desigualdade social no Brasil foi agravada durante o contexto pandêmico e que se somou a demais crises, como a das *fake news* e descrédito da ciência; aspecto também delimitado por Darcoletto; Flach quando nos expõem que

no Brasil a crise econômica se aprofundou em razão dos conflitos políticos e ideológicos decorrentes da reeleição de Dilma Rousseff (PT) em 2014, de seu impeachment em 2016, e da conseqüente chegada ao poder daquele que se revela como o mais despreparado presidente da história brasileira, Jair Messias Bolsonaro (filado, na ocasião de sua candidatura à presidência, ao PSL). (2022, p.315)

A partir das colocações de Darcoletto; Flach (2022) podemos perceber como o Brasil, à época da pandemia, passou por momentos de crise política e ideológica, além da sanitária, o que colaborou para o aprofundamento da crise econômica.

Bayer (2021) se pauta nos desafios que a formação docente apresentou nesse período, expondo como a questão da desigual distribuição de riqueza existente no Brasil ser fator responsável pelo aumento da desigualdade social durante a crise econômico-sanitária causada pela pandemia da Covid 19, aspecto também destacado por Oliveira (2021) e Rodrigues (2020) que abordam como a concentração de renda aumentou durante o período da pandemia da Covid 19 e se coloca como um imenso desafio a ser superado para a efetivação de uma sociedade menos desigual. Além disso, Bayer (2021) dedica vários tópicos de sua dissertação para se aprofundar na

questão do método do materialismo histórico e dialético, o qual utiliza como referencial teórico para embasar sua pesquisa.

Oliveira (2021) se aprofunda na análise de como a desigualdade brasileira tem raízes na escravidão, para isso faz um breve relato de como ela se constituiu na história brasileira, utilizando-se de Jessé de Souza (2019) como embasamento teórico para essa questão. Oliveira (2021) também destaca a diferença de acesso às aulas remotas por estudantes das escolas públicas e das escolas privadas, o que demonstra o enorme abismo social que separa os estudantes da classe trabalhadora e da classe burguesa, abismo que foi exacerbado com a crise sanitária.

Souza (2021) e Buniotti (2021) asseveram como a pandemia poderia refletir numa futura dificuldade de aprendizagem, dadas as condições que o ensino fora forjado nesse período e que essa dificuldade poderia se estender ao longo de toda a trajetória estudantil, principalmente dos alunos provenientes da escola pública, por serem os que apresentavam mais dificuldade no acompanhamento das aulas remotas, pelos diversos fatores já mencionados neste texto.

Buniotti (2021), Bezerra (2021), Sales (2021) e Padula (2021) destacam que houveram alternativas ao ensino remoto para os estudantes que não conseguiam acompanhar o ensino nesse formato, como atividades impressas, aulas pela televisão em canais abertos e aula via rádio, acompanhamento por meio de aplicativos de mensagens, mas que esse tipo de formato não contemplava uma efetivação da aprendizagem, uma vez que nem sempre eram acompanhados de explicação do professor ou mesmo proporcionaram a oportunidade de o aluno sanar as dúvidas que surgiam ao longo do processo de resolução dessas atividades.

Sales (2021) e Padula (2021) destacam como houve uma falta de orientação a nível nacional, à época chefiado pelo ex-presidente da república Jair Bolsonaro, acerca de como o ensino remoto seria implantado e que a falta de recursos destinado para a educação nesse período dificultou esse processo.

Bayer (2021), ao focar na análise do Ensino Médio brasileiro, destaca que foram altos os índices de evasão nessa etapa de ensino, o que revela a necessidade que muitos estudantes tiveram de abandonar a escola para ajudar financeiramente a família. Essa mesma autora assevera que a exclusão do professor do processo de formação, durante o ensino remoto, pode ter colaborado para a precarização de seu trabalho durante esse período, o que dificultava a efetivação da proposta de se manter uma educação e um ensino que despertassem o interesse dos estudantes para que

permanecessem acompanhando as aulas mesmo sob o novo formato. Buniotti (2021), Bezerra (2021) e Sales (2021) também delinham a questão da evasão escolar ao demonstrarem que a desigualdade socioeconômica foi importante componente a colaborar para o aumento da evasão nesse período, o que evidenciou as fragilidades e desigualdades estruturais que assolam a educação pública brasileira e que se refletiu na não efetivação do direito à educação a milhares de estudantes brasileiros nesse período.

Souza (2021) pauta sua análise no referencial em Paulo Freire e aborda a importância de que compreendamos a desigualdade social como algo pertinente ao modo como nossa sociedade está estruturada e reforçada por aqueles que detêm o monopólio do poder sobre os demais, denominados, na perspectiva de Paulo Freire, como opressores. Destaca que a formação na educação pública brasileira nem sempre se pauta na questão de formar um sujeito verdadeiramente crítico, visto ser comandada pelo estado burguês e estar nas mãos dos detentores do poder, aos quais não interessa uma mudança do *status quo*, o que acaba por reforçar o processo de dominação. Expõe, assim como Rodrigues (2021) e Bayer (2021), que a pandemia da Covid 19 aprofundou a desigualdade social, o que se desvelou diretamente nas desigualdades educacionais que foram mais expostas durante a pandemia da Covid 19, com adoção do ensino remoto.

Padula (2021) delimita a importância de a educação que nossas crianças recebem, desde a primeira infância, ser calcada na compreensão de como a sociedade se estrutura e da importância de lutarmos para que possamos conscientizar as pessoas de como ela é estruturada, uma vez que, aos moldes como está posta, uma efetiva mudança não é possível. Pordeus (2020) expõe a importância do processo educativo, porém salienta que a educação por si só não pode receber o papel de salvadora da humanidade, uma vez que precisamos olhar para as demais variáveis que influenciam a vida dos estudantes, de seus familiares e o processo educativo como um todo.

Interessante considerar que as dissertações, em sua maioria, 9 das 10 produções analisadas, ou seja, 90% delas, delimitam em seu resumo qual é a fundamentação teórica que respaldará a discussão que trarão em suas pesquisas, o que colabora para que possamos perceber qual concepção de desigualdade social norteia as discussões e análises e como essa desigualdade influencia a educação pública brasileira durante a pandemia da Covid 19. Ao cotejar o que os artigos e as

dissertações analisadas expõem e intentando verificar como essas produções acadêmicas abordam acerca do impacto da desigualdade social na educação pública brasileira, durante a pandemia da Covid-19, podemos perceber que grande parte descreve, ainda que de forma mais breve nos artigos, sobre o aspecto histórico que determina como a desigualdade social afeta o Brasil. Acerca disso Quijano (2005) colabora com a análise ao delimitar sobre os conceitos de colonialismo e colonialidade do poder, importantes aspectos que contribuem para que compreendamos como essa desigualdade se perpetuou desde o tempo da colonização nas Américas e principalmente no território brasileiro.

Por meio da análise evidenciamos que os autores concebem a desigualdade social como algo pertencente e perpetuado pela sociedade capitalista e que se agravou durante a pandemia da Covid-19. Notamos ainda que os autores destacam como esse maior impacto da desigualdade social na educação, no período da pandemia da Covid-19, ocorreu por causa da adoção do ensino remoto durante a suspensão das aulas presenciais e adoção do ensino remoto a milhares de estudantes brasileiros, o que revelou a intensa dificuldade de acesso a esse tipo de ensino, principalmente aos estudantes filhos e filhas da classe trabalhadora e frequentadores das escolas públicas, uma vez que as desigualdades que assolam essa classe acabam por agravar situações de pobreza e da falta de oportunidades para que esse cenário possa se modificar; ou seja, percebemos como o ensino remoto fora implantado e verificamos que a dificuldade de acesso a ele se deu por aspectos sobretudo estruturais.

As produções analisadas discorrem sobre a desigualdade social que assola o Brasil ao analisarem como a dificuldade de acesso ao ensino remoto na época da pandemia da Covid 19 afetou milhares de estudantes brasileiros, dificuldades essas que se somam a fatores estruturais, próprios do modo de produção capitalista e que são nele perpetuados; ou seja, a desigualdade social nada tem de natural à sociedade ou ao ser humano, ela é intrínseca ao modo como a sociedade se estrutura, calcada na expropriação da riqueza produzida pela classe trabalhadora e que se avoluma nas mãos dos burgueses detentores do capital. Por isso é preciso que haja muitas mediações para que compreendamos que as desigualdades, nas suas mais variadas formas, levam à desigualdade social e que, por isso, podem e devem ser combatidas no âmago da luta por uma sociedade livre do antagonismo das classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação da desigualdade social no contexto da pandemia da Covid-19 se mostrou como um desafio a grande parte da população brasileira. Na educação ela afetou os estudantes filhos e filhas da classe trabalhadora e oriundos de escolas públicas de maneira avassaladora, o que acarretará consequências ainda não completamente identificáveis, visto a escolarização ser um processo que se dá por longos anos na vida desses estudantes.

A análise das produções acadêmicas, delimitado pelo período de 2020, 2021 e início de 2022, que tratam da desigualdade social na educação pública brasileira, durante a pandemia da Covid-19, evidencia um cenário que tem se perpetuado no Brasil desde a época da invasão portuguesa ao nosso território, sendo herança de um país escravagista, patriarcal e calcado na exploração das pessoas que aqui habitavam, os indígenas, exploração essa que se estendeu para a mão de obra escrava trazida principalmente de países africanos e que se intensificou no decorrer dos séculos de existência do país e que colaborou para o enriquecimento de uma ínfima parcela da população brasileira, na sua maioria, europeus e/ou descendentes desses e que se tornaram os donos dos meios de produção e criadores das leis válidas no país, ou seja, vivenciamos o que Pochmann sabiamente sublimou enquanto política da desigualdade, na qual

Originalmente, por exemplo, a colonização concebida por exploração e a escravidão como sustento à riqueza econômica imediata e a qualquer custo parametrizou relações sociais, instituições e políticas públicas que semearam a cultura generalizada da desigualdade enquanto condição, inclusive, da unidade nacional durante o Império. Com o capitalismo, cujo desenvolvimento de natureza selvagem se mostrou impermeável a reformas civilizatórias (agrária, tributária e social) imaginadas desde a instalação da República no final do século 19, a desigualdade proliferou ainda mais, aliando-se à progressão das novas formas de renda e riqueza (Pochmann, 2017, p. 91-92)

Os impactos da desigualdade social são sentidos especialmente pela classe trabalhadora, uma vez que a trajetória histórica que permeia o desenvolvimento econômico e social do Brasil colaborou para que essa desigualdade prevalecesse diante de uma lógica meritocrática na qual “a trajetória de sucesso ou fracasso dependeria fundamentalmente do esforço individual” (Pochmann, 2017, p.156) legitimando ainda mais a desigualdade como algo natural.

Desde que a pandemia foi decretada já foram mais de 700 mil vidas perdidas (Ministério da Saúde, 2023), além do cenário de baixa taxa de cobertura vacinal não só contra a Covid-19, mas também contra outras doenças⁹. Cabe salientarmos que durante a vigência da pandemia da Covid-19 o Brasil era governado pelo ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, o qual colaborou de forma indiscriminada para a descrença na eficácia da vacina, bem como abalou fortemente a confiança de boa parte da população brasileira na ciência por meio de seus discursos negacionistas. Mais do que o vírus que causava a pandemia também necessitávamos combater outro vírus, o da desinformação, que acabou se transformando em uma ameaça à saúde pública, colaborando para que discursos negacionistas ganhassem força e que o combate à pandemia e a consequente melhora na economia, que poderia colaborar para um menor colapso na área social, ocorressem.

Em meio ao colapso econômico e social pelo qual a sociedade brasileira passou, que fora reforçado, mas não criado pela pandemia da Covid-19, a área da educação não saiu ilesa, como muito bem nos demonstram as produções acadêmicas analisadas. A desigualdade social e seu impacto na educação pública brasileira, durante a pandemia da Covid-19, revela-se bastante grave, ainda que tal impacto não possa ser claramente dimensionado, uma vez que ocorreu tanto no passado, ocorre mais abruptamente durante a pandemia e continua ocorrendo no presente que vivemos (logo após o fim da pandemia), visto que as dificuldades educacionais e por consequência o déficit na aprendizagem que atinge milhares de estudantes brasileiros seguirá constituindo e permeando a trajetória desses estudantes, e principalmente daqueles cujas precárias condições de acesso, delineadas nas produções, não permitiram uma efetivação da aprendizagem, o que poderá se refletir em dificuldades futuras nas demais etapas de ensino, bem como em toda trajetória pessoal e profissional desses estudantes. Vale destacar, ainda, que, algumas pesquisas analisadas abordaram os impactos da Covid-19 na ampliação das desigualdades

⁹ Salientamos que a taxa vacinal no Brasil se mostrou uma das mais baixas dos últimos também contra outras doenças, tendência que vem ocorrendo desde 2015, quando o Brasil começou a registrar queda nos números de vacinação e em 2019, por conta da baixa cobertura vacinal, houve até o ressurgimento do sarampo no Brasil, doença que já havia sido eliminada no país devido a vacinação (UFMS, 2022). O Ministério da Saúde também advertiu que “as taxas de imunização de crianças contra 17 doenças – entre elas o sarampo – atingiram em 2017 os níveis mais baixos em muitos anos” (Biblioteca Virtual de Saúde, 2023), tendência que se agravou na época da pandemia da Covid 19 e durante o governo do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

sociais no caso específico dos estudantes do ensino superior, especialmente os/as estudantes da classe trabalhadora.

Tanto por isso a compreensão de como a ordem social que permeia nossa existência, o capitalismo, se faz tão importante. Desnaturalizar o discurso de que as “coisas sempre foram assim” é essencial na luta pela compreensão de como a sociedade se constituiu, se desenvolve e de quais são os meandros que colaboram para que esse discurso se perpetue, bem como para que compreendamos como a desigualdade social, que se desdobrou numa intensa desigualdade educacional durante a vigência da pandemia da Covid-19, se aprofundou. Consideramos, dessa forma, que a educação possui papel fundamental nessa luta, uma vez que é por meio dela que podemos fortalecer a luta de classes, ao atuarmos nas brechas possíveis, prezando por forjar condições para avançar nessa luta, mesmo que dentro dos limites da sociedade capitalista, afinal

Mudar essas condições [desumanizante alienação] exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social. É por isso que, segundo Marx, os seres humanos devem mudar “completamente as condições da sua existência industrial e política, e, conseqüentemente, *toda sua maneira de ser* (Mészáros, 2020, p.59, grifos do autor)

É evidente que precisamos agir para além da compreensão de que a riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora se encontra nas mãos da burguesia, num processo de luta social e política que exige tomar consciência e agir, uma vez que o que está em jogo é

a *inevitável deficiência estrutural* de um sistema que opera através de seus *círculos viciosos de desperdício e escassez*. É impossível romper esse círculo vicioso sem uma intervenção efetiva na educação, capaz, simultaneamente, de *estabelecer prioridades* e de definir as *reais necessidades*, mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos (Mészáros, 2020, p. 74, grifos do autor)

Por isso entendemos como essencial uma educação que nos permita

compreender o processo histórico, a natureza e a lógica do capital e do capitalismo, a crise atual do capital, a história da sociedade brasileira e sua articulação com a crise atual do capital, vale dizer, compreender cada parte da realidade social como um momento de uma totalidade maior em processo, tudo isto são requisitos indispensáveis para a realização de atividades educativas que contribuam não para formar cidadãos, ainda que críticos, mas indivíduos que se engajem na luta pela construção de uma sociedade de homens livres (Tonet, 2012, p. 57-58)

Temos ciência de que, dada as limitações impostas pelo capitalismo, nosso papel é o de conscientizar-nos e contribuir na conscientização de outras pessoas a nossa volta, por meio do investimento em formação para a emancipação humana, de nossa condição nessa sociedade. Estimular essa compreensão requer um trabalho árduo e incessante, dado o fato que muitas vezes a luta pela sobrevivência diária a qual milhares de trabalhadores se submetem pode dificultar que agucem seu senso crítico em prol da compreensão de toda gama de situações que os leva a situação em que se encontram, uma vez que

conforme nos ensinou os cânones da filosofia da práxis, que, para poder fazer a história, os homens precisam ter condições de viver, ou seja, para viver “fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (Marx; Engels, 2007 *apud* Darcoletto; Flach, 2022, p.327)

Trouxemos, dessa forma, a análise da desigualdade social e seu impacto na educação pública brasileira, durante a pandemia da Covid-19, a partir de um breve recorte histórico analítico de um momento que permeou a vida de todos durante esses mais de 3 anos, do início de 2020 a 2023. Ainda que a ONU tenha decretado, em 05 de maio de 2023, o fim da Covid-19¹⁰ como uma emergência de saúde pública e que tenhamos chegado ao “fim” da pandemia, sabemos que suas consequências, as vidas que foram perdidas e o aumento da desigualdade social que se escancarou nesse período não deixaram de existir nem de afetar, de algum modo (seja por problemas econômicos, adoecimento mental ou físico etc.) nossas vidas diariamente. Dessa forma consideramos essencial que mais esforços sejam empreendidos na tentativa de entender como a sociedade capitalista se organiza e como a desigualdade social se perpetua, o que coloca a urgência histórica de transformação radical da sociedade capitalista, uma vez que o que está em questão é a nossa própria sobrevivência. Desse modo é imperativo que pratiquemos uma educação que nos permita ir para além do capital, visando uma ordem social qualitativamente diferente, pois lançar-se nesse caminho é não só necessário, mas também urgente para que possamos garantir as condições primordiais para a sobrevivência humana (Mészáros, 2017).

¹⁰ Conforme nota em: <https://brasil.un.org/pt-br/230307-chefe-da-organiza%C3%A7%C3%A3o-mundial-da-sa%C3%BAde-declara-o-fim-da-covid-19-como-uma-emerg%C3%Aancia-de-sa%C3%BAde>. Acesso em 06. mai. 2023.

Esperamos que nossa pesquisa, que buscou realizar o esforço de partir das análises de outros estudos na área da Educação, para tratar de impactos da desigualdade social na educação, com a pandemia da Covid-19, possa contribuir para novos estudos acerca dessa problemática e de seu enfrentamento, que, como abordamos, é de suma importância para a luta em prol de uma nova forma de organização social.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. *et al.*, Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública**. v.54, n.4, p.979-993, jul./ago. 2020.

ARNS, F. *et al.* **Subcomissão temporária para acompanhamento da educação na pandemia**. Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Brasília, 2021.

BAYER, J. S. M. **A docência no ensino técnico integrado ao ensino médio durante o ensino remoto: as significações de professores de um campus do IFSP**. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

BEZERRA, A. L. M. **Evasão escolar: número de crianças fora da escola aumentou 171% na pandemia, indica IBGE**. 2022. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/tv/noticias-tv-1/evasao-escolar-numero-de-criancas-fora-da-escola-aumentou-171-na-pandemia-indica-ibge>. Acesso em: 05 mai. 2023.

BEZERRA, D. de S. **Letramento Digital em tempos de pandemia: o olhar de professores e alunos sobre o ensino remoto emergencial e as tecnologias digitais**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2021.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. As razões da queda na vacinação. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/as-razoes-da-queda-na-vacinacao/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

BRANDÃO, I. C. de J. Infância em tempos de pandemia. **Holos – III Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia**. v.3, ano 37, p.1-17, 2021.

BRASIL, Catálogo de Teses e Dissertações. **Histórico e evolução**, 2022. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/info>. Acesso em: 22 jul. 2022a.

BRASIL chega a 213,3 milhões de habitantes, diz IBGE. **Poder 360**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/brasil-chega-a-2133-milhoes-de-habitantes-diz-ibge/>. Acesso em: 08 fev. 2023b.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 mai. 2022b.

BRASIL, **Lei Nabuco de Araújo**, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-731-5-junho-1854-558301-publicacaooriginal-79449-pl.html>. Acesso em 02 jun. 2022c.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 18 mai. 2022d.

BRASIL, Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em 08 jul. 2023c.

BRASIL, Ministério da Educação. **Censo Escolar 2021**, divulgação de resultados. Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2021.

BUNIOTTI, D. **Diretores, vice-diretores de escola e o ensino remoto em tempos de isolamento social: conflitos, tensões e perspectivas**. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ensino Formação Docente Interdisciplinar) – Universidade Estadual do Paraná, Paranavaí, 2021.

CAETANO, E. C. O. **A divisão do trabalho**: uma análise comparativa das teorias de Karl Marx e Emile Durkheim. [S.l], [s.n.] [202-?]

CARVALHO, C. S.; CRUZ, L. M.; COELHO, L. A. A educação como direito fundamental do/a estudante na pandemia da COVID 19: o ensino remoto e a realidade de escolas públicas de um município do interior baiano. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v.10, n.3, p.1124-1142. set./dez. 2021.

CARVALHO, A. G. L. S de. SOUZA, A. P de S. Como a pandemia da Covid-19 vem afetando o cotidiano das comunidades universitárias do nordeste brasileiro? **Mundo Amazônico**, v.12, n.1, p.43-64, 2021.

CASTRO, S.; ROSSETTO, E. Educação em Tempo de Pandemia e a desigualdade social: Considerações do ensino remoto no Estado do Paraná. **Educação & Linguagem**. v.24, n.1, p.69-90, jan./jun. 2021.

CERQUEIRA FILHO, G. **A “questão social” no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.

CHAGAS, F. C. *et al.*, **Retratos da educação no contexto da pandemia do Coronavírus**: Um olhar sobre múltiplas desigualdades, 2020.

COTRIM-GUIMARÃES, I. M. A.; RIBEIRO, E. A.; BARROS, G. de S. F. Desafios da docência para a permanência dos estudantes em tempos de pandemia. **Revista Labor**, v.1, n.26, p.303-327, 2021.

CRISTO, H. S. A quem serve o Exame Nacional do Ensino Médio em tempos de pandemia da Covid-19 no Brasil? **Revista Espaço Acadêmico**. n.224, set./out., 2020.

DARCOLETO, C. A. da S.; FLACH, S. de F. Educação e a Panaceia do Ensino Remoto em tempos de crise sanitária. **Cadernos de Pesquisa**. v. 29, n.1, p.311-337, jan./mar. 2022.

ELIAS, J. CNN - **Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas.** 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>. Acesso em: 18 mai. 2022

FARENZENA, N. Despesas em ações da assistência financeira da União na Educação Básica no período 2014-2020. **EccoS – Revista Científica**, n.58, p.1-17, jul./set. 2021.

FERREIRA JR, A; BITTAR, M. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.26, p.635-646, jul./set. 2008.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. **Sobre o FUNDEB**, 2022. Site FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em: 18 mai. 2022.

GARCIA, J. O. *et al.* Pandemia da Covid-19 como fenômeno integral e central na Educação em Ciências. **Holos - Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia**, v. 1, ano 37, p.1-14, 2021.

GODOI, M. *et al.* As práticas do ensino remoto emergencial de educação física em escolas públicas durante a pandemia de COVID-19: reinvenção e desigualdade. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, 2021.

GOV.BR, Capes periódicos. **Quem somos**, 2022. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em: 22 jul. 2022.

GRACINO, E. R. *et al.*, A pandemia e a educação na escola pública: dualidade do ensino e a diferença das classes sociais. **Revista HISTEDBR On-line**. v.21. p.1-21, 2021.

GUIMARÃES, L. P. *et al.*, Trabalho no modo de produção capitalista: concepções teóricas dos clássicos Adam Smith e Karl Marx. **VI Congresso em Desenvolvimento Social**. p. 2148-2163, 2018.

HOLANDA, R. R., *et al.*, Educação em tempos de covid-19: a emergência do EAD nos processos escolares da rede básica de educação. **Holos – III Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia**, v.3, ano 37, p.1-15, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Síntese dos Indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro. IBGE, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desafios do desenvolvimento – O que é? Índice de Gini** – 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem. Acesso em: 04 jun. 2022.

JARDILINO, J.R.L., *et al.*, Condições educacionais e exclusão digital na pandemia – 2020-2021: o caso da educação pública na região de Inconfidentes – MG. **ETD – Educação Temática Digital**, v.24, n.1, p.91-112, jan./abril. 2022.

KUBOTA, L.C. **Nota técnica**. A infraestrutura sanitária e tecnológica das escolas e a retomada das aulas em tempos de Covid-19. IPEA, 2020.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. Maceió, Coletivo Veredas, 2016.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2011.

LESSA, S; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. 1. ed. Instituto Lukács, 2012.

MACEDO, E. E. Desigualdade e pandemia nas vidas das brasileiras e dos brasileiros. **Zero-a-seis**, v.22, n. Especial, p. 1404-1419, dez./dez. 2021.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, v.34, n.73, p.262-280, mai./ago. 2021.

MACIEL, E. S.; LIMA, L. P.; QUARESMA, F. R. P. Desigualdades sociais no ensino remoto em épocas de pandemia. **Revista Observatório**, v.7, n.2, p.1-13, 2021.

MAIA, B. S. R.; MELO, V. D. S. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF**, v. 15, n.2, julho, 2020.

MAPA. **Dicionário Período Imperial**. Lei Áurea. 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/276-lei-aurea>. Acesso em: 02 jun. 2022a.

MAPA. **Dicionário Período Imperial**. Lei Eusébio de Queirós. 2019. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz#:~:text=A%20lei%20n.,extin%C3%A7%C3%A3o%20da%20escravid%C3%A3o%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 02 jun. 2022b.

MARTINS, T. da C. **Entre a escola da vida e a vida que atravessa a escola**. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2021.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (I – Feuerbach). São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Tradução Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASSON, G. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. **IX ANPED Sul**, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

MATIAS, T. P., *et al.*, A importância do educador ambiental em tempos de pandemia: uma perspectiva social e para sustentabilidade. **Holos**, v.7, ano 37, p. 1-15, 2021.

MELO, A. A dialética materialista: princípios, diálogos e pesquisa em Educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa. v.18. p.1-19, 2023.

MENEZES, M. M.; COSTA, P. de A. O Ensino Superior: as antígonas de nosso tempo pandêmico e o agravamento das desigualdades sociais. **Revista Entreideias**. v.10, n.1, p.101-117, jan./abr. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Covid-19 no Brasil**. 2023. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 06 abr. 2023.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**. v.5, n.4, p.154-164, jul./dez. 2014.

MOZZATO, A. R.; SGARBOSSA, M.; MOZZATO, F. R. O que aconteceu com os que ensinam? O impacto da COVID-19 sobre a rotina e a saúde dos professores universitários. **Revista SUSTINERE**, v.9, p.487-508, set. 2021.

NASCIMENTO, A. SANTIAGO, R. N. O estado capitalista na análise de Nicos Poulantzas. **Captura Crítica**. Florianópolis. v.11, n.1. p.196-219, 2022.

NEVES, V. N. S.; FIALHO, L. M. F.; MACHADO, C. J. S. Trabalho docente no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **Educação Unisinos**, 2021.

NONATO, C.; YUNES, M. A. M.; NASCIMENTO, C. R. R. Relação escola-família: Desafios da pandemia Covid-19 e do ensino remoto emergencial sob a ótica docente. **Research, Society and Development**. v.10, n.17, p.1-14, 2021.

OLIVEIRA, B. C. A. **O programa Bolsa-família no âmbito municipal: um diagnóstico socioassistencial da perspectiva educacional de renda com o agravamento da pandemia de Covid-19.** 66 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, 2021.

OXFAM. **A desigualdade mata:** A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19. OXFAM Brasil, 2022.

PADULA, I. B. S. **“Sabia que tem um novo vírus que já chegou no Brasil?” Diferenças e desigualdades na educação infantil durante a pandemia de Covid-19.** 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2021.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e segurança alimentar e nutricional. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Insegurança Alimentar e a Covid-19 no Brasil**, 2022.

PIRES, A. A Covid-19 e a Educação Superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais. **Educación XXX(58)**. p.83-103. mar./ abr. 2021.

POCHMANN, M. **A desigualdade hereditária:** origem e trajetória no Brasil. ed. UEPG. Ponta Grossa, 2017.

PORDEUS, M. P. **O ensino remoto e as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) no contexto da pandemia de Covid-19 no Estado do Ceará.** 2021. 174 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

PORTAL IEDE. **Brasil é o país que ficou mais tempo com as escolas fechadas em 2020, aponta OCDE.** Disponível em: <https://www.portaliiede.com.br/brasil-e-o-pais-que-ficou-mais-tempo-com-as-escolas-fechadas-em-2020-aponta-ocde/#:~:text=No%20total%2C%20foram%20178%20dias,como%20%C3%A9%20c> aso%20o%20Brasil. Acesso em: 16 mar. 2023.

POSO, F. F. *et al.*, Diferenças sociais e o papel da escola na sociedade: atuação transformadora no contexto pandêmico e pós-pandêmico. **Revista Thema**, v.21, n.1, 2022.

QUEIROZ, M. Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. **Revista Fim do Mundo**, n. 4, jan./abr. 2021.

QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, eurocetrismo e América Latina”. LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **CLACSO**, Buenos Aires, Argentina. 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, ano 17, n.37, 2002.

RELUS – Rede Lusófona pelo Direito à Educação. **A pandemia de Covid-19 e o Direito à Educação em países de língua portuguesa:** Desafios e enfrentamentos em Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. São Paulo, 2021.

RFI. **Manter as escolas abertas durante a pandemia foi escolha política, mostra relatório da OCDE.** Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/mundo/20210917-manter-as-escolas-abertas-durante-a-pandemia-foi-escolha-pol%C3%ADtica-mostra-relat%C3%B3rio-da-ocde>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ROCHA, G. d. S. Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura: Uma abordagem histórica da luta de classes. **XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, 2020.

RODRIGUES, C. A. Educação escolar em tempos de pandemia: direito à educação, ensino remoto e desigualdade social. **Roteiro**, v.47, jan./dez. 2022.

RODRIGUES, S. V. de O. **Prática Pedagógica em escola do campo e os “alunos inclusos”: interrogações necessárias.** 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2020.

ROGGERO, R; SILVA, A. Z. da. A disputa dos recursos públicos da educação básica, os arranjos do estado com o mercado e seus impactos na gestão democrática e participativa da educação no âmbito dos municípios. **EccoS – Rev. Cient.**, n.58, p.1-17, jul./set. 2021.

SADER, E. Introdução. In: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

SAES, D. O conceito de Estado burguês. In: **Estado e Democracia.** Ensaios teóricos. Campinas: UNICAMP. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

SALES, A. L. H de. **“Eu sou mãe, não sou professora”: Mediação familiar no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19.** 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.

SANCHEZ-JUNIOR, S. L.; MONTEIRO, K. J.; CALAZANS, S. G. B. Uma cidade, duas escolas: um olhar para as desigualdades sociais em tempos de pandemia da Covid-19. **Revista Educação e Emancipação.** v.14, n.2, mai./ago. 2021.

SANTOS, E. R. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. **Edufma.** São Luís do Maranhão, 2015.

SANTOS, P. G. F.; COSTA, N. C. C.; BRITO, A. L. Covid-19 no âmbito das questões sociocientíficas: modelando a problemática e traçando possibilidades educacionais. **Investigação em Ensino de Ciências.** v.26, p.127-144, 2021.

SILVA, F. D. A.; SOUZA, V. A.; NUNES, H. C. B. Educação Infantil no contexto da pandemia: novas demandas para o trabalho e a formação docente. **Revista Devir Educação**, v.6, n.1, p.1-21, 2022.

SILVA, M. S. P.; CUNHA, A. L. M.; SANTOS, T. A. Educação Básica nas escolas do campo no contexto da pandemia: ensino remoto para quem? **Revista @mbienteeducação**. v.14, n.2, mai./ago. 2021.

SILVA, V. V. A. da. A covid-19 enquanto questão social: classe, escolaridade e cor da pandemia no Pará. **Holos - Dossiê COVID-19 e o mundo em tempos de pandemia**, v.1, ano 37, p. 1-14, 2021.

SOUSA, A. C. B.; PEREIRA, A. S. M.; FIALHO, L. M. F. A história da educação do Ceará em tempos de pandemia e o ensino remoto: memórias, conjuntura social e ressignificação do trabalho docente (2020-2021). **Revista Liberato**, v.22, n.37, p.1-12, jan./jun. 2021.

SOUZA, C. de F. **A educação durante a pandemia do Covid-19 (2020): uma análise da indústria cultural digital “Nova Escola”**. 2021. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2021.

SOUZA, M. A.; PEREIRA, M. de F. R.; FONTANA, M. I. Educação em tempos de pandemia: narrativas de professoras(ES) de escolas públicas rurais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v.05, n.16, p.1614-1631, 2020.

SOUZA, P, H. G. F. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil. 1926-2013**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2018.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 2.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

UFMS. Fundação Universidade federal de Mato Grosso do Sul. **Estudo avalia cobertura, efeitos adversos e hesitação em relação à vacinação**. 2022. Disponível em: <https://www.ufms.br/estudo-avalia-cobertura-efeitos-adversos-e-hesitacao-em-relacao-a-vacinacao/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação**. UNICEF, 2021.

UNICEF. **Sobre o UNICEF**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>. Acesso em: 15 jul. 2022.

UOL. **PL é o nono partido de Jair Bolsonaro. Veja por quais legendas ele passou**. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/30/partidos-que-jair-bolsonaro-passou.htm>. Acesso em: 06 mai. 2023.

UOL. **Vacinação infantil ‘não é requisito’ para Auxílio Brasil, diz Governo**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/15/auxilio-brasil-vacinacao-infantil-frequencia-escolar-bolsa-familia.htm>. Acesso em: 28 mar. 2023.

USP. **Educação superior no Brasil é historicamente limitada e necessita de políticas públicas de acesso**. 2021. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/atualidades/formacao-na-educacao-superior-nao-pode-prescindir-de-politica-de-ciencia-tecnologia-e-inovacao/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

VILELA, M. A. A. S.; CARREIRA, B. F.; NASCIMENTO, L. M. Incertezas do ensino remoto e o distanciamento social: reflexões sobre a práxis educativa no Afim/Ituiutaba (2020). **Revista Educação Popular**, edição especial, p.415-431, set. 2021.

WENCZENOVICZ, T. J. Ensino a distância, dificuldades presenciais: perspectivas em tempos de Covid-19. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v.15, n.4, p.1750-1768, out./dez, 2020.

APÊNDICE A – PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Quadro 6 – Artigos organizados por categoria, nível de ensino abordado e referencial teórico ou fundamentação teórica do estudo (2023)

(continua)

Categoria	Artigos que abordam tal categoria	Nível de ensino abordado	Referencial teórico ou Fundamentação teórica
Pandemia e exclusão educacional no Ensino Superior	A6 Pires (2020)	Ensino Superior	Bourdieu; Champagne (2003)
	A14 Carvalho; Souza – (2021)	Ensino Superior	Não delimita
	A25 Menezes; Costa (2021)	Ensino Superior	Quijano (2005)
Interações entre sociedade, pandemia e saúde	A7 Silva (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
Financiamento da Educação	A8 Roggero; Silva (2021)	Ensino Fundamental e Médio	Não delimita
	A5 Alves, <i>et al.</i> (2020)	Ensino Fundamental e Médio	Não delimita
	A 18 Farenzena (2021)	Ensino Fundamental e Médio	Não delimita
Direito à educação no período da pandemia	A9 Carvalho; Cruz; Coelho (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A4 Wenczenovicz (2020)	Ensino Fundamental	Não delimita

Quadro 6 – Artigos organizados por categoria, nível de ensino abordado e referencial teórico ou fundamentação teórica do estudo (2023)

(continuação)

Ensino remoto, trabalho docente e evasão escolar	A11 Matias, <i>et al.</i> (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A16 Cotrim-Guimarães; Ribeiro; Barros (2021)	Ensino Fundamental, Médio e Educação Superior	Não delimita
	A29 Neves; Fialho; Machado (2021)	Educação Infantil, ensino fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior	Não delimita
	A26 Mozzato; Sgarbossa; Mozzato (2021)	Ensino Superior	Não delimita
	A10 Sousa; Pereira; Fialho (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A33 Silva; Souza; Nunes (2022)	Educação Infantil	Não delimita
Ensino Remoto, pandemia e exclusão digital	A13 Godoi, <i>et al.</i> , (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A15 Santos; Costa; Brito (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A23 Vilela; Carreira; Nascimento (2020)	Ensino Médio	Perspectiva Freireana (BRANDÃO, 2006 E FREIRE)
	A 27 Garcia, <i>et al.</i> , (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A31 Jardimino, <i>et al.</i> , (2022)	Ensino Fundamental	Não delimita

Quadro 6 – Artigos organizados por categoria, nível de ensino abordado e referencial teórico ou fundamentação teórica do estudo (2023)

(conclusão)

Ensino remoto e desigualdade social	A17 Maciel, Lima; Quaresma (2021)	Ensino Fundamental e Médio	Não delimita
	A20 Silva; Cunha; Santos (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A3 Souza; Pereira; Fontana, (2020)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A34 Rodrigues (2022)	Ensino Fundamental e Médio	Não delimita
	A12 Gracino, <i>et al.</i> , (2022)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A19 Macedo (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A22 Holanda, <i>et al.</i> , (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A30 Sanchez-Junior; Monteiro, Calazans (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
	A32 Poso, <i>et al.</i> , (2022)	Ensino Superior	Não delimita
	A21 Castro; Rossetto (2021)	Ensino Fundamental e Médio	Materialismo Histórico Dialético
	A2 Macedo (2021)	Educação Infantil	Não delimita
	A1 Cristo (2021)	Ensino Médio	Não delimita
	A24 Brandão (2021)	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Não delimita
Categoria “Relação família-escola”	A28 - Nonato; Yunes; Nascimento (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita

Fonte: Dados organizados pela autora (2023)

Quadro 7 – Dissertações organizadas por nível de ensino abordado e referencial teórico ou fundamentação teórica do estudo (2023)

Dissertação	Nível de ensino abordado	Referencial teórico ou Fundamentação teórica
D1 - Pordeus (2021)	Ensino Fundamental e Médio	Lotta (2019); Moreira (2020); Augusto e Santos (2020)
D2 - Bayer (2021)	Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio	Psicologia Sócio-Histórica e Materialismo Histórico Dialético
D3 - Souza (2021)	----	Adorno e Horkheimer (1985), Lowy (2010), Chauí e Paulo Freire.
D4 - Buniotti (2021)	Ensino Fundamental e Médio	Boaventura de Souza Santos (2020), Saviani, e Paro (2020). Oliveira (2021)
D5 - Oliveira (2021)	Ensino Fundamental	Não delimita
D6 - Martins (2021)	Educação de Jovens e Adultos	Estudos pós estruturalistas em educação
D7 - Bezerra (2021)	Ensino Fundamental	Moran (2012, 2013,2018), Carvalho (2015, 2020), Cardoso; Ferreira; Barbosa (2020), Oliveira; Silva; Silva (2020); Coscarelli (2010, 2016), Ribeiro (2016, 2018, 2019), Rojo (2012, 2013), Dudeney; Hockly; Pegrum (2016), Cani e Coscarelli (2016)
D8 - Sales (2021)	Ensino Fundamental	Perspectiva Vygotskiana
D9 – Padula (2021)	Educação Infantil	Etnografia
D10 - Rodrigues (2020)	Ensino Fundamental	Maria Antônia Souza (2016), Vázquez, (1997)

Fonte: Dados organizados pela autora (2023)